

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



TESE DE DOUTORADO

**UNIÃO RIO-GRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS (URES) COMO
AGENTE DE INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE SECUNDARISTAS E A SOCIEDADE
(1953-1979)**

Karin Christine Schwarzbold

Pelotas, 2022

Karin Christine Schwarzbold

**UNIÃO RIO-GRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS (URES) COMO
AGENTE DE INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE SECUNDARISTAS E A SOCIEDADE
(1953-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrícia Weiduschadt

Pelotas, 2022

Karin Christine Schwarzbold

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111u Schwarzbald, Karin Christine

União rio-grandina de estudantes secundários (URES)
como agente de interação social entre secundaristas e a
sociedade (1953-1979) / Karin Christine Schwarzbald ;
Patricia Weiduschadt, orientadora. — Pelotas, 2022.

170 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em
Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Pelotas, 2022.

1. Ensino secundário. 2. Movimento estudantil. 3. URES.
4. Sociabilidade. 5. Rio Grande. I. Weiduschadt, Patricia,
orient. II. Título.

CDD : 370

União rio-grandina de estudantes secundários (URES) como agente de interação social entre secundaristas e a sociedade (1953-1979)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 22 de agosto de 2022.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Patricia Weiduschadt (Orientadora)

Doutora em Educação pela UNISINOS

Prof. Dr. Jorge Luiz Cunha

Doutor em História pela Universität Hamburg

Profa. Dra. Vanessa Barrozo Teixeira Aquino

Doutora em Educação pela UFPel

TAE. Dra. Tatiane Vedoin Viero

Doutora em Educação pela UFPel

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

Doutora em Educação pela UFRGS

Resumo

SCHWARZBOLD, Karin Christine. União rio-grandina de estudantes secundários (URES) como agente de interação social entre secundaristas e a sociedade (1953-1979). Orientadora: Patrícia Weiduschadt. 2022. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

O presente trabalho apresenta a tese de que o movimento estudantil de forma organizada, através de uma entidade, promove a interação social entre seus participantes e a sociedade local. Defende-se a ideia de que a interação social, as relações sociais bem como a sociabilidade entre os jovens podem ser dadas de diversas formas, desde conversas informais entre amigos até a participação em grupos organizados formalmente (SIMMEL, 1983, 2004, 2006). Tem por objetivo geral averiguar a interação social dos alunos secundaristas no município do Rio Grande, RS, através da criação e atuação da URES. Especificamente observou-se o contexto da criação da URES, a participação e promoção da entidade em atividades cívicas, desportivas e culturais bem como com o seu envolvimento junto à comunidade do município com o objetivo da criação de uma Instituição de Ensino Superior no local e sua posterior federalização. Essa pesquisa se justifica uma vez que o tema movimento estudantil secundarista é pouco pesquisado. A URES, apesar de forte atuação no município entre os anos 1953-1979, nunca foi objeto de estudo dentro da História da Educação. Para a compreensão da pesquisa proposta, dentro do contexto da História Cultural, valeu-se da análise de vários tipos documentais (CELLARD, 2012; COX, 2017) e da História Oral (CHARTIER, 2014; FERREIRA E AMADO, 2006; THOMPSON, 1992; ALBERTI, 2007; HALBWACHS, 1990; NORA, 1993 e CANDAU, 2012). Ambas as fontes, por várias vezes, se intercalaram, ora baseando-se mais em documentos, ora em entrevistas, sendo assim entrelaçadas. Os jovens historicamente, por um lado vistos como essenciais para as conquistas, e por outro com preocupação por sua rebeldia, no município do Rio Grande, no período estudado, eram incentivados a manterem-se ocupados e assim não propensos a rebeldias (BENEVIDES, 2006; CARRON 1994; FRAGA, 1996; DELLA VECHIA, 2011). Para tanto eram incentivados para que participassem de atividades cívicas, desportivas e culturais. Verificou-se que tais atividades eram frequentes, como concurso de oratória, festival de cantos e até a fundação de um teatro estudantil, com participação de alunos de ambos os sexos. Foi possível compreender como se deu a participação da URES com a sociedade em prol da consecução de uma Universidade no município do Rio Grande bem como a sua federalização, oportunizando aos secundaristas locais e demais interessados o ingresso numa instituição de Ensino Superior de qualidade, pública e gratuita. Enfim, cabe destacar que por meio das análises empreendidas, a partir das fontes orais e documentais, que o movimento juvenil secundarista, materializado na organização da URES, buscou influenciar a sociedade rio-grandina, legitimando-se como um grupo social, a partir das práticas de sociabilidade.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Movimento Estudantil. URES. Sociabilidade.
Rio Grande.

Abstract

SCHWARZBOLD, Karin Christine. **The Rio Grande High School Students Union - URES as a social interaction agent between high school students and the society (1953-1979)**. Advisor: Patrícia Weiduschadt. 2022. 173 p. Thesis (Doctorate Program in Education) – College of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

The present study presents the proposal that an organized student movement, throughout a representative entity, can promote social interactions among its members and the local community. We advocate the idea that social interactions and relationships, and additionally the sociability among young people, may be achieved by different means, from informal conversations inside a group of friends to the enrollment in formally organized groups (SIMMEL, 1983, 2004, 2006). The main goal is to find out how the social interactions among high schoolers in the city of Rio Grande, RS, impacted in the creation of URES and its activities. We especially focused on the URES creation context, the entity participation and promotions in civic, sports and cultural activities as well as its involvement among the local community aiming at creating a Higher Education Institution in Rio Grande, RS and the subsequent federalization of that Higher Education Institution. This study is justified due to the fact that the high schoolers movement is not being considered very often in academic studies. URES, despite its strong presence in the city during the years 1953-1979, it has never been elected a study object for the field of Education History. So, to understand the proposed research topic in the Cultural History context we went through not only the analysis of several different types of documents (CELLARD, 2012; COX, 2017) but also made use of Oral Stories as well (CHARTIER, 2014; FERREIRA E AMADO, 2006; THOMPSON, 1992; ALBERTI, 2007; HALBWACHS, 1990; NORA, 1993 and CANDAU, 2012). Both sources are frequently merged into each other, sometimes based more in documents and other times in the interviews being thus strongly interlaced. Historically, young people, who are viewed sometimes as essential to the achievement of proposed goals and occasionally viewed with some degree of concern for being more likely to rebellion, in the city of Rio Grande, during the considered period, those young boys and girls were encouraged to keep themselves busy and thus less likely to rebellion (BENEVIDES, 2006; CARRON 1994; FRAGA, 1996; DELLA VECHIA, 2011). Therefore, they were encouraged to take active part in civic, sports and cultural activities. During this study we found that activities like oratory contests, music festivals and even the establishment of a student theatre group with the participation of students of both sexes were very common. It was then possible to understand the close involvement of URES with the local community in the creation of a university at the city of Rio Grande and in its later federalization, what made it possible to local high school students and to other interested parties to enter a public, quality and free Higher Education Institution. Finally, we must emphasize that, throughout the analyses carried out in this study, using both oral and documentary sources, it was possible to verify that the movement created by the young high schoolers and materialized by organizing the entity URES, sought to influence the local society, legitimizing itself as a social group emerged from sociability practices.

Key words: High School Education. Students Movement. URES. Sociability. Rio Grande.

Lista de Figuras

Figura 1	Quadro de entrevistados.....	41
Figura 2	Gráfico com as publicações da Coluna do Estudante.....	48
Figura 3	Identidade visual da Coluna.....	49
Figura 4	Desfile de Secundaristas.....	57
Figura 5	Imagem com a Localização do município do Rio Grande no RS.....	59
Figura 6	Aula ministrada no Gabinete de Leitura.....	65
Figura 7	Imagem da Capa do relatório apresentado ao Presidente do RS em 1911.....	68
Figura 8	Imagem com a relação das instituições que ofertam ensino secundário no RS em 1911.....	69
Figura 9	Foto do acondicionador dos documentos.....	75
Figura 10	Manchete no impresso O Arpão março de 1953.....	98
Figura 11	Manchete no impresso O Arpão maio de 1953.....	99
Figura 12	Material de apoio para a criação de grêmios estudantis mirins.....	101
Figura 13	Material de incentivo para a organização do movimento estudantil.....	102
Figura 14	Ata de fundação da URES.....	105
Figura 15	Relação dos sócios fundadores da URES.....	107
Figura 16	Fotografia da placa comemorativa em homenagem a criação da URES.....	109
Figura 17	Guerra dos Nervos.....	114
Figura 18	Filigranas.....	116
Figura 19	Participação da URES em atividades desportivas.....	120
Figura 20	Atividades rotineiras para um secundarista nos sábados à tarde.....	124
Figura 21	Queremos Faculdade!!.....	133
Figura 22	Le Jeune.....	134

Lista de Tabelas

Tabela 1	Comparativo escolas e matrículas 1937/1961	72
Tabela 2	Comparação entre as matrículas do ensino secundário projetadas e as efetivadas 1955-1964	74

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABHO Associação Brasileira de História Oral

ANPUHRS Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

APERS Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses

CCC Comando de Caça aos Comunistas

CDH Centro de Documentação Histórica

CEART Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares

DCE Diretório Central dos Estudantes

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

FAEM Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

FICC Festival Intercolegial da Canção

FURG Universidade Federal do Rio Grande- FURG

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NHC Nova História Cultural

OMS Organização Mundial da Saúde

PROCERGS Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

RS Rio Grande do Sul

SEEE Sociedade Evangélica Educacional de Estrela

UFPeI Universidade Federal de Pelotas

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UGES União Gaúcha dos Estudantes Secundários

UNE União Nacional dos Estudantes

URES União Rio-grandina de Estudantes Secundários

SUMÁRIO

1	Introdução	19
2	Pressupostos teórico metodológicos e fontes de informação e pesquisa	25
2.1	História Oral enquanto metodologia/técnica	30
2.2	Início da pesquisa: entrelaçamento da história oral com a análise de documentos.....	35
2.3	Impressos locais como fonte de informação e pesquisa	43
2.4	Arquivos pessoais como fonte de informação e pesquisa.....	52
3	Rio Grande e o ensino secundário	59
4	Juventude e movimento estudantil	78
5	União Rio-grandina de Estudantes Secundários – URES	97
5.1	Sociabilidade juvenil através da participação da URES em atividades cívicas, desportivas e culturais	110
5.2	A união dos estudantes secundaristas através da URES e a sociedade local com um objetivo específico: a concepção de uma universidade no município do Rio Grande	125
	Considerações finais	144
	Referências	149
	Apêndices	155
	Anexos	161

INTRODUÇÃO¹

Dados sobre a educação no Brasil apontam que apenas 40 % dos estudantes concluintes do ensino primário prosseguem os seus estudos. Desses, 30% não chegam ao término do secundário. Em 2020, conforme o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) houve 26.718.830 matrículas no ensino primário enquanto no médio foram apenas 7. 550. 753². Escuta-se costumeiramente em eventos e salas de aulas: “sempre foi assim”. A fim de compreender tal processo, surgem trabalhos específicos sobre o ensino secundário no país, em especial, nos programas de pós-graduação em Educação que possuem a linha da História da Educação.

Em consulta ao site da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD), utilizando o termo “ensino secundário”, atualizada em junho de 2022, constavam apenas 99 dissertações e 36 teses cujo tema tem relação com ensino secundário; em contraponto com as 117 dissertações e 52 teses sobre ensino primário; e as 3.743 dissertações e 1.591 teses relacionadas ao ensino superior. O ensino secundário apresenta a maior concentração de defesas das pesquisas no ano de 2016. O retorno mais antigo foi da tese da Dra. Silvia Elisabeth Miranda Moraes, defendida em 1995, intitulada “O currículo do diálogo”, e a mais recente é a dissertação da Mestre Darlene Ribeiro da Silva Andrade, intitulada “A organização retórica da resenha televisiva em português e espanhol como línguas estrangeiras: uma análise contrastiva no ensino médio” e defendida em 2021. Se limitarmos a pesquisa dos documentos relacionados ao ensino secundário no estado do Rio Grande do Sul, o retorno é de dez dissertações e sete teses. Se delimitarmos ainda acrescentando século XX, temos apenas duas teses. Há uma carência sobre estudos relacionados ao ensino secundário no Rio Grande do Sul durante o século XX.

Igualmente, ao se inserir o termo “movimento estudantil” como assunto na BDTD, há o retorno de 76 dissertações e apenas 14 teses. Dessas poucas teses, apenas uma trata especificamente de secundaristas, duas os incluem juntamente com o ensino superior e as demais são exclusivas ao movimento universitário. Assim,

¹ Optei pela utilização nesse capítulo e nas Considerações Finais da primeira pessoa. Os demais seguem em terceira.

² Dados disponíveis em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 03 jan. 2022.

concordo com Renato da Silva Della Vechia³ (2011) ao informar que são poucas as publicações sobre o tema; por isso, a presente escrita vem contribuir com a historiografia do movimento estudantil secundarista, especificamente a União Rio-grandina de Estudantes Secundários (URES), até então não havia sido objeto de pesquisa.

Esta pesquisa busca, dentro do tema ensino secundário, compreender o movimento estudantil secundarista no Município do Rio Grande, RS. Apresento como objetivo geral averiguar a interação social dos alunos secundaristas no município do Rio Grande, RS, através da criação e atuação da União Rio-Grandina de Estudantes Secundários (URES). Especificamente, analiso o contexto da criação da URES, a participação e a promoção da entidade em atividades cívicas, desportivas, educacionais e culturais no município, bem como o seu envolvimento junto à comunidade do Município com o objetivo da criação de uma Instituição de Ensino Superior no local e sua posterior federalização. Elegi a data baliza 1953, por ser o ano da criação da URES, e 1979, pela enfim instalação da gratuidade na Universidade Federal do Rio Grande.

É importante lembrar que a tese aqui apresentada não constituiu a ideia inicial da pesquisa. Para os trâmites do processo de seleção ao ingresso no doutorado, foi proposto como objeto de estudo compreender como se deu a dinâmica de contratação dos primeiros professores das universidades criadas no período da ditadura civil-militar no Brasil. O intuito era saber de onde eles vieram, se já atuavam na localidade, se houve migração com familiares, etc. Após o processo, em conversa com a orientadora, pensamos na possibilidade de limitar a pesquisa averiguando dados referentes à Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) e à Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Assim, no início de 2018, busquei o Centro de Documentação Histórica (CDH) da FURG, no qual tive conhecimento da sua existência enquanto Arquivista na Instituição, pensando na possibilidade de talvez ter algo relacionado à concepção da Instituição naquele acervo. Descobri, então, o documento que instigou a dar início a esta pesquisa, o abaixo-assinado ou solicitação com cento e trinta assinaturas para a

³ Renato da Silva Della Vechia, Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (Adjunto III)

criação de uma Universidade no município do Rio Grande. Segui meu trabalho priorizando a FURG, mas ainda mantendo a proposta prevista inicialmente. Apenas no primeiro semestre de 2019 é que tomei conhecimento da existência da URES, ao buscar como fonte das minhas pesquisas jornais locais e, principalmente, na entrevista com o Prof. Péricles Antônio Fernandes Gonçalves. Dessa forma, surgiu a possibilidade de estudar o papel da URES na criação da FURG. Com a qualificação, em dezembro de 2019, decidimos, minha orientadora e eu, ter a URES como objeto de pesquisa, não apenas com relação à universidade.

Diante de tamanha responsabilidade, mesclada com a pandemia e a dificuldade de acesso às fontes (o CDH, por exemplo, até o início de julho de 2022 encontrava-se fechado, primeiro pela pandemia e depois por falta de bolsista/estagiário), optei pela proposta apresentada nesta escrita: a União Rio-Grandina de Estudantes Secundários (URES) como agente de interação social entre secundaristas e a sociedade rio-grandina (1953-1979).

Ao escolhermos o nosso objeto é visível que ele emerge a partir das nossas experiências de vida, por isso se faz necessário apresentar brevemente a minha trajetória pessoal e profissional. Nasci em Nova Petrópolis, RS e com aproximadamente dois anos de idade mudei-me para o município de Santa Maria, no mesmo estado (após uma passagem pela capital, Porto Alegre). Vivi minha infância, juventude e parte da vida adulta no Coração do Rio Grande⁴, onde também tive minhas experiências enquanto discente e docente. Portanto, esta pesquisa justifica-se de forma pessoal uma vez que integrei o movimento estudantil secundarista no município de Santa Maria, RS, na década de 1980, através do Grêmio Estudantil do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Tive a oportunidade de participar de várias atividades desportivas, gincanas e passeatas juntamente com o movimento docente na época. Essa experiência acabou por levantar vários questionamentos acerca do movimento estudantil secundarista no Rio Grande, cidade onde moro atualmente, tendo a seguinte pergunta como norteadora da pesquisa: em que medida os estudantes secundários rio-grandinos interagem socialmente através do movimento secundarista municipal?

⁴ Forma como o Município é conhecido devido a sua posição geográfica.

Além disso, este estudo apresenta relevância social, em especial para a comunidade rio-grandina, já que a URES se encontra desativada e a possibilidade de rememorar essa fase tem sido aceita por seus integrantes da época, bem como por seus familiares, que incluem filhos e netos. De certa forma, esta pesquisa gerou um “alvoroço” na comunidade, e fui convidada para participar de grupos fechados no *Facebook*, como a página Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande e a própria página da URES intitulada no momento URES – 60 anos, além de reuniões organizadas pela associação dos ex-integrantes da entidade, o que possibilitou uma maior aproximação com os envolvidos na iniciativa.

No meio acadêmico científico, esta pesquisa se justifica já que o tema movimento estudantil secundarista é pouco pesquisado comparado com outros dentro da História da Educação. Em sua tese, Della Vechia (2011) expõe a questão da bibliografia acerca do movimento estudantil brasileiro, apontando que ela se apresenta basicamente dividida em dois grupos: o primeiro com ênfase na análise da participação histórico/sociológica em uma determinada conjuntura, especificamente nos “anos de chumbo”; o segundo grupo seria o que trata de historiografar as entidades estudantis, em especial a UNE e os seus confrontos no período militar. Em 2017, Pessanha, Assis e Silva⁵ publicam um artigo onde analisam dissertações e teses como fonte para pesquisadores do ensino secundarista, não apresentando nenhum trabalho sobre o movimento estudantil.

Nesta tese, trato da relação do movimento estudantil secundarista com a sociedade, perpassando pelo estudo da origem do movimento no município do Rio Grande, suas atividades e ações desportivas e culturais, bem como seu envolvimento com o ensino no município, em especial a demanda no ensino superior. Como exemplo da união de esforços entre secundaristas e sociedade local, apresento a tese “A escola secundária e a cidade: Osasco anos 1950/1960”, na qual Sonia Regina Martim discorre no primeiro capítulo sobre o movimento autonomista da região, que visava à emancipação do município de São Paulo. Em um plebiscito ocorrido na década de 1950, o resultado acabou sendo negativo, mas a campanha continuou no local e incluiu professores que se manifestavam em sala de aula. O movimento estudantil acabou por se envolver. “A escola secundária era muito dinâmica. O CEART

⁵ Professoras Doutoras Eurides Caldas Pessanha, Wanderlice da Silva Assis e Stella Sanches de Oliveira Silva são pesquisadoras da temática ensino secundário no Brasil.

costumava abrir as suas portas para atividades culturais e recreativas. Era comum também a formação de grupo de estudos de fim de semana, sobretudo para os alunos do noturno que precisavam colocar as matérias em dia” (MARTIM, 2006, p. 74). Em 1958, foi realizado outro plebiscito, com a participação dos secundaristas nas campanhas bem como com os considerados aptos a votar. Dessa vez o SIM ganhou.

É possível perceber que há um engajamento dos secundaristas com a sociedade, o que aumenta a necessidade de pesquisas sobre o tema. Apresento a tese de que o movimento estudantil de forma organizada, através de entidades, promove a interação social entre seus participantes e a sociedade local. Defendo a ideia de que a interação social, as relações sociais, bem com a sociabilidade entre os jovens podem ser dadas de diversas formas, desde conversas informais entre amigos até a participação em grupos organizados. Cabe ressaltar que de nenhuma forma este texto pretende esgotar o tema. Pelo contrário, são leves pinceladas aplicadas por esta autora. Dentro do contexto da Nova História Cultural (NHC), termo cunhado por Peter Burke e adotado por mim, não trago a totalidade das narrativas sobre a URES e sim, a minha narrativa, a forma com que a observei por meio das fontes (documental e história oral) pesquisadas por mim. Através da teoria, da metodologia e da empiria busco contribuir com o fim da invisibilidade da URES como agente histórico dos movimentos estudantis.

A estrutura da tese é constituída, além deste primeiro capítulo denominado “Introdução”, pelos capítulos “Pressupostos teórico metodológicos e fontes da informação e pesquisa”; “Rio Grande e o ensino secundário”; “Juventude, movimento secundarista e a criação da URES”; “A sociabilidade juvenil através da participação da URES em atividades cívicas, desportivas e culturais”; “Contribuição da URES para o ensino superior no Rio Grande” e “Considerações finais”.

No capítulo dois, “Pressupostos teórico metodológicos e fontes da informação e pesquisa”, introduzo a metodologia que embasa a tese. No contexto da História Cultural (BURKE, 2008), trago uma breve explicação sobre esta metodologia e sua contribuição para o desenvolvimento de diversas pesquisas bem como sua conexão com a análise de documentos e história oral. Dividi o capítulo em quatro sessões, e para cada uma, utilizei o seguinte referencial teórico: “História oral enquanto metodologia e técnica” (CHARTIER, 2014; FERREIRA E AMADO, 2006;

THOMPSON, 1992; ALBERTI, 2007; HALBWACHS, 1990; NORA, 1993 e CANDAU, 2012); “Início da pesquisa: entrelaçamento da história oral com a análise de documentos” (CELLARD, 2012; WEIL e TOMPAKOW, 2018; ALMEIDA, 2021); “Impressos locais como fonte de informação e pesquisa” (MELLO, 2003; LUCA, 2010; BELTRÃO 2013; TEIXEIRA, 2013; CARDOSO 2008) e “Arquivos pessoais como fonte de informação e pesquisa” (BRITTO E CORRADI, 2017; COX, 2017; COLOMBO, 1991).

No terceiro capítulo, “Rio Grande e o ensino secundário”, apresento brevemente o município (BITTENCOURT, 1999), sua relação com a educação (TEIXEIRA, 2017) e o ensino secundário (TAMBARA, ARRIADA e AMARAL, 2021; SILVA E WENCESLAU, 2018; PESSANHA e SILVA, 2014; PESSANHA e BRITO, 2014). No capítulo 4, “Juventude e movimento estudantil secundarista”, abordo a juventude enquanto categoria de análise (BENEVIDES, 2006; CARRON 1994) e os movimentos secundaristas (FRAGA, 1996; DELLA VECHIA, 2011).

Por fim, no capítulo 5, denominado “União Rio-Grandina de Estudantes Secundários – URES”, exponho o seu processo de constituição, entrelaçando entrevistas com análise documental, em especial nesse momento dos impressos estudantis (CHIOZZINI, SCHWERTER e AQUINO, 2017; AMARAL, 2012). Após, discuto o conceito de sociabilidade (SIMMEL, 1983, 2004 e 2006) e sua aplicabilidade nesta pesquisa (AMARAL, 2003; RAMOS, 2000; STECANELA, 2008 e CERTEAU, 1998), através da sessão “A sociabilidade juvenil através da participação da URES em atividades cívicas, desportivas e culturais”. Embaso a escrita da sessão “A união dos estudantes secundaristas através da URES e a sociedade local com um objetivo específico: a concepção de uma universidade no município do Rio Grande” principalmente em Silveira (2012 e 2013) e Teixeira (2013).

Nas considerações finais, faço uma breve retomada desta pesquisa e sugestões para trabalhos futuros. Trago como apêndice um quadro com o levantamento das publicações da “Coluna do Estudante”, pela URES, no jornal Rio Grande, entre os anos de 1956 a 1969; e, como anexo, a carta/abaixo-assinado solicitando a criação de uma universidade no município, assinada por 130 secundaristas, a qual deu origem a esta pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS E FONTES DE INFORMAÇÃO E PESQUISA

Esta pesquisa insere-se na História Cultural, já fundamentada e debatida em pesquisas de pós-graduação e, em especial, na linha de pesquisa História da Educação nos mais diversos programas ofertados no país. Ainda assim, algumas considerações são pertinentes, já que a intenção desta tese é de que ela seja amplamente difundida inclusive entre outros campos do conhecimento.

A Nova História Cultural, termo cunhado por Peter Burke e adotado pela pesquisadora, é uma corrente de pensamento dentro da História que se concentra na análise das experiências culturais dos indivíduos e grupos sociais. O uso da palavra Nova não se refere a um período temporal, cronológico e sim a uma forma diferenciada de se pesquisar. A Nova História Cultural surge como uma reação às abordagens mais tradicionais da História, que tendiam a enfatizar os grandes eventos e as figuras históricas proeminentes. Como dito por Sandra Jatahy Pesavento (2003), o uso da terminologia NHC serve para nos recordar da existência anterior, caracterizada pela autora como velha, antiga ou tradicional. “Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites” (PESAVENTO, 2003, p. 14). Em vez disso, os historiadores da Nova História Cultural se concentram em como as experiências culturais são construídas e os significados que as pessoas atribuem às suas experiências.

Basicamente, Burke divide a História em quatro momentos: Clássica, História Social da Arte (início na década de 1930), História da Cultura Popular (década de 1960) e a Nova História Cultural. Conforme o autor, apesar de enraizada nos trabalhos acadêmicos durante o século XX e XXI, a História Cultural não é recente, uma vez que já se encontravam trabalhos com esse enfoque, em especial alemães, com mais de 200 anos. Juntamente com a História Cultural, a História da Cultura Popular surge na Alemanha no final do século XVIII, sendo estudada por “amantes das antiguidades, folcloristas e antropólogos” (BURKE, 2008, p. 29), e somente na década de 1960 passa a ser utilizada por historiadores como objeto de pesquisa.

Para o autor, o casal Charles Beard e Mary Ritter Beard são considerados integrantes no grupo de pioneiros em estudos envolvendo a relação cultura e sociedade. Enquanto aluno em Oxford (1899- 1904), Charles participou do movimento a fim de auxiliar a classe operária a ter acesso ao nível superior. Mary era sufragista⁶ e defendia os estudos sobre as mulheres. Ambas as questões se relacionam à temática na Educação.

Um dos marcos das pesquisas foi o trabalho de Edward Thompson de 1963, intitulado “A formação da classe operária inglesa”. Nessa obra, além da tradicional investigação da formação de classes a partir de alterações econômicas e políticas, Thompson analisa o papel da cultura popular. O pesquisador acaba por influenciar, em especial jovens historiadores. Surge um novo olhar para a história da cultura popular, por exemplo, com os trabalhos de Jacques Le Goff e de Jean-Claude Schmitt. Emerge o estudo sobre os humildes, “no qual possam ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores [...] marca a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador” (PESAVENTO, 2003, p. 56-57).

Burke reforça que “a ideia de cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte” (BURKE, 2008, p. 39). Com a possibilidade de tradições diversas coexistindo na mesma sociedade, os historiadores culturais não supõem a existência de uma homogeneidade. Ao tratar de grupos juvenis podemos atrelar a esse pensamento a partir da reflexão da presente tese, em relação ao movimento secundarista, formado, essencialmente, pela juventude, vislumbra-se a possibilidade de alteração de um legado entre gerações, como no caso da quebra na tradição de os jovens encerrarem seus estudos ao fim das primeiras letras, ou término do ensino primário, por exemplo. Aos poucos, novos integrantes das famílias ingressam no ensino secundário e superior, como ocorreu com alguns dos entrevistados desta pesquisa.

Há ainda que se ter bem clara a diferenciação entre cultura erudita e cultura popular, que nem sempre estão em oposição. As culturas se permeiam e tem características, em muitos casos, de ambas concepções da considerada alta cultura e da cultura do povo. A concepção da última tem grandes contribuições de Michel de

⁶ Movimento que luta pelo direito igual ao voto, independente de raça, gênero, posição social, origem ou quais quer outros motivos.

Certeau, Stuart Hall, Roger Chartier e Jacques Revel, e cabe o questionamento “Pesquisar cultura popular seria pesquisar o povo?”

Quem é o povo? Todos, ou apenas quem não é da elite? Nesse último caso estamos empregando uma categoria residual e, como acontece muitas vezes em se tratando dessas categorias, corremos o risco de supor a homogeneidade dos excluídos (BURKE, 2008, p. 41).

Reflete-se o quão diferente das pessoas ditas comuns são os integrantes da elite, seja por condições financeiras, seja por poder a ponto de se excluir totalmente os de “maior status” dos estudos quando existe a possibilidade, ainda que eventual, de constarem como categoria de análise. Chartier, exemplificando, defende ser extremamente difícil definir como popular objetos ou práticas culturais.

Ao verificar os grupos sociais, e não focar em práticas ou objetos, é possível perceber, por exemplo, a participação de elites tanto em atividades culturais populares como eruditas. Então, surgem novos questionamentos: “O que é cultura? O que seria história cultural?”. Burke apresenta a ideia de ser

um conceito vago. Em geral, é usado para se referir a “alta cultura”. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa cultura”, ou cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e as ciências. Depois, foi empregada para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar) (BURKE, 2008, p. 43).

Primeiramente foco de estudo de antropólogos, a cultura passa a ser estudada por historiadores, surgindo o que Burke denomina de “a era da Antropologia Histórica” e “a era da Nova História Cultural”.

O termo Nova História Cultural (NHC) nasce no final dos anos 80, com a publicação em 1989, por Lynn Hunt, de uma coletânea de artigos apresentados em 1987 num seminário na Universidade da Califórnia. A palavra “nova” objetiva distingui-la das demais, assim como “cultural” a diferencia da história intelectual, da história social. Novos problemas são analisados e discutidos com enfoque na “teoria da cultura” como, por exemplo,

a obra de feministas como Julia Kristeva e Luce Irigaray, que analisavam as diferenças entre o discurso masculino e o feminino... Certas teorias culturais

fizeram com que os historiadores tomassem consciência de problemas novos ou até então ignorados, e, ao mesmo tempo, criassem por sua vez novos problemas que lhe são próprios (BURKE, 2008, p. 69-70).

Autoras e pesquisadoras como Joan Scott afirmam que agora as mulheres passam a ser não apenas somadas às novas pesquisas como reescrevem, com um novo olhar, o já explorado. Ou seja, além de objeto de pesquisa, as mulheres cada vez mais se tornam pesquisadoras. Como tal, esta tese é acrescentada à história como a sua reescrita, através da perspectiva e narrativa da pesquisadora, fundamentada e problematizada a partir das fontes e das concepções teóricas.

Burke cita quatro autores que são importantes para a NHC: Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Diferente dos demais autores, Bourdieu não escreveu História, mas suas teorias e conceitos são contribuições importantes para os historiadores culturais. Para Burke, “esses quatro teóricos levaram os historiadores culturais a se preocuparem com as representações e práticas, os dois aspectos característicos da NHC segundo um dos seus líderes, Roger Chartier” (BURKE, 2008, p. 78).

Conforme o autor, uma nova possibilidade de objeto de estudo se apresenta com a NHC: as práticas. Como por exemplo, cita o autor, o olhar para as práticas religiosas e não para a teologia. Surge também como tema de análise a prática de se colecionar, com foco na cultura da coleção, com estudos sobre o que colecionar, “a filosofia ou psicologia do ato de colecionar, a organização das coleções e suas categorias básicas a teoria subjacente à prática e, finalmente, o acesso às coleções” (BURKE, 2008, p. 81). Pertencem aí estudos sobre arquivos, bibliotecas e museus, bem como pesquisas que utilizam fontes que se encontram nesses locais, como por exemplo, a constituição dessa tese.

Crescem as pesquisas relacionadas à história da memória (memória social ou memória cultural), em especial, após o lançamento da coleção de Pierre Nora com sete volumes⁷ sobre o tema. Burke sugere que esse interesse, possivelmente, se deve “à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar o que somos daquilo que fomos” (BURKE, 2008, p. 88).

⁷ Publicada originalmente em sete volumes, entre 1984 e 1992, a obra “*Les lieux de mémoire*” ainda não possui todos volumes traduzidos para o Português.

A História Cultural possibilitou “trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo história de vidas” (PESAVENTO, 2003, p. 118). Mas é necessário refletirmos

de que memória estamos falando? Homens e mulheres, ou a velha e a nova geração, podem não se lembrar do passado da mesma maneira. Em uma dada cultura as memórias de um grupo podem ser dominantes, e as de outros, subordinadas (BURKE, 2008, p. 90).

Assim, é importante esclarecer quem são os sujeitos constituintes da pesquisa. No caso desta, as memórias orais foi baseada a partir dos relatos de estudantes secundaristas envolvidos com a URES e o primeiro reitor eleito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, o qual esteve por diversas vezes reunido com a URES.

Além das possibilidades de pesquisas já apresentadas, a NHC proporcionou o advento dos trabalhos relacionados à cultura material, principalmente “alimentos, vestuário e habitação” (BURKE, 2008, p. 92). Em 1986, o neozelandês Don Mckenzie sugere o estudo das formas materiais dos livros, ressaltando que “elementos não verbais, entre eles a própria disposição do espaço, eram portadores de significados” (BURKE, 2008, p. 91).

Pode-se afirmar que essa virada nas pesquisas, com relação a objeto de estudo e fontes, se dá com o crescimento do olhar do pesquisador sobre a não elite, como ocorre no trabalho de Thompson. Ele traz a visão de pessoas comuns a um determinado acontecimento, assim, “os historiadores tornaram-se cada vez mais conscientes de que pessoas diferentes podem ver o mesmo evento de estrutura a partir de perspectivas muito diversas” (BURKE, 2008, p.101). Dessa forma, é possível erigir uma nova História, a partir de novos olhares, seja na perspectiva tradicional, em que o historiador “constrói seus textos e suas interpretações” (BURKE, 2008, p. 107), ou para-além, onde levanta “o próprio passado” (BURKE, 2008, p. 107).

Pesquisadores começam a desenvolver novas atuações, como de classe, gênero, identidades individuais; documentos pessoais começam a ser mais utilizados fontes como cartas, narrativas, diários, autobiografia. “Há uma preocupação cada vez maior com a retórica de tais documentos, a ‘retórica da identidade’. Com a possibilidade de relatos orais, surgem também temas não valorizados anteriormente,

muitas vezes por estarem relacionados a ‘boatos, baladas e contos populares’” (BURKE, 2008, p. 123). Há de se considerar, também, a questão do ocasionalismo, pois “em diferentes situações, na presença de diferentes pessoas, o mesmo indivíduo comporta-se de modo diverso” (BURKE, 2008, p. 125). Os possíveis temas tratados até então seriam consolidados com crescentes publicações, mas ele aposta em um aumento de pesquisas voltadas para temas que envolvem a violência, emoções, percepções e, por que não, o retorno de estudos sobre a alta cultura. Especificamente nessa tese, não é possível desassociar o ensino secundário como opção para as elites, mas não apenas para uma classe economicamente superior e sim, uma elite cultural, letrada.

No contexto da NHC há uma gama diversificada de possibilidades de objetos de pesquisa bem como de fontes. O não uso de elementos considerados tradicionais nas pesquisas de cunho histórico até então de forma alguma desmerece a pesquisa, ao contrário, enriquece. Isso se dá pela possibilidade de múltiplos olhares sobre um mesmo objeto a partir de fontes diferenciadas, como por exemplo, o que aqui foi aplicado, a história oral e análise de documentos, as quais serão expostas a seguir.

2.1 História oral enquanto metodologia/técnica.

Nesta pesquisa, estudaram-se algumas formas de interação social entre os associados da URES bem como entre a própria instituição com a sociedade. Para a compreensão da pesquisa proposta, foi realizada a análise das fontes primárias: vários tipos documentais e de entrevistas. Ambas as fontes, por várias vezes, se intercalaram como base de análise, ora sendo focalizados mais os documentos ora as entrevistas, que se entrelaçaram, tornando o ato de valorar uma em detrimento de outra um ato impossível, como se observa na escrita das próximas páginas.

A entrevista é o cerne da história oral, a qual teve seu início no século XX, com o advento de tecnologias que tornaram possíveis o seu registro, tais como gravador de áudio e vídeo. Isso só foi possível graças à própria concretização das Ciências Humanas. Verena Alberti, ao citar Dilthey, explica que “as ciências naturais tinham como fundamento a explicação, enquanto as ciências humanas se baseavam a compreensão” (ALBERTI, 2007, p. 18). Por ser recente, conforme Roger Chartier

(2014), os historiadores atuais, que se valem da metodologia da história oral, “podem oferecer uma audição literal das palavras cuja história escrevem” (CHARTIER, 2014, p. 7). Os demais “precisam escutar os mortos somente com os olhos e recobrar as velhas palavras em arquivos nos quais o vestígio escrito delas foi preservado” (CHARTIER, 2014, p. 7). A história oral se baseia nas memórias, testemunhos e relatos de pessoas que vivenciaram determinados eventos e pode ser documentados através da realização de entrevistas, registros em áudio e vídeo, e também através da escrita, tornando-se esses documentos fontes secundários para pesquisa.

De acordo com Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, a história oral tem o seu tímido início nos anos 70, no Brasil, mas apenas a partir de 1990 experimenta “aquí uma expansão mais significativa” (FERREIRA e AMADO, 2006, p. X). Essa concepção não é uma unanimidade; o posicionamento dos pesquisadores diverge entre a história oral ser uma técnica, uma disciplina ou uma metodologia.

Aos defensores da História Oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação das entrevistas, e o aparato que as cerca: tipo de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelo de organização de acervos (FERREIRA E AMADO, 2006, p. XIV e XV).

Esses pesquisadores costumam utilizar as entrevistas como um apoio a outras metodologias e técnicas, como a pesquisa documental, por exemplo. Enquanto metodologia, na concepção de Ferreira e Amado, a história oral é perfeitamente capaz de refletir sobre si, com capacidade

de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática – no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações do discurso, etc. (FERREIRA E AMADO, 2006, p. IXX).

Dessa forma, a metodologia da história oral interliga a teoria e a prática. A presente pesquisa pretende compreender a interação social dos alunos secundaristas sob a ótica do movimento de estudantes secundaristas “por meio da história local” (THOMPSON, 1992, p. 21), contribuindo para uma nova perspectiva, um novo olhar já que a história oral “pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação” (THOMPSON, 1992, p. 22). Assim, “o desafio da história oral relaciona-se, em parte, com essa finalidade social essencial da história” (THOMPSON, 1992, p. 21).

O autor argumenta que “a realidade é complexa e multifacetada” (THOMPSON, 1992, p. 25), e, uma vez que com a história oral se tem um número ampliado de fontes, esta “permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p. 25-26). Com a variedade de entrevistados, “a História Oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social como um todo” (THOMPSON, 1992, p. 26), permitindo “certa mudança de enfoque” (THOMPSON, 1992, p. 26) já que se busca “na imediata proximidade da lembrança e na busca de anamnese, ou na construção da memória coletiva” (CHARTIER, 2002, p. 8).

No momento em que se pretende compreender uma ação social, a utilização da história oral possibilita esse feito através do uso de entrevistas. “O que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de suas vivências” (ALBERTI, 2007, p. 18-19). A busca do pesquisador por um entrevistado se dá pela “busca de alguma informação e de algum conhecimento que aquele indivíduo detém, e que o próprio pesquisador – mesmo que muito bem informado e preparado – não detém” (ALBERTI, 2007, p. 23). Thompson ressalta que “a utilização de entrevistas como fonte para historiadores profissionais vem de muito longe e é perfeitamente compatível com os padrões acadêmicos” (THOMPSON, 1992, p. 22), além disso, poderá proporcionar “um meio de descobrir documentos escritos e fotografias, que, de outro modo, não teriam sido localizados” (THOMPSON, 1992, p. 25).

Com a história oral, para o autor, “o processo de escrever história muda juntamente com o conteúdo [...] Essa mudança brota da natureza essencialmente criativa e cooperativa do método da história oral” (THOMPSON, 1992, p. 28-29), uma vez que é uma “história construída em torno das pessoas. Ela lança vida dentro da própria história e isso alarga o seu campo de ação... em suma, contribui para formar seres humanos mais completos” (THOMPSON, 1992, p. 44).

Com base em Maurice Halbwachs (1990), Pierre Nora (1993) e Joel Candau (2012), apresentam-se algumas considerações com relação às memórias, a qual basicamente se define como o conjunto de processos pelos quais o cérebro armazena e recupera informações. Desde o século V a.C, as memórias tem sido estudada por filósofos e historiadores como o meio de conservação de lembranças de experiências vividas, tanto individual como coletivamente.

Trabalhar com a história oral é trabalhar com as memórias, que, por sua vez, envolve o anseio, de forma individual ou coletiva, da identidade “na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1989, p. 5). Dessa forma, é possível afirmar que o conjunto de lembranças de alunos secundaristas de uma determinada época pode formar a memória do coletivo, tendo um conjunto documental a função de testificar e consagrar essa lembrança. Conforme Nora (1993), a memória não é algo inerte e estanque, pelo contrário, “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 20).

Nora (1993) ainda informa que grupos, famílias e nações conservam o passado com o intuito de prepararem-se para o futuro como forma de afirmação de identidade. Para o autor, o presente, antes suficiente, “mostra-se então inquieto, em busca de raízes e identidade, revelando-se incapaz de preencher a distância, no limite da ruptura, que ele mesmo cavou entre o campo da experiência e horizonte de espera” (NORA, 1993, p. 129). Esta transformação ocorre com a interligação entre memória, patrimônio e comemoração com o intuito de buscar o sentimento de identidade, pertencimento.

Candau (2012) classifica a memória em três tipos. A primeira, a protomemória ou memória de baixo nível é formada a partir da aprendizagem, em especial, na infância. A segunda forma de memória seria a de alto nível, também reconhecida pelo autor como a memória em si. Esta é ativada inconscientemente ou de propósito junto com sentimentos e emoções e demonstra nossa trajetória de vida, permitindo o lembrar e o esquecer. Por fim, a metamemória, “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela, o que diz dela” (CANDAU, 2012, p. 23).

Maurice Halbwachs (1990) possui um dos primeiros estudos sobre memória na área das Ciências Sociais e Humanas. Para ele, é possível o estudo da memória fora da Psicologia e da Psiquiatria; para o autor, a lembrança pessoal existe a partir da coletiva, “as memórias individuais se alimentam da memória coletiva e histórica” (HALBWACHS, 1990, p. 41).

A lembrança de um indivíduo pertence a determinados grupos cuja memória é ali constituída apesar de seu individualismo. Ao estudarem Halbwachs, os autores Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud (1993) sintetizam a ideia de que enquanto indivíduo há o estágio de uma simples "semente de rememoração" (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, s.p.) que pode evoluir para uma imagem "e finalmente, pode tornar-se memória viva" (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, s.p.). Esse momento é concretizado graças ao "apego afetivo a uma comunidade que dá consistência às lembranças" (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993, s.p.). Essas são alicerçadas no reconhecimento de momentos já vividos e de sua reconstrução, que não é linear, e sim, de ocasiões destacadas de um todo.

A memória é esse trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais, nos quais as lembranças podem permanecer e, então, se articularem entre si. "Não se busca uma reconstrução do passado tal qual ele existiu, pois o vivido e o (re) lembrado possuem dimensões distintas" (CASTRO; WEIDUSCHADT, 2016, p. 5), portanto, nesta pesquisa, ao se utilizar a história oral não se pretendeu verificar como se deu uma determinada situação, mas como é lembrada e representada pelos entrevistados, tanto de forma individual como coletiva.

Halbwachs (1990) defende que a memória é coletiva, sendo uma unificação do conjunto de lembranças de cada um. Assim, a memória individual existe, mas é intrínseca num todo maior, o qual é formado pelas experiências individuais entrelaçadas. Pode-se afirmar que a memória coletiva é manifestada através das memórias individuais, as lembranças irão sempre necessitar de um sujeito, mas a construção da memória coletiva é ativada a partir das vivências em grupo. As lembranças de outros indivíduos nos auxiliam na nossa própria recordação.

Candau não desconsidera Halbwachs, mas defende o conceito de que a memória possui, também, traços individuais, uma vez que cada um interpreta e vivencia uma determinada experiência de forma única. O termo memória coletiva "é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros do grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo" (CANDAU, 2012, p. 24)

Assim, enquanto no âmbito individual, a memória tem o seu papel na reconstituição de um momento a ser estudado, como nessa proposta de pesquisa. Mas, a recriação, o entendimento, a reflexão sobre o tema podem ser mais proveitosos

na inter-relação da memória de vários indivíduos, proposta da história oral, já que os pontos de vista podem se diferenciar.

A maneira como cada um dos sujeitos entrevistados irá (re) lembrar suas vivências, será diversa, uma vez que, cada indivíduo tem as suas percepções acerca de determinado assunto, acontecimento e trajetória de vida. O que fará com que cada um, evoque suas memórias e experiências de maneira também diversificada (CASTRO; WEIDUSCHATD, 2015, p. 35).

Dessa forma, esse entrelaçamento proposto constitui a memória coletiva, resultando “em uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que são o conteúdo da memória coletiva” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). As memórias podem até não existir sem o coletivo, porém, é a lembrança individual que produz um testemunho único, capaz de divergir do que é de comum acordo no coletivo.

2.2 Início da pesquisa: o entrelaçamento da história oral com a análise de documentos

O início desta pesquisa se deu ao ser encontrado pela pesquisadora um documento junto ao Centro de Documentação Histórica Professor Hugo Alberto Pereira Neves⁸ com a assinatura de diversos alunos secundaristas (Anexo A). Esse encontro documental ocorreu em uma visita ao local para buscar informações sobre a criação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), pois, inicialmente, o projeto de pesquisa tinha como objeto a criação dessa instituição. Em nenhum trabalho acadêmico, jornal ou livro a pesquisadora se deparou com alguma menção à existência daquele documento. Andre Cellard (2012), ao se referir sobre vestígios documentais, afirma que “tais vestígios podem se encontrar, portanto, em toda a sorte de locais, os mais heterogêneos” (CELLARD, 2012, p. 298) e, portanto, “os pesquisadores mais aguerridos sabem que os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos” (CELLARD, 2012, p. 298). Assim, como arquivista da instituição, a pesquisadora poderia ter se contentado com a localização de documentos apenas no Arquivo Geral, mas como pesquisadora da História da Educação, procurei expandir os locais de buscas dos vestígios documentais.

O referido autor ainda traz em seu texto os passos para realizar uma análise documental, enfatizando a importância da análise preliminar (exame e crítica do

⁸ Para mais informações acesse: <https://cdh.furg.br/>

documento) aplicada em cinco dimensões, a saber: o contexto, o autor ou autores, a autenticidade e confiabilidade do texto, a natureza do texto e os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2012, p. 299-302), só depois será realizada a análise efetivamente.

Com relação ao contexto, Cellard afirma a importância de um conhecimento do “contexto global” (CELLARD, 2012, p. 299), verificando a época em que o documento foi escrito, “a conjuntura política, econômica, social, cultural, que proporcionou a produção de um documento determinado” (CELLARD, 2012, p. 299). Dessa forma, é possível compreender ideias, pensamentos que nortearam o autor do documento, como, por exemplo, se tinha um viés político ideológico; conseguir identificar lugares, fatos e pessoas citados no documento. É possível, inclusive, compreender certas singularidades e principalmente, não se permitir a interpretação baseada nas práticas atuais. O autor reforça a importância dessa etapa como forma de enriquecer o trabalho de pesquisa e incentiva não apenas o conhecimento do contexto local, mas global.

Da mesma forma, é fundamental conhecer a autoria, se é de forma pessoal ou representativa. Identificar a autoria permite definir de forma mais correta “a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento” (CELLARD, 2012, p. 300).

Também é importante refletir acerca do motivo que levou esse documento ao conjunto documental, a estar preservado para consulta, ou até mesmo, a ser encontrado pelo pesquisador. É fundamental considerarmos se é um item pertencente a um arquivo particular institucional, religioso, governamental e em que isso implica. Se forem utilizados apenas documentos de um tipo de acervo, teremos apenas aquela perspectiva. É importante mesclar os diversos depositários como fonte de pesquisa.

Não cabe apenas apreciarmos o contexto e a autoria, mas também a autenticidade e confiabilidade do texto, “a qualidade da informação transmitida” (CELLARD, 2012, p. 301). Documentos de séculos anteriores, por exemplo, podem ter sofrido deturpações não propositais (ou até), uma vez que era necessário passar por copistas, que muitas vezes tentavam decifrar letras praticamente ilegíveis.

Há também que se perceber a questão temporal do fato ocorrido que gerou a necessidade de um documento até a sua criação. Da mesma forma, é interessante

perceber o tipo documental, chamado pelo autor de natureza do texto, “não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado a seus superiores, e em um diário íntimo” (CELLARD, 2012, p. 302). Para o autor, é imprescindível que o pesquisador relate dificuldades encontradas, possibilidades de erros, “depoimentos mais derivados” (CELLARD, 2012, p. 302).

Por fim, é igualmente relevante verificar os conceitos-chaves e a lógica interna do texto, assim como conhecer as terminologias da época.

Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma preocupação totalmente pertinente ao caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utiliza-se um “jargão” profissional específico, ou nos que contém regionalismos, gíria própria a meios particulares, linguagem popular, etc. (CELLARD, 2012, p. 303).

Além das terminologias, é importante observar a estrutura do documento, o “andar” das argumentações, a cadência da escrita. Para o autor, somente após esses passos o pesquisador deve partir para a análise documental propriamente dita.

O documento referido no começo desta seção e que deu início a este estudo ao ser encontrado, apresenta um texto seguido da assinatura de 130 pessoas. Por ele ser do tamanho de uma folha ofício, portanto maior do que A4, tamanho utilizado atualmente e passível de gerar dificuldade na leitura ao se digitalizar, optou-se por apresentá-lo na íntegra como Anexo A, e no corpo deste texto serão destacadas algumas considerações. O documento possui como data tópica, o município do Rio Grande, e data cronológica, 27 de junho de 1967.

A FURG foi criada em 20 de agosto de 1969, mas o documento em questão é de dois anos antes, 1967, o que demonstra o interesse da sociedade rio-grandina em possuir uma Universidade Federal em seu território há algum tempo. Existe ampla movimentação da sociedade civil, como o engajamento de empresários e políticos para a consecução desse objetivo. O ano em questão encontra-se no período da ditadura civil-militar, um momento de tensão e também de oportunidades. O município do Rio Grande, por encontrar-se próximo à área de fronteira, no extremo sul do país, possui um grande número de guarnições militares, em especial do Exército e da Marinha, e contava com a presença de comandantes locais na gestão do país, oportunizando o contato necessário para o pedido em questão. Assim, os estudantes

do Curso Científico do Colégio São Francisco, autores do documento aproveitaram o momento para encaminhar a solicitação.

O documento apresenta um alto grau de autenticidade e confiabilidade ao ser datilografado em papel com o timbre do estabelecimento de ensino, constituindo esse suporte um sinal de validação.

O texto é de uma escrita formal destinada a uma autoridade pública, no caso ao Ministro da Educação e Cultura, e apresenta argumentos coerentes e significativos para justificar a solicitação da criação da Universidade no município. No primeiro parágrafo, traz a identificação dos autores e o motivo da criação do documento, que é apresentado de forma positiva e argumentativa, explorando o envolvimento e o desejo de toda a sociedade do município para tal ensejo. No segundo e terceiros parágrafos, lê-se novamente a solicitação de uma forma um pouco mais apelativa, com a inserção do termo “rogo” duas vezes, quase uma súplica. O texto é finalizado, no último parágrafo com a identificação dos autores e informando que estes são representantes de um universo bem maior: a população em geral do município. Após o último parágrafo, encontram-se as 130 assinaturas, encerrando o documento.

Apesar de não estar nomeado no documento, ele apresenta características de um ofício, gênero textual, no formato de seis folhas no suporte papel e é uma cópia. A cópia foi feita em um papel timbrado da Universidade, o que pode confundir um pesquisador mais desatento. Não há indícios no local de armazenagem com relação a quem doou este documento ao Centro de Documentação Histórica (CDH) nem quando o fez. Com a leitura do documento, percebe-se que os produtores são os alunos do Curso Científico do Colégio São Francisco, do Rio Grande, RS, e possui como destinatário o Ministro da Educação e Cultura, com a função de solicitar a criação de uma universidade federal no local, e conteúdo condizente com tal solicitação, mas não há clareza com relação à tramitação do documento. Não apresenta endereço do destinatário, assim, não se sabe se o documento foi encaminhado via agência dos Correios, malote oficial, entregue em mãos por alguém na sede do Ministério, para o ministro ou algum assessor ou secretário ou até mesmo se foi entregue em mãos para o próprio ministro em uma visita ao município ou estado. Nenhum dos entrevistados se recorda da forma como foi feita a entrega do documento ao executivo federal, mas informaram que foi entregue.

É interessante verificar que no texto argumentativo da solicitação, em nenhum momento há o uso da justificativa da necessidade deles, alunos secundaristas signatários, em continuar os seus estudos em um nível superior. É possível supor que esses estudantes tinham certa condição financeira, em especial por serem alunos de uma instituição particular de ensino, e poderiam dar continuidade aos seus estudos nas faculdades isoladas⁹ já existentes no município e até mesmo fora do Rio Grande, o que não os exime de arrostarem por um desejo da comunidade em geral como argumentado no documento, engajando-se assim na luta do movimento estudantil em todo o país.

Ao analisar as assinaturas dos alunos, foi identificada a de número 73 como a do professor Dr. Péricles Gonçalves, atualmente docente do Curso de Direito da FURG e Patrono na 46^o Feira do Livro do Rio Grande, em 2019. Em uma entrevista publicada no site da FURG¹⁰, intitulada “Uma conversa com o Patrono da 46^a Feira do Livro, Péricles Gonçalves” ele afirma que a criação da Universidade não foi de fácil concretização. Ele lembra que “durante a luta, eu era estudante secundário e integrante das entidades estudantis representativas, então lembro que a Prefeitura, CDL, Câmara do Comercio, Centro de Indústrias e todas as forças da cidade se juntaram para se ter uma universidade” (GONÇALVES, 2019).

No caso desta pesquisa, o início do uso de fontes orais se deu através de uma entrevista com o Sr. Péricles Gonçalves, com o intuito de compreender como se constituiu o documento anteriormente mencionado. Para tanto, foi utilizado o *smartphone* pessoal da pesquisadora, com um aplicativo de gravador de voz. Após, foi transferida a gravação para o *drive* vinculado à conta de e-mail do *Google*. Depois de feita a transcrição, esta foi encaminhada para o entrevistado que a analisou e a aprovou, permitindo, por via documental, o seu uso, bem como abrindo mão dos direitos autorais. Também foi solicitada a autorização para que a transcrição venha a ser parte integrante do acervo do Centro de Estudos e Investigações em História da

⁹ O conceito e a prática de se constituir uma instituição, com uma administração e múltiplos cursos é recente no país. No caso do município do Rio Grande, anteriormente à fundação da Universidade, existiam algumas faculdades isoladas, instituições que ofereciam um curso específico, como a Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito, etc. Estes serão tratados mais adiante.

¹⁰ Entrevista disponível em: <https://www.furg.br/50-anos-noticias/uma-conversa-com-o-patrono-da-46-feira-do-livro-pericles-goncalves>. Acesso em: 24 maio 2019.

Educação (CEIHE), e dessa forma possa ser utilizada em outros momentos, por outros pesquisadores. Esses passos foram executados em todas as entrevistas *a posteriori*.

Através dessa entrevista, foi possível dar início à compreensão da criação do documento supracitado e a descoberta de que existia uma associação de estudantes secundaristas formalmente instituída no município. Apesar de não constar na solicitação, conforme o entrevistado coube a URES elaborar e arrecadar as assinaturas. Efetivamente, a “descoberta” de uma associação que reunia estudantes secundaristas no município se deu graças a essa entrevista. Assim, no contexto desta pesquisa, o entrevistado passou de um signatário de um documento para integrante de movimento estudantil organizado. Sobre essa sua participação, ele declarou que o fez “desde 1961, quando fui eleito vice-presidente do grêmio do São Francisco e até 1969 quando eu ingressei na então Faculdade de Direito Clovis Bevilacqua” (GONÇALVES, p. 1, 2019b). Conforme o entrevistado, a URES esteve engajada em várias causas, não apenas municipais. Uma das participações mais fervorosas foi pela instalação do ensino superior no município. Logo após, a luta continuou até a federalização da universidade aqui constituída.

Então eu vivenciei num primeiro momento um movimento estudantil absolutamente voltado para as causas secundaristas de âmbito regional, local e estadual. Eu participei de congressos estaduais, fui presidente da União Regional dos Estudantes do Sul do Estado, que é uma entidade que agregava 13 cidades da região Sul... cuja sigla era URESE, e também esta entidade, num determinado momento junto com a URES que fazia parte da URESE também se engajou nesse movimento de tentar trazer para RG uma universidade. Por que na verdade numa época que nós tínhamos faculdades isoladas os estudantes secundários tinham dificuldades, aqueles que não queriam aqueles cursos que já estavam instalados, eles pensavam em ter uma universidade. [...]. Então esse movimento foi um movimento que tomou bastante corpo. [...] Então na verdade foi um movimento muito, vamos dizer assim, comunitário. Porque não foram só os estudantes secundários, foram a Câmara do Comercio e Indústria, A Fundação Cidade do Rio Grande que teve uma influência tremenda nisso, porque era a criadora do primeiro curso superior na cidade, o de Engenharia. Esse movimento teve nos estudantes secundários uma força bem grande. Na época havia um movimento estudantil organizado (GONÇALVES, p. 1, 2019b).

A partir desse momento, apresenta-se um breve vislumbre do movimento e sua atuação, abrindo também várias lacunas que precisariam ser preenchidas. Para tanto, foi solicitado ao entrevistado que desse sugestões de possíveis colegas que também poderiam conceder entrevista. Ao olhar a lista de signatários do documento, alguns nomes surgem, bem como a preocupação que a pesquisadora ponderou com relação

a possíveis óbitos. Então, conforme o Sr. Péricles havia quatro pessoas passíveis de serem entrevistadas. Além desses, ele ainda sugeriu um nome que não estava na lista dos alunos que assinaram o documento anteriormente citado, haja vista que sua participação foi posterior, mas que têm em sua residência muitos documentos do movimento estudantil secundário, o Sr. Renato Lempek.

Então nesse movimento de indicação, para a consecução desta tese, foram entrevistadas nove pessoas, conforme a Figura 1 a seguir. As entrevistas realizadas em 2019, antes da pandemia, foram feitas de forma presencial. Já as demais a distância, no modelo remoto. No quadro, é apresentado o nome do entrevistado, a data da entrevista e sua relação com a URES.

Nome	Data entrevista	Relação com a URES
Péricles Antonio Fernandes Gonçalves	Julho 2019	Secundarista, integrante da direção
Renato Tubino Lempek	Julho 2019 e Dezembro 2020	Secundarista, presidente 1971
Wlady Aguiar dos Anjos	Novembro 2019	Secundarista, esposa do organizador do primeiro Congresso com a finalidade de se constituir a associação
Paulo Renato Moura Cuchiara	Janeiro 2021	Secundarista, Presidente 1968-1969
Margareth da Silva Pereira	Janeiro 2021	Secundarista, Secretária 1971
José Antonio Martinez	Janeiro 2021	Secundarista, Primeiro Presidente 1953
Mauro Cândido Figueiredo Ballester	Janeiro 2021	Secundarista, Presidente 1967
Eurípedes Falcão Vieira	Janeiro 2021	Primeiro Reitor eleito – FURG 1972-1977 e fomentador do movimento estudantil
Sra. Martinez	Janeiro 2021	Secundarista, esposa do primeiro presidente 1953-1954

Figura 1 :Quadro de Entrevistados
Fonte: a autora

O primeiro entrevistado (Gonçalves) sugere alguns nomes, dentre eles, o segundo, Lempek, que por sua vez fornece o contato de outros e assim sucessivamente. Essa ação, relativamente comum quando se trabalha com a história oral, é denominada “bola de neve”, também conhecida como técnica metodológica *snowball sampling*. Ela tem como característica o entrevistador solicitar para o entrevistado indicações de possíveis sujeitos dentro da população pertinentes à pesquisa até que o ponto de saturação seja atingido. Conforme Nelma Baldin e Elzira M. Bagatin Munhoz (2011), este ocorre quando as informações começam a se repetir e nada novo é acrescentado. Deve-se ter em consideração que “a contrastação das memórias individuais, produzidas em entrevistas, demonstra o quanto a experiência pessoal se mistura ao coletivo” (ALMEIDA, 2021, p. 36), assim, há de se entrevistar vários sujeitos sem desgastar o tema.

Após a primeira entrevista, enquanto era aguardada a segunda, surgiu a possibilidade de se verificar se algo sobre a URES havia sido mencionado em jornais do período. Por isso a pesquisa passa a investir no uso de impressos, especificamente jornais locais como fonte de pesquisa e informação.

2.3 Impressos locais como fonte de informação e pesquisa

A imprensa jornalística teve seu início oficial no Brasil em 13 de maio de 1808, com a fundação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente Dom João VI. A Gazeta do Rio de Janeiro foi o primeiro jornal publicado no Brasil, em 10 de setembro de 1808. Mas este não foi o primeiro a circular na nação. O marco inicial se dá em 1º de junho, quando o Correio Braziliense, editado em Londres por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, chega ao país.

Para Jose Marques Mello, o jornalismo é universal, mas com “raízes europeias” (MELLO, 2003, p. 178). O jornalismo brasileiro “nutre-se de um modelo (português) determinado por influências francesas e britânicas” (MELLO, 2003, p. 178). Mesmo assim, o jornalismo brasileiro é “morfologicamente distante dos padrões portugueses, mas que também não constitui uma cópia dos modelos franceses e norte-americanos (sem dúvida nossa maior fonte de inspiração).” (MELLO, 2003, p. 179).

Tania Regina Luca amplia a percepção do uso de impressos como fonte de pesquisa:

Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que "interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam" e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem (LUCA, 2010, p. 114).

Através dessa mudança de olhar sobre os impressos, eles se tornam uma fonte riquíssima de pesquisa. Anteriormente considerada pelos historiadores como uma fonte passível de manipulação de dados, hoje eles não apenas são fontes complementares na pesquisa como o próprio objeto, onde, como citado por Luca, o próprio silêncio, as entrelinhas do dito são capazes de gerar fascínio nos pesquisadores.

Dessa forma, a utilização de periódicos como fonte e também objeto de pesquisa evidencia a sua importância perante a História da Educação. O temor inicial dos historiadores com relação ao seu uso, tendo em vista as prováveis distorções das notícias e manipulação dos fatos, justifica-se dentro de um olhar da História Positivista. Por sua vez para História Cultural são justamente essas as questões que norteiam as pesquisas. Apropriar-se de novas fontes e objetos de pesquisa renova os trabalhos dentro da História da Educação e a consolida como uma disciplina ainda fértil em pesquisa e desenvolvimento intelectual, podendo gerar inúmeras contribuições relevantes para a sociedade.

Para dar início a essa proposta de escrita, buscou-se identificar os jornais de Rio Grande existentes no município com data prévia ao documento, anteriormente apresentado, encaminhado pelos estudantes. Partiu-se do pressuposto de que o documento deveria ter sido confeccionado após exaustiva discussão pela sociedade local e de que algo nesse sentido deveria ter sido registrado em jornais locais da época¹¹. Luiz Beltrão (2013) define a imprensa interiorana como a voz jornalística da cidade.

Na Bibliotheca Rio-grandense, foi identificado o jornal Rio Grande como o impresso da época disponível no acervo, com um número considerável de

¹¹ A Bibliotheca Riograndense detém um acervo robusto de jornais de diversas localidades incluindo local que atendeu a demanda desta pesquisa.

exemplares. Na busca em jornais do primeiro semestre de 1967, foi encontrada uma notícia do dia 18 fevereiro tratando do vestibular unificado entre os municípios de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande para o Curso de Medicina. O referido se constituía de uma prova única onde os qualificados eram divididos conforme sua nota entre as Faculdades em Porto Alegre, em Pelotas ou no Rio Grande. Na já mencionada reportagem, havia a notícia de que ninguém do município do Rio Grande havia se classificado, o que fez com que as vagas existentes para a Faculdade de Medicina do município fossem ocupadas por pessoas de outras localidades. A notícia ainda informava que o sistema unificado era injusto, haja vista que os moradores de Porto Alegre possuíam acesso a uma preparação auxiliar, como os cursinhos equivalentes aos preparatórios para o ENEM nos dias atuais.

Já no dia 21 do mesmo ano, há uma pequena nota informando que duas pessoas que não moravam mais no município, mas que eram ali nascidas, haviam logrado êxito na seleção. No mesmo exemplar, há uma manifestação dos alunos secundaristas publicada na íntegra pelo jornal através do Presidente da União Rio-Grandina de Estudantes Secundários. Assim, pela primeira vez, a pesquisadora teve contato com uma referência ao movimento estudantil secundarista formalmente organizado. As três colunas destinadas à manifestação não foram o bastante para toda a publicação (ainda que o editor não tivesse feito o comentário inicial), o que ocasionou a continuação do texto na página central. Ao manusear o impresso o leitor, inclusive a pesquisadora, depara-se com o final da notícia ao centro do jornal e o início na última página.

No início do texto, há três parágrafos introdutórios de autoria não informada, mas possivelmente do editor, notificando que o exame para o Curso de Medicina se tornou, novamente, o foco das notícias. Assim, é plausível supor que o assunto já vinha sendo discutido pela sociedade local. Cabe informar a existência de uma quebra na editoração do manifesto, que logo após apresenta uma declaração dos secundaristas através da entidade representativa nomeada: União Rio-Grandina de Estudantes Secundários.

Essa manifestação é publicada na íntegra e constituída de 16 parágrafos e subscrição. Começa com o argumento de que as famílias esperam ansiosas que seus jovens consigam concluir os seus estudos, o que inclui o nível superior, e para tanto até testes psicológicos de aptidão realizam. Coloca a dificuldade de conseguir concluir

os estudos e traz dados estatísticos de que apenas 50% dos estudantes secundaristas concluem os dois ciclos que lhe cabem e que desses, apenas 30% conseguem ingresso no ensino superior. Apesar do seu caráter elitista, o ensino superior é visto como necessário pela população rio-grandina. Como afirma Vanessa Barroso Teixeira (2013), sobre o ensino no município “era crescente a oferta e a procura por qualificação na própria cidade do Rio Grande, visando os indivíduos que permaneciam na cidade, em cursos ali existentes” (TEIXEIRA, 2013, p. 84).

O manifesto expõe ainda alguns motivos para essa dificuldade apresentando como a menor delas a falta de competência dos candidatos e a maior o custo financeiro já que as universidades mesmo públicas não eram gratuitas, bem como a própria situação financeira do aluno (e possivelmente sua família) que acabava por fazer com que necessitassem trabalhar. Apesar disso, conforme o texto, os discentes que com esforço conseguem concluir o ensino superior acabam por contribuir através do seu estudo aperfeiçoado com o progresso do país. Diversos acadêmicos eram agraciados com bolsas de estudos financiadas por empresas locais, possibilitando a inclusão de uma nova classe social no ensino superior. Afirma que toda a comunidade local, tanto do setor de comércio, indústria como a população em geral contribuíram para a existência do Curso de Medicina, com local, equipamentos, biblioteca, laboratório, enfim, tudo que era necessário para existência de um curso de graduação, que na época tinha um propósito bem específico: tratar da saúde pública, um dilema nacional. Conforme o sítio do Curso de Medicina da FURG¹², já no final dos anos 50, havia uma movimentação iniciada por jovens médicos atuantes em Rio Grande para a criação de uma Faculdade de Medicina no município. Além disso, o manifesto traz informações relevantes sobre a realidade do ensino no Rio Grande e no estado, afirmando que é notório que tanto o ensino primário como secundário possuem qualidade, independentemente de ser público ou privado.

No entanto, tinha-se conhecimento de que em Porto Alegre, por já existir uma Universidade Federal e uma instituição de ensino superior Católica, havia os chamados pré-vestibulares, cursos em que os candidatos se preparavam para os exames, a certo custo. De certa forma, havia certa injustiça, já que os estudantes rio-

¹² Disponível em: <https://medicina.furg.br/historia>. Acesso em 24 ago. 2022.

grandinos não possuíam condições financeiras para irem até Porto Alegre e lá permanecerem por até um ano cursando o pré-vestibular.

O documento discorre sobre a pressão psicológica do candidato, comparando os exames de vestibular com um momento de guerra, já que todo o processo seria um inimigo, com quem os estudantes como soldados estariam travando uma batalha com nervosismo, momentos íntimos e individuais perante uma banca examinadora. Reafirma a participação da comunidade para a criação da Faculdade de Medicina e o sentimento de apropriação ao chamá-la de “nossa”. Contextualiza aquele momento em que a Faculdade de Medicina do Rio Grande resolve integrar, juntamente com Pelotas e Porto Alegre, o vestibular unificado. Problematiza a questão de que é sabido que a descentralização é mais eficiente, mas que na contramão dessa eficiência, a Faculdade resolvera centralizar os exames. Apresenta novamente dados numéricos, dessa vez informando que a instituição possuía 45 vagas e 33 candidatos no município.

Argumenta outra vez a questão financeira, já que era comum ficarem uma semana na capital, processo que despendia dinheiro que muitas vezes não possuíam, sendo necessário se desfazer de bens ou hipotecar a casa, pegar empréstimos. Reafirma a pressão psicológica sofrida incluindo agora a responsabilidade ainda maior para lograr êxito devido ao esforço financeiro efetivado pela família. Relata a impossibilidade de que nenhum estudante rio-grandino teria capacidade intelectual para ingressar na Faculdade, que por ser um momento de disputa poderiam até não terem se classificado, mas jamais reprovados. Justifica ainda, no próximo parágrafo, que se o processo não ocorresse na capital, onde os moradores locais podiam desfrutar do conforto físico, espiritual e mental da presença de seus familiares, além do auxílio dos professores dos cursinhos pré-vestibular, evocando a questão da preocupação com o horário da alimentação em restaurantes, dependente do funcionamento destes, bem como o isolamento por estarem em hotéis, hospedarias onde não havia conhecidos, a probabilidade de lograrem êxito seria menor. A Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, optou por não participar do sistema de vestibular único, potencializando as suas vagas para os moradores locais e questionava se a atual Faculdade de Medicina no Rio Grande realmente pertenceria a comunidade local.

Havia entre os munícipes “a consciência quanto à perda do potencial humano que a cidade sofria” (NOVO, 2004, p. 78) no momento em que moradores não logravam êxito no município e precisavam partir para outras localidades e, portanto, há um forte sentimento na sociedade local de que os estudantes da tão sonhada Faculdade de Medicina do Rio Grande fossem cidadãos rio-grandinos. O manifesto relata o caso de uma senhora com precárias condições financeiras que doou a quantia de NCr\$3,00 para a Biblioteca da Faculdade de Medicina com o sentimento de esperança para que as próximas gerações, que incluía o seu neto, pudessem vir a desfrutar desse acervo. Assim, surgia o questionamento: É possível que alguém que tenha uma situação econômica frágil ingresse na Faculdade de Medicina com os moldes atuais de um vestibular unificado? O texto conclui argumentando que poderia se falar mais sobre o assunto, mas que no exemplo da senhora supracitada já muito foi dito, bastando por ora e pede para que se acabe com essa forma de ingresso voltando aos moldes anteriores de uma seleção local. O texto é encerrado por: A Presidência do Conselho de Representantes da União Rio-Grandina de Estudantes Secundários. /¹³Carlos Alberto Monteiro Badejo/ Presidente.

A partir dessa ação social, denunciando o não preenchimento das vagas do curso de Medicina por discentes rio-grandinos, deu-se início a toda uma movimentação no município para efetivar a criação da até então nomeada Universidade do Litoral, atual Universidade Federal do Rio Grande-FURG, com a finalidade de atender a demanda dos “filhos da terra” (NOVO, 2004, p. 80).

Após o encontro da notícia mencionada, optou-se por continuar as buscas nesse periódico acerca da URES. Foram analisados exemplares do jornal publicados no período de 1953 a 1969.¹⁴ Foram encontrados 69 textos, dos quais 16 eram

¹³ As barras foram utilizadas como indicação de mudança de linha no documento original.

¹⁴ O primeiro artigo encontrado, conforme já exposto, data de 1967. Após a primeira entrevista tomase conhecimento da criação da URES em agosto de 1953. Assim, admite-se esse ano como referência inicial das pesquisas. O ano de 1969 é escolhido por, inicialmente, se considerar o término das pesquisas, já que primeiramente iria se concluir as pesquisas com a criação da Universidade Federal do rio Grande – FURG e a participação da URES. A listagem simples com as datas das publicações referentes a URES é produzida antes da qualificação ocorrida em dezembro de 2019. A decisão de se usar a Coluna do Estudante é tomada após, já em um período diferencial vivenciado mundialmente, a pandemia de covid-19. A esperança que o momento fosse breve infelizmente não ocorreu. O retorno ao depositário das fontes foi momentaneamente (diante de uma perspectiva histórica) e demoradamente (na perspectiva dessa escrita) impedida. A fim de diminuir os possíveis “danos” optou-se por encaminhar a listagem com as datas e títulos por e-mail para a Bibliotheca Riograndense e solicitar a imagem das publicações.

reportagens sobre essa associação e 53, crônicas escritas por integrantes da URES em um espaço concedido a eles denominado Coluna do Estudante. Elege-se, assim, essa coluna como fonte para a pesquisa. O uso de um espaço concedido em um veículo de comunicação local proporciona não apenas o intercâmbio dos jovens entre eles, mas também com toda a comunidade. Cabe, portanto, averiguar como se deu essa interação, já que conforme Nilda Stecanela “a socialização dos jovens decorre em múltiplos espaços e tempos” (STECANELA, 2008, p. 50).

Para auxiliar na análise e interpretação dos dados, foi montada uma planilha com cinco colunas, a saber: numeração sequencial, data da publicação, título, assunto e autoria (Apêndice A). O preenchimento se deu a partir das imagens das publicações obtidas junto à Bibliotheca Rio-Grandense ao custo de cinco reais cada uma. Dos 53 artigos, quatro foram publicados em 1956; 37, em 1957; oito, em 1958 e quatro 1962 (Figura 2).

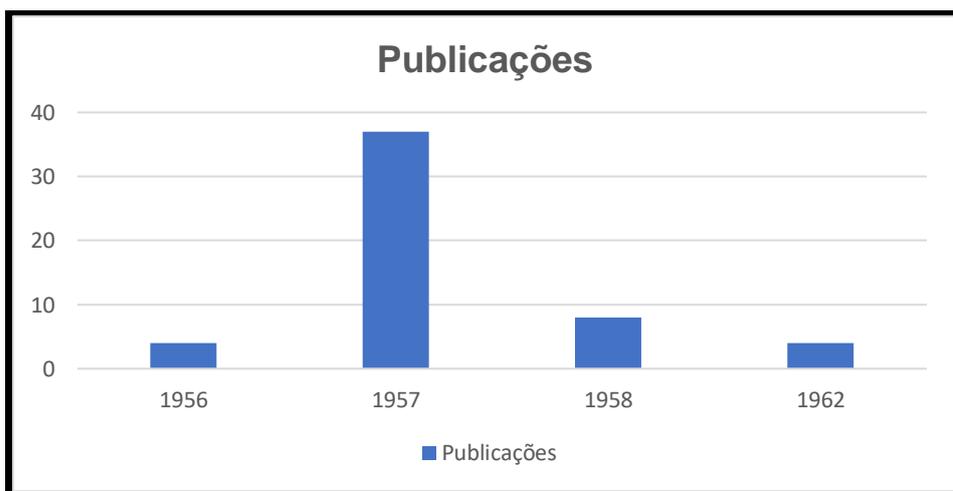


Figura 2: Gráfico com as publicações da Coluna do Estudante
 Fonte: Jornal Rio Grande
 Organizado pela autora

Não foi possível identificar com certeza a periodicidade da Coluna do Estudante. Observa-se uma tentativa de se publicar semanalmente, mas em vários momentos ela não mantém o mesmo ritmo ou até mesmo é descontinuada, como durante os anos de 1959 a 1961. A primeira publicação data de 28 de julho de 1956 e a última de 2 de junho de 1962. É importante frisar que a coleta dessas informações foi feita com o intuito de verificar a possibilidade de se utilizar essa fonte na pesquisa, sempre objetivando o retorno ao depositário e a revisão dos jornais. Apesar de o

primeiro passo ter sido feito com cuidado, não há garantias que eventualmente alguma publicação tenha passado despercebida. Isto pode ter ocorrido, em especial, por a coluna não ter um local fixo nas páginas do jornal, bem como não existir um padrão no tamanho, número de linhas e apresentação gráfica. Apesar de haver uma identidade visual (Figura 3), eventualmente ela não aparecia, talvez para compensar o pouco espaço naquela edição.



Figura 3: Identidade visual da Coluna
Fonte: Jornal Rio Grande, 21 fevereiro de 1967
Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2021

Ao observar a planilha, constata-se na Coluna do Estudante textos de gênero literário, informes e entrevistas, além de um artigo publicado com a intenção de que os alunos secundaristas se convençam da necessidade da filiação junto aos grêmios estudantis de suas escolas e desses a URES. O maior número constitui-se de crônicas. No ano de 1957, encontram-se 27 e em 1958, sete.

Um exemplo de crônica publicada é a intitulada “A Vaca”, de 2 de outubro de 1957, sem autoria identificada. Um texto bucólico que descreve uma situação inusitada, talvez nem tanto na época, ocorrido em uma ida do autor à praia do Cassino. Escrito com uma linguagem simples e com tons de humor, o texto é leve e de fácil compreensão; ele relata o encontro do autor com um animal, julgado por ele como da raça holandesa, o qual se encontrava no meio da estrada impedindo o transitar dos veículos. Após diversas solicitações para que o *vacum* saísse, não logrando êxito, por

fim pensa que talvez ele não entenda português e apela para gestual, até que, por fim, consegue seguir seu caminho, após muita argumentação.

Conforme Jesilina Alves Cardoso (2008) e Fernanda Nayara da Silva Mendonça (2017), a crônica surge no meio jornalístico como um intermediário entre os assuntos leves e os sérios. Seu surgimento nos folhetins remonta ao próprio início das publicações, mas sua consolidação no Brasil se deu na década de 1930 “com a forte marca estilística do humor que deixou de lado a seriedade dos nossos problemas diários, mas sem desconsiderar os sentimentos humanos e a crítica social,” (MENDONÇA, 2017, p. 61). Pode-se dizer que a crônica trata de “coisas pequenas, os assuntos miúdos que faziam – e fazem – parte do dia a dia das pessoas. Constitui um registro dos temas corriqueiros, até banais, que se encontram na cotidianidade dos atores sociais mais diversos” (CAVALCANTI, 2018, p. 4).

A crônica caracteriza-se

como um texto dirigido a um público vasto, de todas as classes, cujo objetivo era, em princípio, o entretenimento. A crônica possui linguagem simples e acessível, baseada na maioria das vezes, em notícias do próprio jornal, como assassinatos, crimes, piadas, adultério e também fatos corriqueiros (CARDOSO, 2008, p. 24).

Um texto curto em um espaço pequeno, escrito de maneira singela e de fácil compreensão a todos os tipos de público leitor. É uma modalidade discursiva atemporal, ainda que o presente seja o mais recorrente. O autor passa a se inserir na teoria do tempo, “escreve à medida que discute o seu dia-a-dia, que nutre o discurso do tempo real, vivido ao longo do dia. Por isso, pensar o tempo da crônica é pensar o autor no tempo” (CARDOSO, 2008, p. 31). Ao escolher o que e como pretende narrar, o cronista cunha um momento de “confiabilidade com seus leitores. Estabelece laços de reconhecimento entre aquele que narra e os sujeitos a quem se destina a narração. A crônica cria, assim, a possibilidade da construção de códigos compartilhados entre o autor e o leitor” (CAVALCANTI, 2018, p. 4).

A crônica é um gênero literário comumente utilizado em jornais. Conforme Cardoso (2008), diferente dos livros, que devido aos custos elevados não eram de acesso para todos, o jornal, por sua vez, era fácil de ler, e com o tempo acabou tornando-se uma opção barata “suas folhas dobravam, era pouco volumoso, podia ser

guardado até nas algibeiras. Podia ser lido na esquina, compartilhado por muitas pessoas” (CARDOSO, 2008, p. 39).

Os jornais datam do século 17, mas até um século mais tarde, eram portadores de notícias curtas e frequentemente velhas (embora fossem novidades para o leitor), uma vez que os sistemas de comunicação eram muito mais lentos e ineficazes. Antes da *penny-press*, os jornais eram usados principalmente pela elite abastada e letrada, mas os jornais diários de baixo custo – possibilitados pelo avanço da tecnologia de impressão que permitia a produção de dezenas de milhares de cópias de um jornal em poucas horas (COX, 2017, p. 141).

É importante destacar a relevância que o jornal desprende, desde o seu princípio,

na formação da leitura, do leitor e as culturas de massa. Antes de qualquer coisa, o jornal oferece, com rapidez, informações importantes sobre a vida das pessoas, a vida em sociedade, a vida pessoal e a vida por ela mesma. No jornal, descobrem-se sonhos, agonias, felicidades, tristezas e tragédias” (CARDOSO, 2008, p. 50).

Nesta pesquisa, foram usados, além das crônicas, outros textos publicados na Coluna do Estudante, os quais irão compor a escrita dos capítulos subsequentes. Cabe ressaltar algo que chama a atenção com relação aos 53 artigos publicados: o fato de que não foi possível identificar a autoria de 15 textos e de que 31 foram assinados por pseudônimos. Conforme Erivaldo Cavalcanti (2018), muitas vezes, esse recurso de anonimato é usado conforme o tema, há cuidado em relação ao contexto e ao momento em que passa a sociedade local. Ou, muitas vezes, pode ser apenas “uma cuidadosa opção narrativa” (CAVALCANTI, 2018, p. 5) e não um disfarce.

Neste trabalho, não foi possível identificar qual o motivo do uso de pseudônimos, se por brincadeira ou se por necessidade de proteção, embora os indícios apontem que as temáticas e discussões mais acaloradas possuíam assinatura do pseudônimo Ornotorrinco Rôlha da Silva, o qual aparece 18 vezes, sugerindo uma proteção. Além dele, aparecem cinco vezes Marco Roninho de Altavilla, três vezes Adamastor Rabanete de Souza e Erreagaesse das Neves, uma vez Sheikorocessolino das Neves e uma vez apenas Sheik. Infelizmente não foi possível associar os pseudônimos a nomes reais nem saber se eram a mesma pessoa

em todos, nada do gênero. Foi indicado que quem poderia elucidar essa questão seria o secundarista Willy César¹⁵, falecido poucos meses antes desta pesquisa iniciar.

Afora os impressos pesquisados, durante as entrevistas alguns documentos pessoais ou de guarda do entrevistado foram mostrados à pesquisadora. Assim, eles começaram a integrar o conjunto de documentos utilizados como fonte. Dessa forma, se faz necessário compreender a importância dos arquivos pessoais como fonte de informação e pesquisa.

2.4 Arquivos pessoais como fonte de informação e pesquisa

Arquivos pessoais surgem como possibilidade de fonte de pesquisa recentemente (final dos anos de 1990 início dos 2000). Conforme Augusto César Luiz Britto e Ana Laura Corradi (2017), por não serem considerados portadores de fontes “oficiais” foram ignorados no campo científico durante um longo período. E justamente por esse motivo atraem novos olhares “já que [são uma] possibilidade de conhecer realidades que não estão presentes nos arquivos institucionais e de Estado” (MARIZ, SILVA E CORDEIRO, 2020, p. 75). As primeiras escritas baseiam-se em arquivos de pessoas notórias ou, como denominado pelos autores, “agentes sociais de relevância reconhecida” (BRITTO e CORRADI, 2017, p. 149).

Falar, ler, escrever e arquivar, Conforme Richard J. Cox (2017), “tudo faz parte das atividades humanas mais fundamentais. Tem sido assim há alguns milhares de anos e continua a ser assim mesmo na era digital, em que as características destas atividades vêm mudando rapidamente” (COX, 2017, p. 11). Conforme o autor, há interesse das famílias e indivíduos em manterem e preservarem seus documentos, em especial os em suporte papel “que asseguram uma ligação com um passado aparentemente em risco de ser engolido na imensa parafernália digital de nossa era da internet” (COX, 2017, p. 7).

¹⁵ Jornalista, escritor e biógrafo.

Em arquivos, o conceito tempo assume uma subjetividade diferenciada. Nas palavras de Doris Bittencourt Almeida (2021):

Em princípio, Arquivos são lugares apropriados para que se desnaturalize o conceito de tempo. Usualmente identificados ao passado, lá se tramam complexas relações temporais: conservam-se materialidades de outrora, que são pensadas no presente, mas almejam a perenidade, ou seja, pretérito, presente e futuro estão urdidos nos Arquivos, que acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência, que coexistem em permanente ajustamento (ALMEIDA, 2021, p. 20).

O cuidado com a preservação dos acervos pessoais tem um relacionamento mais íntimo do que o cuidado com os demais tipos de arquivos, uma vez que com as memórias e vivências experimentadas, o passado torna-se presente e sua (re)descoberta proporciona ao futuro uma possibilidade de autoconhecimento. Com o avanço da tecnologia, o indivíduo preocupa-se com a forma de como produz e preserva seus documentos e os de sua família; dessa forma, “os indivíduos talvez estejam começando a se relacionar com seus arquivos pessoais e familiares de maneiras diferentes de uma ou duas gerações anteriores (COX, 2017, p. 11). Assim, há uma preocupação com os arquivos digitais, natos ou não. O computador, bem como a internet, irrompe como local de armazenamento de documentos físicos, agora digitalizados, assim como os já criados em meio digital, como as fotografias “batidas” com o uso dos celulares. As coleções deixam de ser em meio físico e passam a ser híbridas ou apenas em meio digital.

Instintivamente, se estabelece a ação de colecionar, “talvez uma necessidade básica como comer, beber, buscar abrigo e dormir. [...] colecionar talvez derive de alguma forma de nossos desejos por sobrevivência (COX, 2017, p. 25). Coleciona-se com o objetivo de manter algo da vida de nossa família ou de nós mesmos. O ato de “coleccionar e preservar é essencialmente pessoal... A coleção pessoal pode parecer exótica ou frívola, mas sempre revela algum sentindo interno mais profundo que se dá à razão de estarmos vivos” (COX, 2017, p. 26-27).

Qualquer pessoa que esteja ocupada em tentar preservar os álbuns de recortes ou de fotografias de suas famílias, certidões de nascimento ou casamento de seus avós e velhas cartas e demais documentos já sabe do valor de artefato, entre outro, desses itens. Elas querem manter não só as informações (o que parece ser mais fácil do que realmente é), mas também a sensação tátil, o cheiro e a aparência dos objetos antigos (o que costuma ser ainda mais difícil) (COX, 2017, p. 31).

Apesar do uso cada vez maior das tecnologias como forma de armazenamento, é possível observar o desejo humano em tocar, pegar, “olhar com as mãos” os objetos e documentos que remetem a lembranças prazerosas. Já o contrário dessa situação também ocorre, como o relatado pelo o autor ocorrido com sua avó que:

em seus surtos de loucura, destruía sistematicamente velhas fotografias da família porque acreditava que elas estivessem dominadas por demônios, enquanto nós sabíamos que ela estava na verdade tentando eliminar a memória de certos membros da família. Louca ou não, seus atos estão longe de ser uma raridade (COX, 2017, p. 32).

Dessa forma, Cox identifica que há casos de destruição proposital de documentos, mas que, apesar da perda das fontes primárias, muitas das informações sobrevivem porque foram reutilizadas na produção de um livro ou documento posterior (COX, 2017, p. 31). Uma das preocupações da pesquisadora era justamente a perda das fontes, sejam documentais, sejam orais.

Diversos documentos que compõem o arquivo pessoal de um indivíduo não necessariamente são por ele ou referente a ele produzido e armazenado. Há o caso de acervos constituídos pela guarda de documentos atribuídos a outras pessoas ou até mesmo instituições. Assim, é possível um arquivo pessoal ser composto por diversos acervos. No caso do Sr. Lempek, seu arquivo pessoal possui dentre outros acervos, documentos referentes a URES.

Além das entrevistas conferidas, o Sr. Lempek permitiu o acesso aos seguintes itens remanescente a URES por ele salvaguardados: um envelope contendo vinte fotografias em preto e branco de diversos tamanhos; três exemplares do jornal A União (pertencente à URES); cartaz com a programação comemorativa alusiva ao 50º da URES; dois materiais didáticos da União Gaúcha dos Estudantes Secundários (UGES); um panfleto do 1º Festival Intercolegial da Canção (FICC); uma cópia de um “bilhetinho” com a assinatura de alguns participantes do II Congresso Municipal dos Estudantes Secundários, momento que se deu a criação da URES; nove cópias coloridas da capa do impresso estudantil O Arpão (Grêmio do Lemos Jr.); três cópias da Ata da Sessão Plenária de Instalação do XIICMEG Médio Rio Grande; material de divulgação dos 50 anos da URES (modelos de certificados e adesivos); um exemplar do jornal O Peixeiro (edição de 5 jul. 1970); cópia de artigo publicado por Silveira e

Amaral, no evento da ANPUHRS em 2012; programação do evento musical Coração de Estudante; treze reportagens sobre a URES publicadas pelo Jornal Rio Grande (1956 a 1983); rascunhos de preparação para diversas reuniões da URES nos anos 90; seis cópias da Coluna do Estudante (mantida pela URES no Jornal Rio Grande); um exemplar do informativo URES 30 Anos de História; um exemplar do jornal O Tempo (edição de 31 jul. 1993); uma cópia de uma reportagem publicada pelo Jornal Zero Hora em 15 ago. 1983; e, por fim, o relatório, publicado em forma de livro encadernado com capa dura contendo 89 páginas, relatando a história dos 25 anos da URES.

Percebe-se, assim, o cuidado que ele possui em salvaguardar documentos constituintes de informações referentes à associação da qual fez parte quando jovem. Mantendo vínculo de amizade com ex integrantes de diversas gerações, o Sr. Lempek recebeu diversos documentos de outros integrantes da entidade e que atualmente constituem o seu acervo. Para os ex-colegas, ele é considerado o guardião da memória da URES. Para a pesquisadora, além de guardião da memória de uma Instituição também de sua própria enquanto jovem.

Em comemoração aos 25 anos de fundação a URES, em 1978, foi criada uma comissão composta pelos amigos e ex-colegas na Escola Juvenal Miller: Luiz Antônio H. de Mesquita, Tânia Farah Prehn e Willy César R. Ferreira, com o objetivo de pesquisar o Histórico dos 25 anos da Instituição. Constituiu-se, assim, um documento em formato de relatório, materializado na forma de um livro com capa dura, contendo 89 páginas datilografadas em três vias. Conforme nota dos autores, o propósito da criação da comissão era levar à sociedade rio-grandina a intenção maior da URES, o bem da sociedade local, sem ligações partidárias, apenas historiografar o movimento, mostrando para a sociedade a capacidade dos jovens liderarem e promover a cultura.

Pela possibilidade da URES, nesse período, estar fortemente vinculada às atividades de desporto, num primeiro momento a proposta de se fazer esse levantamento historiográfico talvez não tenha sido bem recebida. No fim, o trabalho foi aceito e a comissão se desculpa por alguns fatos terem ficado de fora devido à escassez de tempo.

A origem dessa comissão se deu no XXII Congresso Municipal dos Estudantes de 1º e 2º Graus, realizado no Auditório da Bibliotheca Rio-Grandense, em 26 de agosto de 1978 e apresentada pelo Grêmio Estudantil “Lorea Pinto”, da Escola Senac.

Conforme o histórico apresentado, a justificativa da criação da comissão foi proposta com o seguinte argumento:

Baseados no art. 44º, inciso I e II, da Constituição da União Rio-grandina de Estudantes: – Considerando indispensável a qualquer entidade estudantil a exemplo de uma Nação, Estado e Município, conhecer a sua história (sob pena de sucumbir se não o fizer), para não incorrer em erros anteriormente praticados, o que pode ser revisto e avaliado, tendo em vista o futuro; – Considerando que os homens responsáveis pela existência da URES, desde a sua fundação, sendo sempre mantida a sua chama que impulsiona as últimas gerações de estudantes dessa terra, merecem uma sentida homenagem (RELATÓRIO 25 ANOS DA URES, 1978, p. 3).

E assim fizeram a proposta da criação da referida comissão e escolha de seus integrantes. Esse relatório foi utilizado como fonte para contextualização de várias reportagens encontradas.

Tanto o Sr. Lempek como a Sra. Wlady foram entrevistados antes do período pandêmico¹⁶, o que proporcionou uma visita agendada a seus domicílios e a possibilidade de, além da entrevista, a visualização de documentos referente a URES. Ambos possuíam um número significativo de fotografias, algumas se repetiam em ambos os ambientes. Os temas variavam entre eventos, reuniões e desfiles, como na imagem a seguir (Figura 4), onde estudantes participam de um desfile cívico e carregam uma faixa mencionando a escola a que pertence e a URES, provavelmente na década de 1970.

¹⁶Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Foi denominada como covid-19. No dia 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.



Figura 4: Desfile de secundaristas
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek

Durante as visitas, foi nítida a percepção do quanto tocar nos documentos e objetos os emocionava. Em especial as fotografias. Como afirma Fausto Colombo, todos têm a oportunidade de verificar a influência que “desempenham certas imagens fotográficas, imagens de ausentes ou de desaparecidos, ou de nós mesmos, quando o tempo nos via diferentes e mais jovens, mais distantes da morte” (COLOMBO, 1991, p. 49). Guardar, arquivar é manter vivas lembranças de outrora, e revivê-las, esperase, pode ser gratificante.

Ainda que possa ser praticamente impossível colocar todas as lembranças em seus devidos lugares, como dito sobre o conceito original de memória, as fotografias podem auxiliar, uma vez que “uma imagem é signo de um objeto porque dá testemunho da sua presença, e na condição de testemunha de existência, serve de suporte para a lembrança” (COLOMBO, 1991, p. 47). Rever fotografias periodicamente garante que a função memorial seja garantida “pela identidade entre quem realizou a foto e quem a olha ou a conserva” (COLOMBO, 1991, p. 49).

O uso dos mais variados tipos documentais, bem como da história oral, possibilita ao pesquisador engajado na NHC a produção de pesquisas com o olhar em

uma gama diversa de objetos. Dessa forma, o historiador tenta responder as indagações com o uso não apenas de fontes distintas como também de variados locais onde estas se encontram. Assim, o uso de entrevistas, impressos e de documentos, incluindo imagens, resguardados nos arquivos pessoais possibilita problematizar o processo da criação da URES, por meio da junção das peças da vida desses jovens secundaristas e sua interação social e sociabilidade. Mas antes de adentrar nesse caminho, é importante compreendermos a cidade do Rio Grande e o Ensino Secundário.

3. RIO GRANDE E O ENSINO SECUNDÁRIO

O município do Rio Grande, RS, localiza-se no extremo sul do Brasil, conforme Figura 5. Dados do IBGE¹⁷ apontam para uma população estimada de 212. 881, em 2021. O último senso, realizado em 2010, apresentou uma população de 197.228 habitantes. Nessa mesma ocasião, a taxa de escolarização entre seis e catorze anos foi de 97,7 %; indicou 6.394 matrículas no ensino secundário, atendido por 512 docentes em 22 instituições de ensino.



Figura 5: Imagem com a localização do município do Rio Grande no Rio Grande do Sul

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/rio-grande.html?>

¹⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>. Acesso em: 19 abr. 2022.

A cidade do Rio Grande enaltece o ano de 1737 como sua fundação, atribuída a entrada na região do Brigadeiro José da Silva Paes. Conforme Eneida Izabel Schirmer Richter, Karin Christine Schwarzbold e Ana Lúcia Machado Lopes baseada em fontes já discutidas em outros trabalhos:

Para assegurar militarmente a presença portuguesa foi criado em 1737 o presídio Jesus Maria José que deu origem à cidade. Vieram em 1743 colonos do arquipélago dos Açores. Com a criação da Capitania de Rio Grande de São Pedro, foi feita capital. Seus primeiros povoadores tiveram de lutar contra os Tapes e os espanhóis no ano de 1763. Nesse ano passou ao domínio espanhol e foi reconquistada em 1776. Pelo alvará de sete de fevereiro de 1820, foi inaugurada uma escola de primeiras letras. Em 1823, recebeu os foros de cidade por uma lei do conselho provincial (RICHTER, SCHWARZBOLD e LOPES, 2005, p. 45).

Apesar de o ano de 1737 ser considerado como o da sua fundação, já em 1736¹⁸, conforme dados do IBGE, foi criado o Distrito do Rio Grande, por Provisão datada de 6 agosto de 1736. Em 1745, tornou-se a capital da província, sendo elevada à categoria de Vila em 17 de julho de 1751 e extinta em 1763 por conta da invasão do espanhol e sua comitiva Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires.

O atual estado do Rio Grande do Sul, durante o século XVIII, foi palco de disputas entre portugueses e espanhóis. Com o objetivo de retomar as terras do governo espanhol, Marquês de Pombal, no princípio do ano de 1774, concentrou os militares do sul do país, incluindo o atual estado de Santa Catarina. Conforme Luiz Henrique Torres (2009) foram distribuídos nos municípios de Rio Pardo, Porto Alegre e São José do Norte um número superior a quatro mil homens. Igualmente, Pinto Bandeira auxiliou o Tenente General Johann Heirich Bohm no ataque aos fortes de Trindade e Santa Barbara (localizado na atual em Florianópolis). Com essa ação conjunta os portugueses reconquistaram o seu território. Rio Grande é elevada à categoria de Vila novamente em 27 de abril de 1809 e à condição de cidade através da Lei Provincial nº 5, de 27 de junho de 1835.

As interações sociais apresentam-se no município praticamente desde a sua fundação, através de festejos inicialmente com forte ligação religiosa e com a monarquia. O primeiro forte do Rio Grande, por exemplo, em sua fundação no ano de

¹⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/histórico>. Acesso em 19 abr. 2022.

1737, recebeu o nome de Forte Jesus, Maria e José. Fica clara a “fervorosa religiosidade”, como definida por Ezio Bittencourt (1999, p. 54). Ainda, conforme o autor,

durante o século XVIII e parte do XIX as sociabilidades públicas estavam intimamente ligadas não somente a frequência às igrejas e capelas, mas também às festas populares religiosas. Muitas dessas atividades eram prescritas pela igreja com o fim de desobrigar os fiéis. o estado igualmente exigia o cumprimento de rituais cívicos – festas reais ou oficiais – comemorando eventos relativos à família real ou acontecimentos e datas nacionais, como também algumas celebrações religiosas determinadas pelas ordenações do reino e cartas régias assinalando suas demonstrações públicas de regozijo ou pesar (BITTENCOURT, 1999, p. 54).

Cabe ressaltar que o Estado e a Igreja estavam interligados tanto em Portugal como nas suas colônias. Datas comemorativas monárquicas eram amplamente celebradas, o que incluía, não apenas aniversários, mas também nascimentos, casamentos, subida ao trono e até mesmo mortes. Esses eventos “transformavam-se em acontecimentos festivos para a população, objetivando a promoção do culto aos governantes. Nessas comemorações incluíam-se sempre missas cantadas (*Te Deum*) e atividades religiosas fora dos tempos” (BITTENCOURT, 1999, p. 54).

Não eram poucas as atividades que se tornavam grandes espetáculos, com encenações dos atos, como o de coroamento, por exemplo, em que não estando presente o monarca, “sua personificação realizava-se por meio da retratação de sua imagem em pintura, sendo pomposamente cortejada pelas ruas da cidade” (BITTENCOURT, 1999, p. 54). Assim, as formalidades de ritos religiosos católicos apostólicos romanos ganham a informalidade das ruas. No Rio Grande, tais atos ocorriam no denominado Largo da Matriz (atual Largo Dr. Pio) e ruas adjacentes.

No século XVIII, a economia do município girava em torno da pecuária, em particular cavalos e mulas, utilizados em deslocamentos pelos tropeiros e no comércio em geral. Com relação à agricultura, o cultivo era de subsistência e os demais produtos dependiam do abastecimento externo. Conforme Maria Luiza Queiroz (1987), o solo era extremamente arenoso e não comportava uma economia agropastoril. Com o início dos trabalhos da alfândega na cidade, em 1804, aos poucos o local ganhou ares de uma cidade urbana com comércio atuante e não apenas um ponto militar, tornando-se o principal centro comercial do extremo sul. De acordo com

o autor, em 1808 os comerciantes estabelecidos no Rio Grande constituíam-se no total de 40, sendo apenas um nativo. Dos 39 restantes, 19 eram portugueses, um espanhol e um italiano. Os demais eram da Colônia de Sacramento, Viamão, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Logo após surgem os germânicos¹⁹, que fundaram “uma das primeiras firmas de exportação e importação do Estado, a Fraeb Cia, constituída em 1829” (MARTINS, 2006, p. 83-84). A empresa, com sede no Rio Grande, tinha filial em Porto Alegre e Santa Maria. Uma das características dos imigrantes comerciantes e industriais é que já vinham com

capital próprio e trazia[m] junto a racionalidade comercial de seu país, o qual já se destacava no comércio e indústria. Eles foram influenciados a se estalarem na cidade, pois aqui era o principal caminho de saída dos produtos agrícolas do Estado e também a única ligação comercial com a Alemanha. (HEINZ, 2010, p. 64).

Além disso, traziam suas culturas, práticas, experiências e formas de socialização. O município não se caracterizou como uma colônia específica de uma etnia, mas agregador de diversidade cultural, assentados numa pluralidade de saberes e fazeres. Aqui se casaram, não apenas ente os pares, mas com demais munícipes. Em sua pesquisa no V Livro de Matrimônio da Matriz de São Pedro – 1834 a 1852, Schwarzbald (2010) constatou o enlace de oito alemães, sete franceses, um belga, um suíço, quatro da Grã-Bretanha, sendo três ingleses e um escocês. (SCHWARZBOLD, 2010, p. 46).

A presença de diversas etnias no local deu-se em especial pela construção do único porto marítimo no estado. Vagner Philip Portella de Heinz (2010) esclarece que Pelotas era o núcleo das charqueadas, mas Rio Grande possuía o único porto marítimo do Estado, concluído em 1823. Ele explica que o “comércio importador e exportador se destacou na cidade por ter ligação direta com o mar, sendo o único deste gênero no Estado, e também por possuir o porto velho, um extraordinário cais de pedra e uma rua larga e paralela a ele” (HEINZ, 2010, p. 62-64).

¹⁹ O termo germânico foi utilizado primeiramente pelos romanos para definir um território que começava no Rio Reno e ia até os Montes Urais – cordilheira localizada na Rússia Ocidental que serve como delimitação da Europa e Ásia (SCHWARZBOLD, 2010, p. 21).

Ainda que a população tenha aumentado no município, com um número significativo de famílias e diversidade de etnias, a educação e o ensino não eram, inicialmente, prioridade por parte dos governantes. Conforme Bittencourt (1999):

A história da educação em Rio Grande acompanha a do quadro nacional caracterizada pela ineficiência do sistema. Frente a uma minoria de letrados e eruditos, impunha-se uma enorme massa de analfabetos. As precárias condições de infraestrutura e a falta de verbas, materiais e professores, constituíam-se em empecilhos em pleno desenvolvimento da instrução sistemática e pública na cidade. (BITTENCOURT, 1999, p. 84).

No município do Rio Grande, o ensino teve seu início com um “professor baiano chamado Manoel Simões Xavier, que ensinava a ler, escrever e contar [...] Na década de 1780, mais dois professores são nomeados: um para Rio Grande outro para o Povo Novo” (TEIXEIRA, 2017, p. 146). O objetivo desses professores era ensinar a escrever, a ler, as quatro operações básicas, sem esquecer-se da doutrina cristã. Era uma constância o princípio das atividades educacionais e escolares no Rio Grande e a transferência das aulas e seus professores para Porto Alegre. Inclusive o baiano Manoel Simões Xavier também acabou transferindo-se para a capital. Cabe ressaltar que a obrigatoriedade de criação de escolas nos municípios se deu apenas em 1827 com a criação da primeira Lei Geral do Ensino em 15 de outubro de 1827²⁰, o que torna o município um pioneiro nas ações educacionais, ainda que feitas de maneira parca.

Somente em 1820 que o município “passa a contar com aulas de instrução secundária como o Latim, oferecida no modelo das aulas avulsas (TEIXEIRA, 2017, p. 147)”. Se tratando de ensino público, foi em 1836 que Américo Cabral de Melo, vice-presidente da Província, sancionou a lei que garantiu uma cadeira de gramática da Língua Francesa (TEIXEIRA, 2017, p. 148).

Já no período Imperial, em 15 de outubro de 1827, foi promulgada a Lei que “procurou criar um sistema de ensino para todos os cidadãos do Império” (TEIXEIRA, 2017, p. 58). A Lei ser publicada, por si só, não garantiu a sua aplicação. Isso se deveu, em especial, “a omissão do Poder Central em relação à oferta do ensino público” (TEIXEIRA, 2017, p. 58). Com a publicação do Ato Adicional em 12 de agosto

²⁰ A referida lei encontra-se disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em 04 jul. 2019.

de 1834, ficou “delegada às Assembleias Legislativas Provinciais o direito de legislar sobre a instrução primária e secundária, em seus respectivos domínios” (TEIXEIRA, 2017, p. 59), cabendo ao Governo Central a responsabilidade do ensino superior e da Capital.

Conforme a autora, após a Revolução Farroupilha (1835-1845), o município apresentava uma cadeira de Gramática Latina, ministrada pelo professor Antonio José Domingues, iniciada em 28 de outubro 1842 com cinco alunos, e uma cadeira de Francês, Geografia e Desenho, ministrada por Thimoleon Zalloni, em 26 de abril de 1844 com vinte e seis alunos (TEIXEIRA, 2017, p. 148). Em 1846, houve a cadeira de Gramática Latina frequentada por cinco alunos (TEIXEIRA, 2017, p. 69). Há de se considerar que nesse ano, em todo o estado do Rio Grande do Sul, existiam quatro escolas de ensino secundário em Porto Alegre, duas no Rio Grande e uma em Pelotas.

Atualmente, com o nome de Bibliotheca Riograndense, o então chamado na época Gabinete de Leitura teve importância vital para o andamento do ensino secundário no município, uma vez que era em suas dependências que as aulas ocorriam. Em 13 de dezembro de 1847, foi criada a Lei 122 que inseria a cadeira de Língua Inglesa no ensino secundário estadual. Seguindo recomendações da Presidência da Província, no ano de 1848, as atividades relacionadas à instrução secundária no município passaram a acontecer em apenas um local: “o recém fundado Gabinete de Leitura cedeu duas de suas salas para esse propósito. O número de alunos no ensino secundário local perfazia 52 estudantes em 1849” (BITTENCOURT, 1999, p. 85).

Em 1849, havia as cadeiras de Latim, ministrada pelo Pe. Manoel da Conceição Braga, com oito alunos; Francês e Geografia, ministrada pelo Dr. José de Pontes França com 18 alunos; Geometria, ministrada pelo Dr. Cyro José Pedrosa com 16 alunos e a cadeira de Inglês, ministrada por Manoel Coelho da Rocha Junior com 10 alunos (TEIXEIRA, 2017, p. 71). Em 4 de janeiro de 1850, no Jornal Diário de Rio Grande foi publicado o anúncio do Prof. Manoel Coelho da Rocha Junior, convidando os interessados a “dirigirem-se ao Gabinete de Leitura, no Becco do Afonso, onde poderão deixar seus nomes” (TEIXEIRA, 2017, p. 150), conforme Figura 6. Nesse período também é criado pelo estado, em Porto Alegre, o Liceu com a finalidade de

reunir “todas as aulas avulsas de ensino secundário, em um mesmo local, a fim de estabelecer um sistema de ensino organizado” (TEIXEIRA, 2017, p. 149).

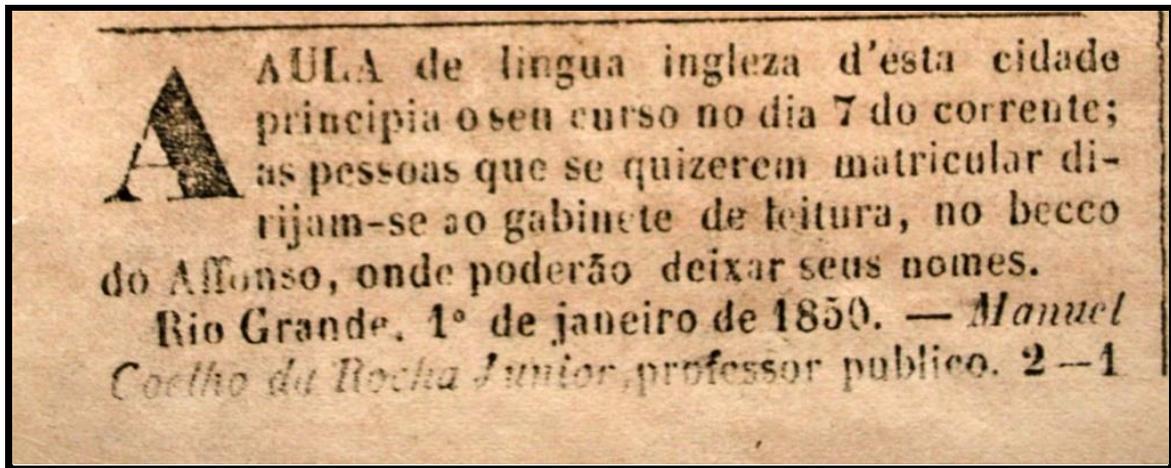


Figura 6: Aula ministrada no Gabinete de Leitura
Fonte: Jornal Rio Grande
Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2019

Apesar de todo o incentivo para o ensino secundário, o número de alunos matriculados era pequeno. Devido à baixa procura pelo ensino secundário, não apenas no Rio Grande como em outras localidades no interior do estado, o governo decidiu que todo o ensino secundário público passaria a acontecer no Liceu D. Afonso, na capital. Assim, os professores que desejassem continuar ministrando as suas aulas deveriam se mudar para Porto Alegre. De Rio Grande, os professores “que assumiram cadeiras no Liceu, foram Dr. Cyro Pedroza (Geometria) e Pe. Manoel Braga (Latim), este último como substituto” (TEIXEIRA, 2017, p. 149). Os professores públicos de Francês, Geografia e Inglês solicitaram dispensa de um ano ao governo do estado e continuaram no município sem os seus onerários públicos. Há de se esclarecer que tanto o Prof. Manoel Coelho da Rocha Junior como o Prof. França eram “sócios do Gabinete de Leitura, onde funcionavam as aulas, posição que pode ter influenciado no prosseguimento do ensino secundário público no município” (TEIXEIRA, 2017, p. 152). É importante frisar que, conforme o Regulamento do ano de 1857, os secundaristas concluintes do Liceu obteriam algumas vantagens sobre os demais sendo “preferidos para os empregos provinciais independente de exames e isentos das provas de capacidade para exercer o magistério da instrução primária” (TEIXEIRA, 2017, p. 77). Mesmo com essa vantagem, “a procura pelo ensino

secundário público oferecido pelo Liceu da capital só declinava com relação à procura pelo ensino secundário privado” (TEIXEIRA, 2017, p. 77).

No ano de 1852, a Lei 244, de 23 de novembro, retomou as classes de Francês e Inglês no município e, no ano seguinte, houve o acréscimo de Geografia. Já no ano de 1858, “encontram-se as únicas aulas de instrução secundária que eram oferecidas para o público masculino, ministradas pelo Dr. Jose de Pontes França, responsável por lecionar Francês e Geografia no Gabinete de Leitura da cidade” (TEIXEIRA, 2017, p. 154).

Na década de 1850, o ensino público destinava-se a não mais do que 2% da população local, conforme Bittencourt (1999).

No ensino particular primário, em 1859, existiam em Rio Grande 6 aulas para homens (145 alunos) e 3 para mulheres (75 alunas). O ensino particular secundário destinava-se exclusivamente ao sexo masculino: 10 aulas (35 alunos) (BITTENCOURT, 1999, p. 86).

Enquanto no setor público constata-se a inconstância da oferta de cadeiras, ora sendo no Rio Grande, ora sendo na capital, o mesmo não ocorre no setor privado. No ano de 1856 o Município já contava com três instituições de ensino secundário particular. É interesse contextualizar que uma instituição de ensino secundário naquela época não tinha necessariamente a constituição que se apresenta nos dias atuais. Poderia ser uma sala alugada ou até mesmo funcionar na casa do professor. Teixeira apresenta o total de 260 alunos matriculados em duas escolas particulares no ano de 1865 (TEIXEIRA, 2017, p. 91). Por sua vez, conforme Bittencourt (1999, p. 86), em 1876, havia 492 alunos matriculados, um aumento considerável em uma década, mas o número de jovens não matriculados era de 2412!

Já em 1900, conforme Hardalla Santos do Valle (2012), o município não contava com uma instituição de instrução secundária, sendo necessário o deslocamento até outros municípios, que frequentemente era Pelotas, onde a Escola São Luiz Gonzaga e o Ginásio Pelotense dispunham de ensino secundário. Em 1902, o ensino secundário se institucionalizou no município “com a fundação do Liceu Salesianos de Artes e Ofícios Leão XIII. Construído por iniciativa dos padres Dom Lasagna, Domingos Zatti, e Mário Borsani, da Congregação Salesiana” (VALLE, 2012,

p. 94). Em 1906, surgiu o Ginásio Municipal Lemos Junior, criado com recursos vindos do falecimento do português Antonio Manuel Lemos Júnior, “que na cidade do Rio Grande, estabelecera-se, conseguindo reunir uma pequena fortuna. Parte da qual, ao morrer deixou expressamente destinada para a construção de um instituto de ensino” (VALLE, 2012, p. 95).

De forma geral, o ensino, tanto primário como secundário, teve um acréscimo no início do século XX. Conforme o relatório²¹ (Figura 7) apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protazio Antonio Alves, secretário dos Negócios do Interior e Exterior, entre 1910 e 1911; o estado contava com 1.714 matrículas em escolas públicas estaduais, 252 distribuídas em 11 escolas sob administração dos municípios e 790 particulares, totalizando 2.656 alunos matriculados.

²¹ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186270>. Acesso em: 26 jun. 2022.

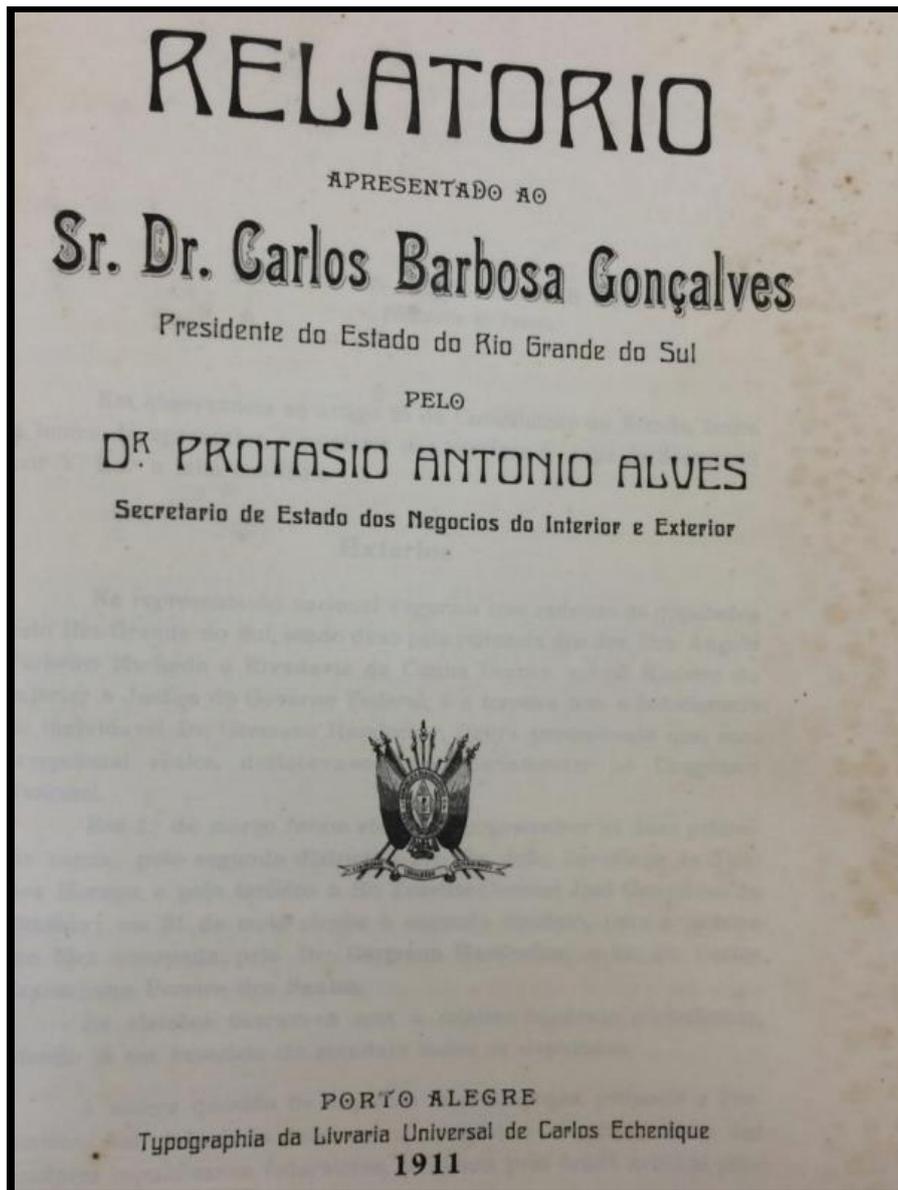


Figura 7: Imagem da capa do Relatório apresentado ao Presidente do RS em 1911.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186270>.

Especificamente sobre o ensino secundário no referido período, o documento apresenta 12 instituições ofertando vagas (Figura 8) em todo o estado do Rio Grande do Sul, a saber: Collegio Americano (154); Curso de Preparatórios H. E. Meyer (45); Collegio Santa Familia (127); Collegio Bom Conselho (323); Colegio São José (268); Knabenschulle (226); Mädchenschule (174); Collegio Rio Grandense (175); Collegio Sevigné (100); Collegio Cecília Pasquier (301); Curso de Explicação – Idalina Vernes (25) e Associação Christã de Moços (45), totalizando 1.963 alunos matriculados.

Secundario	Collegio Americano	102	52	154	
	Curso de preparatorios H. E. Meyer	45	—	45	
	Collegio Santa Familia	—	127	127	
	" Bom Conselho	30	293	323	
	" São José	268	—	268	
	Knabenschule	226	—	226	
	Mädchenschule	—	174	174	
	Collegio Rio Grandense	175	—	175	
	" Sevigné	—	100	100	
	" Cecilia Pasquier	43	258	301	
	Curso de Explicação — Idalina Vernes	—	25	25	
	Associação Christã de Moços	45	—	45	1963 alumnos

Figura 8: Imagem com a relação das instituições que ofertam ensino secundário no RS em 1911.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186270>.

Conforme o relatório, o município contava com onze escolas em 1911 com oferta de ensino primário e secundário. Não foi encontrado o dado específico de quantas escolas possuíam o ensino secundário. De acordo com Bittencourt (1999, p. 86-87), eram 14, entre os anos de 1920 a 1940, o número de estabelecimentos de ensino (primário e/ou secundário). Esta seria a possível relação das instituições escolares no município, conforme o autor: Ginásio Municipal Lemos Junior; Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XIII (ensino primário e profissionalizante); Escola Industrial Elementar (filiada ao Instituto Parobé, da Escola de Engenharia de Porto Alegre); Academia do Comércio Dr. João Fernandes Moreira (instrução secundária); Colégio Complementar Santa Joana D'Arc (primário e secundário para moças); Externato Luso-Brasileiro (primário e secundário); Ginásio São Francisco; Ginásio Brasileiro (internato primário); Colégio Rio-Grandense; Colégio Ernest; Instituto Comercial São Francisco; Colégio Elementar Juvenal Miller; Colégio Elementar Bibiano de Almeida e Escola Agrícola da Quinta. Comparando a listagem apresentada no relatório com a de Bittencourt (1999), nota-se que apenas o Colégio Rio-Grandense aparece em ambas, o que indica a possibilidade de ao menos uma instituição ofertar o ensino secundário no Rio Grande na década de 1910.

Com o fim da Primeira República, marcada pela Revolução de 30, houve um aumento no investimento da produção industrial e no mercado interno proporcionando, dessa forma, uma demanda das indústrias por mão-de-obra especializada, decorrendo assim um maior investimento na educação. Em 1930, com

o início do governo Vargas, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e houve a sanção de decretos “com o objetivo de organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras que nem existiam nessa época. Tratava-se da Reforma Francisco Campos” (TEIXEIRA, 2017, p.8). Cabe ressaltar que até então o ensino secundário era regido pelos estados, não existindo uma política pública nacional, apesar de que “a ideia de sistema nacional de ensino se fez presente em todos os projetos desde o final da década de 1860” (SAVIANI, 2011, p. 164). Essa reforma, inclusive, estabeleceu regras nacionais para a admissão de docentes e o registro das instituições junto ao Ministério.

Em seu segundo artigo, o Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, apresenta a constituição do ensino secundário em dois cursos seriados: fundamental e complementar, com distribuição diferenciada de matérias. Conforme Pessanha e Silva (2014, p. 73), o curso fundamental funcionaria em quatro anos e o complementar em mais dois, ofertando diversas disciplinas, como Português, Inglês, Francês, Latim, Desenho, Alemão, História da Civilização, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, História, Química, Matemática, Física, Música, História Natural, Literatura, Geofísica ou Cosmografia, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia – uma vasta gama de conteúdo a serem cronologicamente ofertados com o intuito da “vigilância dos estudantes, à gestão centralizada, à racionalização e à organização dos estudos como uma modalidade concreta de ocupação do tempo” (PESSANHA E SILVA, 2014, p. 73).

As reformas ocorridas entre os períodos de 1930 a 1960 englobam o processo pelo qual o país “inicia a reorientação de suas bases econômicas, políticas e sociais, marcadas pela idealização de um modelo voltado à industrialização, centralização administrativa, urbanização e construção de um projeto nacionalista” (SILVA e WENCESLAU, 2018, p. 236). A ideia estava posta, mas na prática, pouco tinha a participação do governo federal. Já com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), A LDB n. 4024, de 1961, aprovada, esta

incrementa a flexibilização do currículo por meio da indicação das disciplinas obrigatórias e daquelas que devem ser optativas, ou complementares, o que indica o predomínio das áreas científicas e técnicas, em detrimento das humanidades. Em meio a isso, reorienta o controle que o governo central exerce sobre o ensino secundário, atendendo aos interesses daqueles que advogam pela descentralização do sistema de ensino (SILVA e WENCESLAU, 2018, p. 236).

A flexibilização do currículo possibilitou atender a demanda exposta no momento: uma formação que atendesse os ensejos das elites (seus filhos) ou a formação operária, industrial que no fim beneficiaria igualmente a elite bancária, industrial. Outra modificação decorrente da LDB foi a equiparação dos cursos de grau médio (agrícola, comercial, industrial, normal e secundário), “todos passam a permitir o ingresso a quaisquer cursos superiores, prerrogativa até então gozada apenas pelos concluintes do ensino secundário” (PESSANHA E BRITO, 2014, p. 246).

Há uma carência sobre estudos relacionados ao ensino secundário no Rio Grande do Sul durante o século XX, em especial no período de 1940-1960. Isto não ocorre apenas no RS, mas em todo o país. Por conta disso, criou-se um grupo de pesquisa de âmbito nacional, com a participação de diversos pesquisadores brasileiros com a finalidade de se compreender como se desenvolveu o ensino secundário no Brasil, focando os trabalhos nas regiões demográficas, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. No caso da Região Sul, foi possível construir um grupo de trabalho para cada um dos três estados. Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, pesquisam Tambara, Arriada e Amaral²².

Os primeiros resultados dessas pesquisas foram apresentados, no final do ano de 2021, na obra intitulada Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro – Volume I, organizado pelas autoras Eurize Caldas Pessanha e Fabiany de Cássia Tavares Silva. Os autores Tambara, Arriada e Amaral publicaram o artigo com dados preliminares da pesquisa intitulado “O Ensino Secundário do Rio Grande do Sul – 1940-1960: notas introdutórias”. Cabe ressaltar que o trabalho realizado pelos pesquisadores da região Sul tinha a mesma perspectiva das demais regiões de perguntar às fontes questões relacionadas a três eixos: o primeiro, de crescimento populacional e interiorização como vetores da expansão do ensino secundário; o segundo eixo, expansão do ensino secundário e as instituições públicas e privadas/confessionais; e o terceiro e último, a necessidade de investimento na formação de professores e demais condições de trabalho.

²² Elomar Antonio Callegaro Tambara, Eduardo Arriada e Giana Lange do Amaral são docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de Federal de Pelotas.

Tambara, Arriada e Amaral (2021) apresentaram nas páginas 293 e 301 tabelas relacionando o número de escolas de ensino secundário no estado do RS e alunos matriculados por vínculo administrativo nos anos de 1937 e 1961, respectivamente. Essas informações foram usadas para a confecção da Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Comparativo escolas e matrículas 1937/1961

Administração	Escolas em 1937	Escolas em 1961	Matriculados em 1937	Matriculados em 1961
Federal	2	1	744	460
Estadual	26	54	4.632	33.589
Municipal	18	9	696	1.800
Particular	126	235	7.959	70.550
Total	172	299	14.031	160.399

Fonte: desenvolvido pela autora baseado em Tambara, Arriada e Amaral (2021).

Percebe-se que, apesar de o aumento das escolas ter sido menos que o dobro, o de número de matriculados totaliza mais de onze vezes. Uma das possibilidades desse aumento pode estar relacionada, ainda que não diretamente numa relação causa x efeito, ao crescimento populacional e interiorização. Políticas voltadas para imigração tiveram seu início no século XIX e foram reforçadas durante o século XX, inclusive favorecendo a migração dentro do próprio estado. Exemplifica-se com a situação da emigração germânica, que inicialmente estabeleceu-se na região de entorno da capital, indo em direção à serra gaúcha. Durante o começo do século XX, vários desses imigrantes foram para região central, missão e noroeste do estado. Com a chegada de novos imigrantes, novas escolas surgiram, bem como o aumento gradual das vagas que incluía a oferta de ensino secundário nas diversas regiões do Estado. Verifica-se nesse quadro, a participação dilatada das escolas particulares em sua maioria confessionais. Elas passaram de um pouco menos que o dobro, na

comparação entre 1937 e 1961, no entanto as matrículas quase chegam a nove vezes mais.

Tambara, Arriada e Amaral (2021) trazem uma observação interessante de que instituições de caráter religioso acabam muitas vezes sobrepondo e até praticamente quase que eliminando as de caráter puramente privado sem relação com confissões religiosas. Esse é um processo particular vivenciado pelos gaúchos. Essa dependência administrativa traz um quadro de complexibilidade e de intensidade e racionalidade: instituições privadas e públicas, a relação que ora as privadas passam a ser administradas ou ser supervisionada pelo poder público, o contrário também acontecendo em alguns casos, instituições que estavam ligadas a uma ordem religiosa passam a outra. Igualmente, a cessão de terrenos e espaços públicos passam a ser administrados financeiras e pedagogicamente por instituições religiosas, então há essa diversidade verificada pelos autores.

Além de católicos, luteranos, metodistas, adventistas, anglicanos, israelitas, um conjunto muito grande de ordens religiosa confessionais tem em suas instituições as suas práticas educacionais em operação no estado. Essa explosão de novas escolas e ofertas de vagas proporcionou ao cidadão interiorano a possibilidade de dar sequência aos seus estudos. Vide o caso da mãe da pesquisadora que iniciou seus estudos no Colégio Evangélico de Panambi; posteriormente frequentou o Colégio Martin Luther, em Estrela, o qual possui como mantenedora a Sociedade Evangélica Educacional de Estrela (SEEE); mais tarde, foi para Três de Maio, no Colégio Getúlio Vargas, pertencente ao grupo SETREM, que tem sua mantenedora formada por membros da Comunidade Evangélica São Paulo; cursou o Normal em uma escola de freiras em Panambi, denominado Colégio Nossa Senhora de Fátima; e, por fim, o ensino superior na instituição jesuíta Unisinos.

No projeto intitulado “Subsídios para a criação de um Centro de Treinamento para professores do Ensino Médio”, anexado ao Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada, anos de 1963-1966, elaborado pelas Professoras Maria Elena de Almeida Nunes e Neide Uchôa Xavier, consta a informação de que foram efetivadas 194.859 matrículas no ensino médio no ano de 1964, projetando uma estimativa para 1970 de 236.787 matrículas. Os dados são apresentados como parte da justificava da criação do Centro de Treinamento.

Ainda apresenta a preocupação com os não matriculados, haja vista a quantidade de matrículas comparada com a capacidade do Estado, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Comparação entre as matrículas do ensino secundário projetadas e as efetivadas 1955-1964

	Projeção do Estado	Matrículas
1955	60.067	65.999
1956	71.112	72.468
1957	82.157	79.001
1958	93.202	89.425
1959	104.247	98.343
1960	126.337	112.557
1961	137.382	126.688
1962	148.428	147.166
1963	159.472	166.416
1964	170.517	194.859

Fonte: Desenvolvida pela autora a partir de dados coletados no Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada anos de 1963-1966, p. 31. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217467>. Acesso em 26 jun. 2022.

Conforme os dados, é possível observar um número maior de matrículas nos anos de 1955-1956 e 1963-1964. De acordo com estimativas previstas pelas autoras do projeto, a tendência era de aumentar o quantitativo de matriculados. Elas ainda reforçaram sua preocupação com “o grande número de indivíduos em idade escolar que não conseguem matrícula, por falta de vagas no Ensino Médio” (NUNES e XAVIER, 1966, p. 31). O documento aponta que 68% das crianças entre 6 a 14 anos frequentaram a Escola Primária e que o Estado tinha capacidade para atender apenas 1/3 no secundário.

Com a finalidade de se buscar subsídios mais específicos sobre o município de Rio Grande, entrou-se em contato com o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), órgão responsável pela gestão documental no estado. Obteve-se a informação de que existem treze invólucros sobre a educação no estado, mas que

não há identificação do que seria ensino primário ou secundário. Verificando a documentação, foi observado que apenas o acondicionador de número 13003.0004 (Figura 9) possuía os dados necessários. Os demais doze tratam-se do ensino primário.

 Estado do Rio Grande do Sul Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul		Estante: 089A Acondicionador: 13003.0004
Cód. Referência:	Br/RS/APERS PE 13003/0001/0001/0001	
Fundo:	Secretaria de Educação e Cultura	
Subfundo:		
Série:	1.2.3 Acompanhar a execução financeira e operacional do Estado	
Datas-limite:	01/01/1968 até 31/12/1968	

Figura 9: Foto do acondicionador dos documentos
 Fonte: APERGS
 Autoria da foto: Historiadora Adriana Weber

Percebe-se no espelho de identificação que o objetivo dos documentos presentes nessa caixa é de acompanhar a execução financeira e operacional do estado e de que a data limite deles corresponde ao ano de 1968. Cabe frisar que ao ser solicitada pesquisa à documentação existente no acervo, foi dado como período de interesse o século XX.

Os dados referem-se ao ano de 1968, mas possivelmente o documento é posterior. Não há uma datação de sua criação. Tem-se como marca d'água o logo da PROCERGS²³ – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 1972 como órgão executor da política de informática do Estado. Além disso, os dados estão impressos em um formulário contínuo, o qual teve seu amplo uso na década de

²³ Informações disponíveis em: <https://www.procergs.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 6 de abr. 2021.

1980/1990 com o desenvolvimento de microcomputadores e impressoras. Verifica-se também o uso de caneta esferográfica na cor rosa, bem mais atual, mas não se tem como afirmar que esta marcação tenha sido feita antes ou depois da incorporação do documento no acervo do arquivo. Todos os dados sobre o ensino secundário no ano de 1968, presente nesse acondicionador, estão impressos no mesmo tipo de suporte.

É possível observar na documentação o total de vinte e quatro instituições de ensino em 1968 no Município. Dessas, nove ofertavam o ensino secundário, dez comercial, três do ensino normal e duas industriais. Quatorze ofereciam o primeiro ciclo e dez o segundo. Somando o primeiro e o segundo, temos duas federais, dez estaduais, duas municipais e dez particulares. Assim, no ano de 1968, no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul, havia quatorze instituições públicas e dez particulares com matrículas abertas para o ensino médio.

Considerando a totalidade de matrículas nesse mesmo ano, em todo o estado do Rio Grande do Sul, no ensino médio (secundário, comercial, normal, industrial e agrícola) em ambos os ciclos (ginasial e colegial), tem-se o total geral de 278.347, dessas, 5.358 federais, 133.671 estaduais, 6.230 municipais e 133.088 particulares. Ressalta-se que do total geral de 278.347, 139.528 eram matrículas femininas.

Apreciando apenas os dados relativos ao ensino secundário, no município do Rio Grande, durante o ano de 1968, foram ofertadas 3.200 vagas. Constata-se que no primeiro ano houve 621 matrículas no ensino público e 406 no particular. No segundo ano, esse número se reduziu para 582 na pública e 323 na privada. O mesmo ocorreu no terceiro ano, em que se teve 416 ofertas em instituições públicas e 270 em particulares. Por fim, no quarto ano, o estado ofereceu 362 vagas na cidade contra 220 ofertadas por instituições particulares.

É sempre bom lembrar que matrícula não significa conclusão. A pouca finalização dos estudos ao longo do período, seja do ginasial ou do colegial – um problema bastante conhecido na historiografia do ensino secundário –, acaba sendo confirmada com o número altíssimo de abandono, evasão ou de reprovação. Tambara, Arriada e Amaral (2021) relatam que a cada mil ingressos na primeira série do ensino primário em 1950, apenas 25 concluíram o segundo ciclo do ensino médio em 1961. Seja para a sua formação cultural, desenvolvimento de um bom cidadão,

atuação no campo do trabalho de forma imediata ou para acesso ao ensino superior, esse grau de instrução, conforme os indícios apontam, carecia no número de vagas, bem como incentivo a permanência, e pode-se inserir nesse contexto a necessidade de um número maior de escolas e professores. Esses são exemplos de algumas das bandeiras levantadas pelos jovens integrantes dos movimentos estudantis, os quais veremos no próximo capítulo.

4 JUVENTUDE E MOVIMENTO ESTUDANTIL

Neste capítulo, é apresentado um levantamento bibliográfico sobre jovem, juventude e movimento estudantil. Esse apanhado auxilia na compreensão mais aprofundada de alguns conceitos, em especial o de juventude enquanto categoria de análise.

Em sua tese, posteriormente publicada, Silvio César Oliveira Benevides (2006) discorre sobre a complexidade de se conceituar jovem no decorrer dos séculos. A idade, corriqueiramente expressa em políticas públicas, não seria biologicamente natural. No Brasil, por exemplo, existe o Programa Jovem Aprendiz, que condiciona a participação com a idade mínima de 14 anos completos e 24 incompletos. O que, supostamente, indicaria que o participante estaria na faixa de idade condizente com o ensino secundário, início do superior, apesar de esta não ser pré-requisito.

Conforme o autor, na Roma antiga, a divisão era simples: imaturidade e maturidade.

Diferentemente da maturidade, a imaturidade correspondia ao momento da vida em que o homem não sabe controlar os seus instintos, dando vazão a todos os impulsos da natureza selvagem. Estas duas fases correspondem a quatro estágios diferentes. O indivíduo até quinze anos era considerado *puer*, isto é, criança. Dos quinze aos trinta, durava a *adolescencia*. A juventude (*inventia*) poderia ir dos trinta até os quarenta e cinco ou cinquenta anos. Somente a partir dos cinquenta o indivíduo era considerado adulto, ou seja, suficientemente maduro para assumir todos os direitos e deveres da sua vida pública (BENEVIDES, 2006, p. 17).

Por sua vez, os essênios consideravam o início da juventude após os vinte anos, momento em que o indivíduo recebia deveres propostos pela família que marcavam o início de uma vida pública. “Tão logo isso acontecia, tornava-se membro da congregação de Israel e adquiria o direito de assistir aos julgamentos das leis da comunidade” (BENEVIDES, 2006, p. 18).

Na era medieval, em especial na França, a vida de uma pessoa era dividida em sete fases: *enfant* (até os sete), *pueritia* (até os quatorze), *adolescencia* (até os vinte e oito), *jeunesse* (+/- até os cinquenta), *senectude* (meio termo entre juventude e velhice até os setenta anos) e *veillesse* ou *senies* (após os setenta anos). Essa divisão perdurou até o século XVIII.

Do século XVI em diante, a noção de idade tornou-se fundamental, conforme exigido por reformas eclesiásticas e civis. O ato de se registrar nos assentos de nascimento, casamento e óbito na esfera civil ou batismo, matrimônio e sepultamento na esfera eclesiástica, a data do nascimento “passou a se agregar aos costumes tornando-se uma prática fundamental nas sociedades modernas, sobretudo após a Revolução Francesa, quando a trajetória cronológica dos indivíduos adquiriu uma importância significativa” (BENEVIDES, 2006, p. 18).

A classificação atual – ainda que mude uma que outra terminologia, mas não a essência de seu significado – teve seu início no século XIX e consiste em: infância, adolescência, maturidade, velhice. No Brasil, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), até os doze, o indivíduo é considerado criança e dos doze aos dezoito, adolescente. É possível verificar, como já exposto por Bourdieu (1983), que a forma como são classificados os seres humanos com relação ao seu ciclo de vida possui critérios socialmente passíveis de manipulação. Benevides afirma que

classificar os indivíduos em categorias elaboradas em termos de idade significa impor limites e produzir uma ordem que define os poderes associados a cada uma das diferentes faixas etárias. As classificações por idade, estariam, entre outras coisas, ligadas a uma disputa pelo poder, entendida como o domínio de um saber ou de uma técnica, na qual os jovens reivindicam para si o lugar ocupado pelos velhos no universo público da vida social (BENEVIDES, 2006, p. 19).

Dessa forma, uma nova geração começa a atuar socialmente em detrimento da antiga e mais experiente, que por sua vez tem a possibilidade de influenciar quando o jovem iniciará suas atividades na vida pública e, assim, permanecer por mais tempo atuando no contexto social. Essa relação acaba, por vezes, gerando confrontos e caracterizando a juventude como um período onde prevalece a inconstância de comportamentos; a juventude apresenta-se como uma fase de “inquietações, insubordinação, desobediências, revoltas, experimentações e “grilos” (BENEVIDES, 2006, p. 20).

Assim, como já foi apontado, ser jovem, suas obrigações, desejos, lutas, variam conforme a época e o lugar. Na Grécia Antiga era considerado jovem apenas o homem, branco, que passaria a ser preparado para adquirir direitos e deveres como cidadão. Por estar no meio do caminho entre não ser e ser cidadão, o jovem poderia

ter o seu comportamento adequado, através da instrução, às necessidades e aos anseios da sociedade.

Cidades como Atenas e Creta possuíam programas que se constituíam em uma espécie de rito de passagem do período não cidadão ao ser cidadão participativo e que tinham como objetivo torná-los cidadãos melhores. Esses programas buscavam desenvolver a relação amigável entre os membros dos grupos etários juvenis, por meio de atividades físicas e culturais e o estímulo a caça.

Sendo treinados para o bom combate, cidadãos mais velhos não se preocupavam com ameaças internas, já que os conflitos eram provenientes de fatores externos, estrangeiros. “Para os gregos da antiguidade clássica, a chamada inquietude juvenil não possuía um valor negativo” (BENEVIDES, 2006, p. 21), como bem exemplificado por Hércules, podendo assim, de certa forma, afirmar-se que era uma característica esperada e positiva dos jovens.

Já para os romanos, a situação era considerada dúbia, uma vez que Roma surge a partir da rebeldia juvenil de Rômulo e Remo, o que foi considerado positivo, mas igualmente a característica do jovem inquieto poderia ser prejudicial e não deveria ser tolerada por ser considerada uma ameaça. Por isso, em Roma, jovens rebeldes poderiam ser severamente punidos.

A sociedade romana se fundamentava no pátrio-poder, que para se manter controlava comportamentos rebeldes já que não eram bem vistos não apenas pelos dirigentes, mas, inclusive, pelo próprio seio familiar. Não era incomum os pais punirem a rebeldia juvenil com morte e filhos cometerem parricídio. Manter a dita juventude até os 50 anos foi a forma encontrada para os anciões continuarem na vida pública em detrimento dos mais jovens. Enquanto isso, na China, Confúcio reverenciava os jovens, visto que eles poderiam alcançar um alto potencial futuramente. Por sua vez em Florença e Veneza

associava-se esse período da vida humana a um tempo de apetite vorazes e comportamentos descomedidos que quase sempre culminavam em atos de vandalismo e violência coletiva, os jovens agiam de maneira desregrada e turbulenta porque traziam consigo o germe do mal (BENEVIDES, 2006, p. 23).

Estudos, tendo como fonte processos crimes, tentam compreender essas “características ilícitas imputadas às práticas dos inúmeros jovens aristocráticos, os

chamados *Giovani*, que, unidos por laços de idade, parentesco, vizinhança e amizade, eram alvos das preocupações de literários, magistrado e membros do clero” (BENEVIDES, 2006, p. 24). Mas tal atributo juvenil não era de todo ruim, em especial em momentos de guerra, “pois o poderio de uma cidade, assim como de uma família, era medido pela quantidade de homens jovens capazes de portar armas. Deste modo, a função militar se encarregava de disciplinar o *impetus* juvenil.” (BENEVIDES, 2006, p. 24). Conforme a necessidade, época de paz ou guerras, os jovens eram mais ou menos importantes para os líderes.

Ser rebelde acaba por ser considerado útil ainda mais durante a Idade Moderna. “O valor positivo que a rebeldia juvenil adquiriu nesse período está relacionado ao fato de a Idade Moderna ser marcada por uma forte oposição aos dogmas consagrados pelo conhecimento mítico-religioso” (BENEVIDES, 2006, p. 25).

Em seus estudos sobre juventude, em especial a francesa, o historiador Jean-Claude Caron (1994) apresenta dados com relação aos jovens, “a faixa até dezenove anos representa cerca de 42,5% da população francesa em 1750, e ainda 35,5% em 1781” (CARON, 1994, p. 137).

Ao término da Revolução Francesa, uma das características da cultura jovem é a educação que passa a ser “fortemente associada à instituição escolar secular” (BENEVIDES, 2006, p. 25).

A consolidação da burguesia como classe hegemônica, o crescente desenvolvimento industrial e a conseqüente expansão urbana, entre outros fatores, fazem da Era Moderna, principalmente na sua fase contemporânea, o período de constantes levantes revolucionários... a juventude, por vezes, aparecia no universo público servindo aos interesses de grupos que pretendiam transformar radicalmente a sociedade, e por outras, atendendo aos interesses de ideologias nacionalistas (BENEVIDES, 2006, p. 25).

Com a escolarização sendo oferecida pelo governo, surge uma nova categoria de jovem, denominada no século XXI como juventude letrada por pesquisadores da História da Educação. O ensino fundamental, dito primário, surge como forma de ofertar “apenas o aprendizado dos rudimentos necessários a toda a vida social, o ensino secundário, eventualmente completado por estudos superiores, tem também a obrigação de educar moralmente o futuro adulto” (CARON, 1994, p. 138).

O ensino secundário se instala e ganha força na Europa no período compreendido entre os anos 1780 e 1880, “encontra-se um século de lutas e também de tentativas na definição e na criação daquilo que, progressivamente, adquire sua autonomia como nível de ensino e afirma-se como o ponto de encontro das classes ascendentes” (CARON, 1994, p. 138). O autor pontua que se trata de uma minoria a elite letrada que prossegue nos estudos para além do primário. Esse número se estreita ainda mais na continuação ao nível superior e “no seio dessa minoria encontra-se outra que vai, muito lentamente, conquistar o direito à instrução: as mulheres” (CARON, 1994, p. 138).

Com o objetivo de proporcionar no mínimo instrução escolar básica, líderes investem na “nacionalização das redes escolares, e a juventude se transforma em aposta política e social” (CARON, 1994, p. 142). Temendo o surgimento de opiniões divergentes das consideradas assertivas, usam da escola como forma de controle de opiniões. Para o autor, “não existe melhor meio de controle social que a escola, que se torna assim, muito rapidamente, objeto de solicitude e mesmo lugar de frequência obrigatória” (CARON, 1994, p. 142).

O ensino superior é reservado apenas a uma elite muito restrita de amadores (científicos, literários) ou de futuros profissionais (médicos, juristas), o ensino secundário aparece de fato como o laboratório em que se elabora a formação das futuras gerações de notáveis. Notáveis mais letrados que empreendedores, ao sair do secundário (CARON, 1994, p. 147).

O autor apresenta dados numéricos que apontam para a frequência ao ensino secundário bem antes da terminologia ser utilizada. Em números aproximados, estima-se que a França em 1650 conta com cerca de 65 mil colegiais em uma população total de 18 milhões de habitantes, dos quais mais de 40 mil estudam com jesuítas. “O domínio educativo e pedagógico desses últimos é incontestável sobre o ensino que ainda não se chama secundário, até sua expulsão do reino em 1762-3” (CARON, 1994, p. 148). O número aproximado em 1895 chega a 180 mil para uma população de 38 milhões de habitantes. Para ele, “crescimento econômico e escolarização andam juntos, no secundário” (CARON, 1994, p. 148-149).

No período da unificação, a Alemanha conta com cerca de 170 mil alunos no secundário. A Itália, 50 mil; a Áustria, 80 mil; a Espanha, 16 mil em 1858, e em 1878, 25 mil.

Na Rússia, a reforma de 1828 introduz oficialmente uma hierarquização escolar: as escolas paróquias para as classes inferiores, as escolas de distrito para as classes médias, os ginásios para as classes superiores e a aristocracia... Ir ao liceu supõe uma escolaridade primária completa e uma abastança financeira da família de modo que possa ao mesmo tempo pagar os estudos e dispensar a força de trabalho do filho (CARON, 1994, p. 149).

Para aqueles que possuíam o desejo, mas não provinham de condições financeiras para dar continuidade aos estudos, o faziam em instituições religiosas com a finalidade de seguir uma carreira eclesiástica. Esta era uma possibilidade ainda que muitos não optassem pela ordenança. Por trás de simples dados, a realidade social demonstra que “abandonos, repetências, duração da escolaridade são fatos que dependem amplamente dos componentes socioeconômico e sociocultural, mas também do número de filhos por família ou da distância do estabelecimento” (CARON, 1994, p. 150). Os números apontam que em 1821, por exemplo, apenas 2,5 % dos jovens concluintes do primário encontravam-se matriculados no secundário. Caron conclui que desde o início, o ensino secundário busca atender as elites e assim permanece até o século XX. Enquanto há interesse do Estado em que todos os seus cidadãos tenham a oportunidade de obter as primeiras letras em um estudo primário, o secundário dirige-se apenas “aos homens que são destinados a ter lazer e abastança, ou que abraçam profissões livres de ordem mais elevadas, como o comércio e as letras” (CARON, 1994, p. 152).

Surge um leve vislumbre de democratização ao acesso secundário ao se dar início as ofertas de bolsas de estudos, sobretudo com a possibilidade do ingresso de mulheres nessa modalidade. Mas há controvérsias: até o final do século XIX, “inúmeros são os publicistas ou políticos a exprimir seu receio de ver classes populares terem acesso ao ensino secundário e reivindicarem uma posição social não correspondente às suas competências, a seus interesses” (CARON, 1994, p. 152). O autor apresenta o temor do Estado de que um número alto de letrados acabe por ser um problema, levando muitos à inatividade. Embora não apresente “nenhuma restituição legal, nenhum *numerus clausus* para limitar o acesso aos colégios e liceus, mas uma vontade política claramente afirmada de barrar o caminho aos filhos das classes inferiores” (CARON, 1994, p. 155).

Diversos países europeus defendem a liberdade de ensino, mas acreditam não ser unicamente de competência do Estado, pois acreditam que quanto menos

intervenção pública melhor. Devido à possibilidade de contendas, guerras e revoluções, a elite aproveita-se de ambientes escolares secundaristas como seu refúgio. Na contramão do pouco interesse pelo ingresso de sua população a graus de instrução mais elevados, a Alemanha e a Inglaterra perceberam a oportunidade de desenvolver uma rede de escolas técnicas e profissionais com formação em diversas áreas, de artesãos a engenheiros.

O ensino secundário se apresenta como um “cadinho em que se formam os filhos de uma burguesia vitoriosa” (CARON, 1994, p. 189). Traça-se o paralelo entre “a ascensão dessas classes burguesas que, através da economia e da política, tomam as rédeas de Estados em pleno desenvolvimento e por vezes em formação” e o início de sistemas nacionais do ensino secundário (CARON, 1994, p. 189). O autor define esse processo como fabricação do Estado e por sua vez fabricação de elites, numa retroalimentação contínua. Caron reflete:

Mas essa é uma visão esquemática demais: o colégio e o liceu são tanto lugares de educação – que passa pelo mestre, mas também pelo colega – quanto de instrução, e produzem, em definitivo, indivíduos educados segundo os valores dessa “nova” sociedade: esforço, mérito, concorrência, sucesso, etc. Se, no final das contas, o ensino secundário torna-se uma aposta nacional no século XIX, é pela promoção social que oferecem do que por seu papel de agente educador, formador de uma juventude confrontada desde a adolescência com o sistema de valores que deverá aplicar, reproduzir e defender na continuação de sua vida (CARON, 1994, p. 189).

Tal situação pode ocasionar manipulação dos jovens conforme interesses de lideranças, como ocorreu, por exemplo, em países nazifascistas. Para Mussolini, no valor de um jovem estava intrínseco “o vigor do corpo e da mente” (BENEVIDES, 2006, p. 26). Considerando-se herdeiros naturais dos guerreiros romanos, os revolucionários fascistas acreditavam em uma disciplina extremamente rígida, a qual incluía o culto ao corpo. Com a tomada do poder, a imagem que por hora os representava, era a de um jovem atlético, mas sem extremos, pois deveria ainda manter a sua beleza juvenil – representando, assim, o *homo novis*. Aos poucos, essa imagem modificou-se e passou a ser a de um “atleta em ação, para demonstrar a celeridade, o vigor e a disciplina do regime com gana expansionista” (BENEVIDES, 2006, p. 26). Nada melhor para exemplificar essa concepção do que as imagens de atletas nus, em mármore, criadas por Del Debbio, que se encontram nos degraus do Fórum Itálico em Roma.

Também a juventude feminina tinha a atenção dos fascistas. Da mesma forma, como os homens, elas deveriam ser atléticas e fortes, não para a guerra, mas para a maternidade, mulheres lutariam apenas em defesa de seus filhos. “Neste caso, ela deveria se mostrar uma fervorosa combatente, tal qual a *Mama Italia*” (BENEVIDES, 2006, p. 26). Um grande número de jovens italianos acabava cedendo ao regime imposto na ilusão da juventude eterna, amplamente divulgada pelos dirigentes nos meios de comunicação e artes plásticas.

O mesmo ocorreu na Alemanha, embora que a “noção de juventude não se remetia necessariamente a um estágio do desenvolvimento biológico humano, nem tão pouco a um grupo ou categoria específica, [e sim] ... vincular-se a uma ideia nova, isto é, os ideais nazistas” (BENEVIDES, 2006, p. 27). O país, conforme Evelise Angarten Quitzau (2019), no início do século XX, possuía uma população que desenvolvia atividades junto à natureza, como os *Wandervogel* cujo objetivo principal era manterem-se jovens (*Jugendpflege*). Conforme as autoras, no contexto desse cenário, surgem, em 1911, a Liga Jovem Alemã (*Jungedeutschlandbund*) e a Liga Alemã de Escoteiros (*Deutscher Pfadfinderbund – D.P.B.*).

A união dos jovens em movimentos, associações, ligas e afins era constante e o movimento nazista aproveitou-se desse interesse natural para ameaçar o emprego dos pais dos jovens que fossem contrários e até mesmo as atividades escolares dos filhos, no caso, negando estudo. Começa assim, com uma forte participação dos jovens ao ideal nazista, nem tanto por amor e mais por reação, surge a juventude hitlerista a *Hitler-Jugend*. Em 1932, a *Hitler-Jugend* possuía 108 mil membros; já em 1933 o número de participantes chegou a 2 milhões e trezentos mil; em 1934, a 3 milhões e meio e em 1936, a 5 milhões e 400 mil. Em 1933, ocorreu em Berlim, no dia 5 de abril, a tomada de controle do Comitê das Ligas de Juventudes Alemãs. Caso alguma não se interessasse em se unir a *Hitler-Jugend*, era extinta. Além disso, houve a inclusão das 600 mil juventudes evangélicas e outras ligas protestantes.

Dessa forma, o Partido Nacional Socialista acabou por ter um predomínio jovem. Em 1931, eram 27,9% entre 31 e 40 anos; 19,6% entre 41 e 50 anos e 14,9% com mais de 50 anos, enquanto jovens de 18 a 30 anos somavam 37,6%. Em 1932, esse número chegou a 42,2% do total de filiados e correspondia a 31,1% do total de jovens alemães.

Com um intenso programa de treinamentos, muitos desses jovens passaram a defender os novos ideais propostos, alinhados aos desejos do *Führer*. Infelizmente, através desse programa, os líderes nazistas difundiam o medo “no mais íntimo da esfera privada” (BENEVIDES, 2006, p. 28) da possibilidade de os jovens e seus familiares possuírem características físicas hereditárias arianas, mas um espírito judeu.

A exemplo do programa fascista, o programa educativo nazista também propagava o mito da eterna juventude. Por essa razão, na Alemanha de Hitler, assim como na Itália de Mussolini, as práticas esportivas eram difundidas e estimuladas, pois elas ajudavam a desenvolver o vigor físico e a disciplina moral, dotando seus praticantes de vivacidade, habilidade, agilidade e resistência, características atribuídas à juventude que a propaganda ideológica dos dois regimes buscava evidenciar e enaltecer como positivas, uma vez que precisavam delas para concretizar seus projetos de expansão.” (BENEVIDES, 2006, p. 28).

Através dessas atividades realizadas na forma de acampamentos pelo interior, praticamente campos de treinamento militar, os jovens deixavam de se submeter autoridade familiar, uma vez que era enaltecida a autonomia, embora que, na prática, apenas trocavam da família para a servidão nazista.

Assim, fica claro que a luta por direitos, “causa libertárias e renovadoras, com perspectivas de transformas os valores” (BENEVIDES, 2006, p. 29) nem sempre esteve presente nos movimentos juvenis. O que inclui a situação brasileira dos anos 60, em que muitos eram adeptos das causas de extrema direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), valendo-se do argumento de “visão nocivas de nacionalismo, segurança nacional e prática forte” (BENEVIDES, 2006, p. 29).

Com o pós-guerra, houve uma disputa pelo controle geopolítico do mundo, conhecido como Guerra Fria, em que se dividem dois blocos antagônicos: capitalista e socialista. Destaca-se nesse momento, em países capitalistas, um avanço tecnológico, científico. Inicia-se uma cultura juvenil caracterizada pelo “consumo de discos, sobretudo os de *rock’n’roll*, revistas, roupas, filmes, bebidas e todo o tipo de marca que patenteava os jovens como sujeitos pertencentes a uma dada categoria, agora com grande destaque ditando seus hábitos, costumes, linguajar e estética” (BENEVIDES, 2006, p. 30). A cultura juvenil, com o capitalismo, passa a se tornar uma cultura do consumo.

Na década de 1950, estudiosos como pedagogos, antropólogos, psicólogos, sociólogos e até juristas passaram a ter esse jovem como objeto de estudo. Além de a juventude ser o intermediário entre a fase da infância e a fase adulta, os jovens também passaram a “questionar mais enfaticamente os valores e padrões sociais estabelecidos” (BENEVIDES, 2006, p. 30). Surge assim o jovem enquanto categoria de análise.

Esse lado transgressor começou a ser retratado em filmes e transforma, igualmente, jovens em ídolos, como James Dean²⁴. Surgiu, então, um alargamento do denominado por Hobsbawn (1995) como “abismo de gerações”.

A oposição entre a experiência de vida dos mais velhos, marcada por necessidades e privações comuns aos tempos de graves convulsões sociais e de guerras, e a experiência de vida dos mais jovens, marcada pela opulência econômica, aprofundou o abismo de gerações (BENEVIDES, 2006, p. 31-32).

É perceptível que o convívio em sociedade mudou nos últimos tempos. Não apenas em questões estruturais, mas num todo, desde a constituição do conceito do que é ser família até o aceleração das pesquisas e evoluções tecnológicas que possibilitaram novas formas de interação. O ser jovem do século XIX é diferente do ser jovem do século XX. Cada vez mais aumenta o percentual de jovens que podem dedicar esse período da vida para estudar e conviver socialmente sem demais obrigações.

Utilizando uma análise de Bourdieu, podemos perceber que existe uma condição social da juventude que se diferencia do resto da sociedade. Para ele existe um “tempo” e um “espaço” próprio dos estudantes, que não tendo compromissos como família e emprego, como estão pouco inseridos em uma sociedade formalizada e com rigor na relação com o tempo, os jovens passam a se relacionar de uma forma diferenciada com esses elementos (DELLA VECHIA, 2011, p. 76).

A fim de compreender a relação entre jovens x adultos nas diversas épocas e culturas, Benevides apresenta a diferenciação entre o conceito de cultura juvenil defendida por Margaret Mead (1970) no passar dos tempos. A autora classifica em posfigurativa, cofigurativa e prefigurativa.

²⁴ Ator estadunidense considerado um ícone, protagonista do filme Juventude Transviada (1955).

A cultura posfigurativa está arraigada em “valores e códigos culturais da sociedade na qual vivem por meio dos mais velhos, cuja função é salvaguardar a herança cultural deixada por seus ascendentes. O comportamento das gerações mais jovens é, portanto, herdado dos antepassados” (BENEVIDES, 2006, p. 32).

Apresenta-se assim uma continuidade onde as mudanças se tornaram praticamente indetectáveis, “identidade e o destino são imutáveis” (BENEVIDES, 2006, p. 32). Excetua-se, no entanto, influências externas de guerras, migrações e até de catástrofes naturais.

Grupos de tradição oral e não complexas costumam vivenciar a cultura posfigurativa, mas não se excluem sociedades industriais. Exemplifica-se, aqui, os episódios de imigração. “Diante de uma nova cultura, ou seja, de novos códigos e hábitos, os imigrantes apelam para os seus valores tradicionais a fim de não perderem seu senso de identidade” (BENEVIDES, 2006, p. 33).

Por sua vez, na cofigurativa, há o predomínio de pares, seus contemporâneos, “logo o comportamento das gerações mais jovens deixa de ser herdado para ser aprendido” (BENEVIDES, 2006, p. 33). Mudanças são tidas como natural para jovens e adultos. É comum o rompimento de condutas e padrões esperados pelos pioneiros. Através das escolas, universidade e até mesmo do trabalho, os jovens conhecem novos valores, diferenciados dos vividos em família. “Ao mesmo tempo, entretanto, os mais velhos ainda predominam comandando os diversos setores da sociedade e definindo os limites comportamentais dos jovens” (BENEVIDES, 2006, p. 33).

Já na prefigurativa o conflito é constante uma vez que as experiências vivenciadas pelos jovens e pelos mais velhos são completamente distintas. “A experiência de vida da geração mais jovem é radicalmente diferente daquela vivida por seus pais, avós e outros membros das gerações precedentes; dessa oposição surge o conflito entre gerações, que pode criar grandes dificuldades de comunicação” (BENEVIDES, 2006, p. 35).

Esse choque de gerações, vivenciado na década de 1960, ocorreu pelo mundo todo, algo inusitado na humanidade, até então, “num fenômeno de escala planetária e universal, devido em grande parte, aos avanços tecnológicos, sobretudo nas comunicações. Em todos os continentes e praticamente em todas as nações ocorreu,

nesse período, um levante juvenil sem paralelo na história” (BENEVIDES, 2006, p. 36). Claro que o evento não foi homogêneo, havendo diferenças de uma região para outra, sendo maior em países industrializados.

A intenção dos movimentos de jovens também se distingue. Nos EUA, foram protestos relacionados à segregação racial e à Guerra do Vietnã, por exemplo; o movimento *Black Power* apresentava “uma nova consciência racial voltada para o despertar da dignidade e autoconfiança dos negros, além da integração destes com a sociedade” (BENEVIDES, 2006, p. 37). Da mesma forma, o movimento *hippie* defendia o uso da “paz como arma para combater a violência” (FRAGA, 1996, p. 31) e o escancarado movimento de contracultura, representado por “drogas, amor livre, pela expressão artística, tudo em detrimento do discurso político” (FRAGA, 1996, p. 32).

Nos anos 1960, os jovens saem à rua opondo-se à Guerra do Vietnã, em especial por não terem razões plausíveis para aceitarem a possibilidade de morrerem em um país distante. Nessa luta armada entre os dois países, os jovens “forjam um movimento pacifista de deserção e desobediência civil, valorizando os problemas pessoais, tidos até então como secundários” (FRAGA, 1996, p. 31). Começam então as ocupações em universidades.

O auge das contestações juvenis, em todo mundo, seria o ano de 1968. Desde o Japão, onde os estudantes lutavam para impedir que o país fosse utilizado como depósito de armas nucleares e escala dos aviões norte-americanos rumo ao Vietnã, passando pelo Oriente Médio e África, a exemplo da Turquia, Tunísia, Líbano, Paquistão, Índia, Egito, Etiópia, Sudão e Senegal, até atingir países europeus como Bélgica, Espanha, Inglaterra, Suécia, Alemanha e Itália, os jovens estiveram na vanguarda dos acontecimentos e na contramão do poder. Em comum estas manifestações tinham o fato de questionarem a ordem vigente (BENEVIDES, 2006, p. 38-39).

Com uma estrutura de ensino e defasagem e um governo ultraconservador, são deflagradas as manifestações dos jovens na França, tendo o seu início com os estudantes, mas com a adesão aos poucos de trabalhadores e donas de casa. Fábricas são ocupadas, transporte público são fechados, atuaram na limitação do uso dos serviços essenciais, incluindo energia elétrica, deixando de funcionar. Aos poucos, há o fechamento geral do comércio e dos bancos.

Na França, os estudantes questionam a política de esquerda e de direita e enfrentam o governo gaullista. Defendem a imaginação no poder. Deflagram um movimento muito mais provocado pela recusa às formas de existência

social, do que pela impossibilidade material de subsistir. Paris se transformou em cenário de guerra civil, palco de manifestações políticas, as palavras de ordem expressando a negação de qualquer tipo de poder (FRAGA, 1996, p. 32).

O ato culmina em 31 de maio de 1968, com o fim após negociações que incluem, além dos estudantes, os sindicatos. Essa movimentação apresentou-se

[...]não como uma revolução política e social, como concebe o marxismo clássico, mas certamente como uma revolução cultural que interferiu e, de certa forma, modificou tanto os padrões comportamentais quanto a tradição política, uma vez que o maio de 1968 francês não foi desencadeado por sindicatos de partidos (BENEVIDES, 2006, p. 39).

Esse evento foi lembrado por um dos entrevistados, Ballester, que esteve envolvido com a URES exatamente nesse período.

Eu te diria o seguinte, eu tive numa época num movimento estudantil que foi complicadíssimo, foi a época justamente de 68, tu estás te lembrando de 68, 68 foi onde culminou toda aquela vontade popular que tinha da dominação militar daquela época e assim por diante, em 68 o movimento estudantil estava no auge das reclamações no mundo inteiro quando começou lá com, poxa me esqueci o nome dele era um estudante em Paris que morreu fazendo o protesto junto com a classe estudantil de lá, e estou com o nome dele na boca mas não consigo lembrar (BALLESTER, 2021, p. 1).

Acredita-se que, especificamente sobre a morte de um estudante, o entrevistado quis se referir o ocorrido no Brasil, e não na França, com o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, que foi alvejado pelos policiais que adentraram ao restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, onde era reivindicada uma qualidade melhor na alimentação servida. Esse fato desencadeou uma forte movimentação dos estudantes secundaristas e universitários, tendo o seu ápice demarcado pela marcha dos cem mil, em 26 de junho de 1968. Edson era oriundo de Belém do Pará, nascido em uma família humilde, a qual visionava uma melhora econômica através da instrução formal. Edson Luís se tornou o símbolo da luta estudantil e, em sua homenagem, ao menos duas músicas foram compostas: “Menino”, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, e “Calabouço”, de Sergio Ricardo.

Isso aí culminou com o movimento estudantil no mundo todo e aqui no Brasil, estava engasgado ninguém fazia maior apogeu contra os militares era a UNE a união dos estudantes, só que as uniões dos estudantes estaduais tinham umas que eram a favor da revolução e tinham outros que detestavam o que fizeram que tiraram gente da que tinham status dentro da educação, ou seja, os militares patrulhavam realmente a educação naquela época mas mantendo todo o esquema de estudo, não mudou quase nada pra nós

secundaristas no meio universitário que foi mais contundente, houveram várias modificações e uma delas pra nossa satisfação aí em Rio Grande a FURG ainda era escola de engenharia, a escola de engenharia e em 67, 68 ela recebeu a tutela lá da faculdade de Engenharia então pra comunidade foi excelente mas pros secundaristas aí no Rio Grande do Sul, a UGES tinha uma barbaridade de gente que era contrário ao movimento, era contrário aos militares e eram ensandecidos, ou seja, pra gente muito do contra, do status do regime que era na época militar (BALLESTER, 2021, p. 1).

Michel Foucault (1996) declara que tais fatos não só foram inesperados como transformadores. Com as manifestações, várias alterações trabalhistas e melhoras salariais foram efetivadas, em especial na França.

Apesar de objetivos distintos, na América Latina também houve movimentos como no Brasil, Argentina, Uruguai, etc. Com acesso a tecnologias, em especial das comunicações, houve um acesso maior a informações e fatos que passavam por análise da juventude. No Brasil, o ser jovem, viver a juventude apresentava-se como um desafio nos anos sessenta. Não apenas no que consideramos tradicionalmente como campo político, mas, em especial, no cultural.

Com o golpe militar de 1964, observa-se uma profunda mudança na sociedade, que se reflete também nos movimentos culturais. Fazia parte da lógica do Estado de “Segurança Nacional” a censura, que atinge também, ou sobretudo, os movimentos culturais, por serem considerados importantes veículos de “guerra psicológica”. (FRAGA, 1996, p. 26).

A censura atuou em peças de teatro, cinema, festival de canções, mas, apesar disso grandes nomes e obras despontaram, como o Cinema Novo, com o objetivo de “apresentar a realidade de miséria da América Latina numa dimensão cultural naturalizado pela violência” (FRAGA, 1996, p. 29) e tornou-se “porta-voz da reflexão acerca da produção cultural e da ousadia da juventude dos anos sessenta” (FRAGA, 1996, p.29).

O ambiente cultural convergiu para a caracterização de um novo momento nos movimentos culturais, em que se redimensionava a relação com o público, fazia-se a crítica à “militância conscientizadora” (FRAGA, 1996, p. 29), à recusa ao ideário nacional-populista e passava-se a valorizar as questões tidas como menores no universo cotidiano da visão social. A autora ainda relembra que os eventos ocorridos mundialmente em 1968 realmente ocorreram mundialmente, ato esse nunca visto,

“este é um momento de grandes experiências políticas no país e no mundo” (FRAGA, 1996, p. 31), tanto em países periféricos, onde imperam a ditadura como em países centrais.

Por motivos distintos, os estudantes foram às ruas no ano de 1968. Criam um movimento de dimensão cultural que adquiriu visibilidade no interior de cada país, e que repercute fora dele. Em determinados países, os estudantes se mobilizam para questionar o imaginário do mundo capitalista, em outros, vão às ruas para questionar o imaginário do mundo socialista (FRAGA, 1996, p. 32).

As manifestações estudantis no Brasil contra o governo militar se deram das formas mais variadas e, sobretudo com o uso de equipamentos de cultura. “Os estudantes protestam de diferentes formas: nas ruas, na música, na poesia, no cinema, nas várias dimensões de arte, traço que caracteriza os movimentos culturais do país na época” (FRAGA, 1996, p. 33). Esses atos acabaram por se valer do humor como uma forma legalizada de expressão, resultando, inclusive, na criação do Jornal Pasquim como meio dessa comunicação.

A participação dos estudantes brasileiros em movimentos em prol de causas sociais tem seu início, conforme Della Vechia (2011), com “a participação de estudantes na luta pela expulsão dos franceses comandados por Duclerc em 1710, no Rio de Janeiro”. (DELLA VECHIA, 2011, p. 87).

A partir de então, houve diversos movimentos políticos com a participação dos estudantes, entre eles as campanhas pela abolição da escravidão e pela República (1879); a rebelião da juventude militar, que defendia Floriano Peixoto (1891); o manifesto dos estudantes contra as atrocidades militares em Canudos (1897); as lutas e manifestações populares contra a Light (1909); a Campanha Nacionalista de Bilac, que apoiava a Tríplice Entente na Primeira Grande Guerra (1915); a passeata em que foram mortos dois estudantes e diversos ficaram feridos, conhecida como a Primavera de Sangue (1909); a Campanha Civilista de Rui Barbosa (1910); o Movimento Constitucionalista de São Paulo (1932); a Frente Democrática da Mocidade, organização de vida efêmera e de cunho antifascista que apoiava a candidatura de José Américo para a Presidência da República (1937) e inúmeros outros movimentos e manifestações em que a juventude estudantil esteve presente. (DELLA VECHIA, 2011, p. 87).

Especificamente sobre as atividades relativas ao período da ditadura civil-militar, os movimentos de luta foram organizados a partir de propostas para toda a sociedade, abarcando os estudantes, mas isso

não quer dizer necessariamente que o conjunto de estudantes que participavam das manifestações estudantis tivessem compromisso com o conjunto das bandeiras apresentadas. Muitos estudantes participavam não em função das lutas mais gerais, mas sim de questões mais específicas como não aumento de mensalidades, democracia na universidade ou ampliação de políticas de assistência (DELLA VECHIA, 2011, p. 81).

Da mesma forma que o movimento estudantil se unificava e se fortalecia em diversos países do mundo, igualmente dentro do próprio país manifestações ocorriam em diversas localidades e não apenas nos consideradas grandes centros urbanos. Inclusive o trabalho de pesquisa de Maria da Conceição Fraga (1996) procura compreender como esses atos ocorreram no estado do Amazonas. A troca de informações e participações em atividades culturais ocorria em diversas cidades, contando o máximo possível com a participação de integrantes de movimentos das mais diferentes localidades do Brasil. Essas atividades acabaram por ocasionar uma unificação dos pensamentos e trocas de saberes, mas também evidenciaram a diferenciação do jovem estudante, seja secundarista ou universitário, com os demais.

O grau de informação e as atividades políticas desenvolvidas pelos estudantes fornecem-lhes um determinado tipo de conhecimento e experiência, que necessariamente os leva a terem posição especial, profundamente marcante, diante dos demais jovens. Se compararmos as atividades desenvolvidas por um grupo de estudantes a outro grupo de não estudantes, todos da mesma faixa etária como quer a afirmativa, o desprendimento dos grupos vai depender de vários fatores, entre os quais o tipo de atividade desenvolvida, o local onde elas ocorrem, bem como as condições em que se realizam (FRAGA, 1996, p. 48).

Sempre é bom ter em mente que os jovens compõem todas as camadas sociais e nem sempre condições econômicas determinam a pauta de luta dos movimentos estudantis. Com relação a situação no Brasil, Fraga destaca que, apesar de as condições econômicas financeiras serem distintas entre os países, não produzem “oposicionistas por natureza. O estudante brasileiro tem nome, mora em algum lugar, vive com pessoas, tem desejos, enfim, ele só existe quando se identifica (FRAGA, 1996, p. 50).

Ao observarmos atentamente a participação dos estudantes brasileiros, veremos que nem sempre se revelaram oposicionistas, como reconhece a literatura. Mais ainda, em qualquer circunstância, em virtude da pluralidade da ação humana, os estudantes estão sempre passíveis de não possuírem uma posição apenas, seja ela qual for. Essa afirmação se desfaz ainda mais quando se pretende vê-los como oposicionistas natos, pois o homem, enquanto ser social pode influenciar os outros, e ao mesmo tempo, num processo contínuo, receber influências daqueles com quem vive... É importante ressaltar que, apesar da importância política que as entidades adquirem, elas são sempre construídas por ações coletivas dos atores sociais, e, como tal, são síntese dessas ações. A fala dessa representação expressa sempre o pensamento de uma parcela dos estudantes (FRAGA, 1996, p. 50-52).

Cabe nesse momento refletir sobre os movimentos estudantis. Fraga (1996) o caracteriza como um movimento social, ainda que com suas particularidades. Define-o como “o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseados na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação” (FRAGA, 1996, p. 4).

É importante destacar que essa condição de estudante, ainda que nem sempre, tende a surgir na juventude, momento em que o jovem está “ingresso no sistema de ensino de primeiro grau maior, segundo e terceiro graus. Tal fato nos faz crer na possibilidade de ser o Movimento Estudantil uma primeira instância e participação organizada dos sujeitos sociais” (FRAGA, 1996, p. 6).

O movimento estudantil no Brasil é uma tradição de luta contra a injustiça e a exclusão social. Sua história no país é marcada por muitas conquistas, como a criação do Sistema Nacional de Educação, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outras. No entanto, também enfrenta muitos desafios, como a falta de investimento na Educação, a precarização das condições de trabalho dos professores, o aumento da violência nas escolas, etc. Para enfrentar esses desafios, o movimento estudantil se une em torno de algumas bandeiras, como a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, o combate às desigualdades sociais, a luta contra o racismo e a promoção da igualdade de gênero. Igualmente, cabe lembrar as diferenças de motivação entre as lutas e movimentos organizados pelos estudantes secundaristas e os universitários, bem como o próprio local onde ocorre, se em instituição pública ou privada.

O movimento organizado pelos estudantes universitários do país, na sua maioria ligados à rede pública federal, possibilita sujeitos sociais em conflitos distintos dos movimentos organizados pelos alunos do ensino secundário, que, no geral pertencem à rede pública estadual. Também as bandeiras de luta e as formas organizativas diferem. Somado a isto, trata-se de jovens em diferentes faixas etárias (FRAGA, 1996, p. 6).

A tendência dos estudantes secundaristas de escolas públicas, bem como de universitários oriundos de instituições públicas federais, é focar suas estratégias em defesa do ensino público, gratuito (terminologia adotada ainda que financiado através dos impostos pagos por todos, inclusive os próprios estudantes) e com qualidade, em que se enquadram questões particulares de uma instituição, com uma movimentação estadual ou nacional como a luta por mais verbas destinadas à Educação. Em contrapartida, jovens de escolas particulares defendem um acesso maior através de bolsas, financiamentos e até a redução dos valores. “Tudo isso repercute no movimento, exigindo uma dinâmica própria, segundo a sua natureza” (FRAGA, 1996, p. 7). Apesar de distintos, o movimento estudantil secundarista e universitário por diversas vezes andam juntos, um apoiando o outro em suas causas. Não surpreendentemente ocorre de lideranças do movimento estudantil secundarista acabarem por compor as diretorias no ensino superior.

A despeito dos movimentos estudantis terem uma influência significativa de orientação político-partidária, surgem novas formas de se organizarem “protesto, contestação e reivindicações que não estavam necessariamente ligados aos veículos tradicionais de participação política, como os partidos ou sindicatos, por exemplo” (BENEVIDES, 2006, p. 43). Tratando-se do movimento estudantil brasileiro, conforme ocorrem mudanças culturais emergem esses modelos alternativos. Della Vechia (2011) ressalta que:

Afirmar a existência de posições de direita e de esquerda não significa necessariamente que todos os militantes tenham (ou tivessem de ter) uma posição clara quanto à esta polarização política. Podemos afirmar que nem todos os militantes que participaram do processo de luta política e inclusive que militaram em alguma tendência tinham efetivamente concepções de esquerda. As aspirações de liberdade, permitiam que estudantes se vinculassem às lutas estudantis e inclusive a correntes políticas sem que necessariamente tivessem convicção ideológica de esquerda amadurecida. Da mesma forma, muitos estudantes que se colocavam contra os militantes do movimento estudantil, não necessariamente professavam ideários de direita. Muitas vezes suas posições eram fruto de falta de informação e ou despolitização (DELLA VECHIA, 2011, p. 86).

Referindo-se a URES, tema desta pesquisa, ao entrevistar distintos participantes nos mais diversificados períodos, constatou-se uma unanimidade: o distanciamento político partidário da instituição. “Eu aplaudo o que é certo, não tenho partido” (PEREIRA, 2021, p. 11).

O problema começou quando inventaram essas divisões. Se sou contra o teu pensamento eu sou inimigo. Isso não quer dizer nada. Dentro da URES nós tínhamos, vou te dar um exemplo, que foi vereador da cidade e era nosso colega de movimento estudantil, comunista, o Júlio Martins, e convivíamos bem. Hoje, de 10 a 15 anos pra cá é que surgiram essas radicalizações e que cada vez se acentuam mais (LEMPEK, 2019, p. 5).

Esse posicionamento concorda com o próprio estatuto da URES, na época denominada Constituição, em que no seu artigo sexto declara ser vedada “exercer qualquer atividade político partidária, bem como assumir posição favorável à discriminação racial ou manifestar-se em matéria de caráter puramente religioso” (CONSTITUIÇÃO DA URES, 1953, p. 4). Os ideais eram voltados à defesa dos interesses dos secundaristas, indiferente do posicionamento ideológico de cada estudante. A partir da próxima década de criação da União, se tem o início do período da ditadura civil-militar onde se vivencia momentos de maior tensão, perseguição por parte dos governantes com a sociedade, incluindo os estudantes. A URES acaba integrando potenciais apoiadores de direita e esquerda, como veremos no próximo capítulo.

5. UNIÃO RIO-GRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS - URES

Formalmente, o movimento estudantil é estruturado no Rio Grande do Sul com a criação da União Gaúcha dos Estudantes (UGE), em 1944, no momento em que o mundo vivia a Segunda Guerra, com o propósito de “representar e defender uma classe numerosa, cuja esperança e tenacidade marcou-lhe o passo” (RELATÓRIO 25 ANOS DA URES, 1978, p. 9). A entidade começou com uma atuação na capital apenas, devido principalmente às dificuldades financeiras, de pessoal e corpo técnico.

Nessa mesma década, foi estabelecido no Rio Grande o Grêmio Estudantil, do então Ginásio Lemos Júnior, um dos mais tradicionais do Brasil, que já em 1945 lança o seu jornal “O Arpão” com triagem mensal. Apesar de existir a Liga Estudantil do Colégio São Francisco, o Grêmio Estudantil Lemos Júnior era considerado pelos jovens estudantes “legítimo representante dos rio-grandinos” (RELATÓRIO 25 ANOS DA URES, 1978, p. 10). Assim, quatro membros da entidade, a saber: Élio Biazolli dos Anjos, Amaury Braga da Silva, José Antônio Martinez e Carlos Amâncio da Silva participaram, em fevereiro de 1953, do Congresso de Estudantes Secundários e Superiores promovido pela União Gaúcha dos Estudantes Secundários em Bento Gonçalves, onde já existia a União Bento-Gonçalves de Estudantes. A caravana foi liderada pelo entusiasta Élio, que chegou a Rio Grande oriundo de Pelotas e do Colégio Pelotense. Vinha “com outras ideias, outra mentalidade, lá em Pelotas eles tinham grêmios, tinham e ele foi eleito, ele começou a movimentar, foi eleito presidente do grêmio do Lemos Junior. Ele então, vamos dizer assim revolucionou esse meio estudantil” (ANJOS, 2019, p. 2). Seu pai, telégrafo, havia sido transferido para o município.

Eram amigos muito, muito unidos e muito bons, tinha o Amauri Braga jornalista hoje em Porto Alegre, tinha o Motta, depois foram embora daqui, mas eram também pessoas idealistas, eram daqui, ele chegou de Pelotas assim transbordando de entusiasmo e se juntou com gente muito boa daqui de Rio Grande e eles tiveram coragem de fazer isso, porque na época precisava coragem, muitas vezes foram acusados, outras vezes não, outras vezes prefeitos até apoiaram (ANJOS, 2019, p. 6).

A ida dos estudantes foi noticiada no Jornal O Arpão, publicação do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Lemos Junior (Figura 10). Como impresso estudantil,

O Arpão, noticiava as atividades e ações ocorridas no meio estudantil secundarista, ou que de certa forma os influenciassem. Integrante do Grêmio de Estudantes do Colégio Estadual Lemos Júnior, o impresso tinha circulação interna, mas é possível a sua leitura tenha alcançado outros cidadãos municipais.



Figura 10: Manchete no impresso O Arpão março de 1953
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek

Essa forma de jornal/folheto/impresso ganhou impulso durante as décadas de 1930-1960. Como visto anteriormente, esse período foi marcado por diversas alterações na legislação brasileira no que tange ao ensino secundário (Reforma Francisco Campos e Reforma Capanema). Com uma estrutura fixa e com o objetivo de manter o jovem ocupado, o currículo buscava “atividades escolares que viabilizassem esse acréscimo. Uma das atividades escolares sugeridas na época foi a produção de jornal escolar” (CHIOZZINI, SCHWERTER e AQUINO, 2017, p. 3594). Importante lembrar que nesse momento foi “crescente a participação social e política dos estudantes. Ressalta-se, também, que neste período a imprensa ainda representava um espaço fundamental como meio de comunicação social” (AMARAL, 2002, p. 123).

Conforme noticiado, um problema que logo precisou ser “atacado”, foi a questão financeira, especialmente, em relação às passagens de deslocamento bem

como demais gastos da viagem. Contaram com o “auxílio da Prefeitura concedendo passagens grátis, e com as valiosas colaborações dos cidadãos²⁵ da nossa cidade” (SILVA, 1953, p. 1). É notável a relação positiva ente os estudantes e a sociedade local. A ajuda financeira rendeu a publicação de agradecimentos por parte dos secundaristas. Talvez estivessem ajudando seus filhos, netos ou sobrinhos ou apenas conhecidos, mas os indícios apontam para uma união sadia entre os alunos e a sociedade local. Talvez por ser uma cidade pequena, como costuma-se dizer “todos se conhecem”, já que conforme o recenseamento de 1950²⁶, disponibilizado pelo IBGE, o município possuía 78.941 habitantes.

Os secundaristas voltaram entusiasmados e com o desejo de criar uma entidade que congregasse os estudantes no município. Dúvidas surgiram, esclarecimentos adicionais foram necessários, e, assim, participaram de outro encontro, dessa vez no VIII Congresso Gaúcho de Estudantes Secundários. Novamente noticiado no jornal O Arpão (Figura 11).



Figura 11: Manchete no impresso O Arpão maio de 1953
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek

²⁵ As doações foram efetivadas tanto por pessoas físicas como jurídicas, a saber: Prof. Carlos Loréa Pinto, Modesto Dorneles, um amigo, Prof. Dilermando Motta, Caixa Econômica Federal, Mendes & Abreu Ltda, Joaquim Oliveira S. A., Luiz Lorea S. A., Cunha e Amaral & Cia. Ltda., Aragão Martins, José da Silva, Irmãos & Cia. Ltda., Abdalia Nader, Joaquim Ferreira, Cia. União Fabril, Cia. Fiação e Tecelagem Rio Grande, Fábrica de Charutos Pook, Ypiranga S. A., Cia Swift do Brasil S. A., Wilson Sons Co. Ltda., Banco do Brasil S. A. e Banco Nacional do Comércio.

²⁶ Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_09_a_19.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

A ideia era os representantes Élio Biazolli dos Anjos, Milton Santos Motta, Henrique Wasserman, José Antonio Martinez, Rubens Dutra e suplementarmente Antônio Pereira (Nico) irem de avião, mas não foi possível devido aos custos. O que no século XIX e início do XX poderia caracterizar quase que exclusivamente secundaristas integrantes de uma elite financeira/econômica, já não mais o era. Aos poucos, o acesso à educação foi se ampliando. “Era um outro tempo. Rio Grande, uma cidade pequena, industrial, então, uma elite financeira, eu não sei, nós conhecíamos as famílias pelo nome. Era o filho do pequeno comerciante, funcionário público, tinha filho de médico de tudo” (MARTINEZ, 2021, p. 4-5). Nesse momento, nesse local, nesse contexto muitos pertenciam à classe média, que possuía seus bens, mas não com sobra abundante a ponto de poderem custear as despesas com as viagens de seus filhos. Restou a tentativa de se conseguir pela Prefeitura, ou viajarem três dias de trem.

A Prefeitura coitada na situação difícil que se encontrava não poderia de forma alguma dispor desta verba. [...] Entretanto por bondade e compreensão do Sr. Diretor dos Transportes Coletivos, conseguimos um abatimento, aliás, um grande abatimento nas passagens. Na ajuda de custo, encontramos diversos cidadãos de destaque, na indústria e no comércio de nossa cidade, que nos deram o seu apoio (MOTTA, 1953, p. 1).

Novamente, o auxílio dos entes públicos e privados foi de grande valia para a comitiva. Partiram, então, no dia 24 de abril, às 3h30min da madrugada. “Naturalmente está escuro, ainda é noite. O que não é natural é esse frio, agudo, penetrante que maltrata as orelhas e faz tremer as pernas e o queixo” (MOTTA, 1953, p. 1). Apesar disso, a empolgação estava presente no grupo, “é proibido dormir! Nico baixou esse decreto” (MOTTA, 1953, p. 1), o qual não foi acatado por todos. Os que conseguiram manterem-se acordados preparavam-se para a defesa da tese que seria apresentada no evento. O que denominavam tese era a proposta de discussão que cada grupo poderia encaminhar, ou o que muitos chamam atualmente de ponto da pauta. No caso do grupo do Rio Grande a tese era criação de Faculdades no interior do Estado e apoio à Fundação Cidade do Rio Grande²⁷. Se prepararam-se falando “com o Dr. Cícero Fazzão figura de destaque na Fundação Cidade do Rio Grande, empenhada na criação da nossa faculdade” (MOTTA, 1953, p. 1).

²⁷ Criada com o intuito de fazer a gestão administrativa e financeira da Faculdade de Engenharia a ser instalada no município.

A União Gaúcha de Estudantes apoiava a formação de grupos nas mais variadas localidades, descentralizando e capilarizando as atividades e lutas estudantis, inclusive ajudando com instruções para os mais variados grupos, não apenas secundaristas, incluindo os grêmios estudantis. Para tanto, além das reuniões, disponibilizou material didático impresso como auxílio (Figuras 12 e 13).

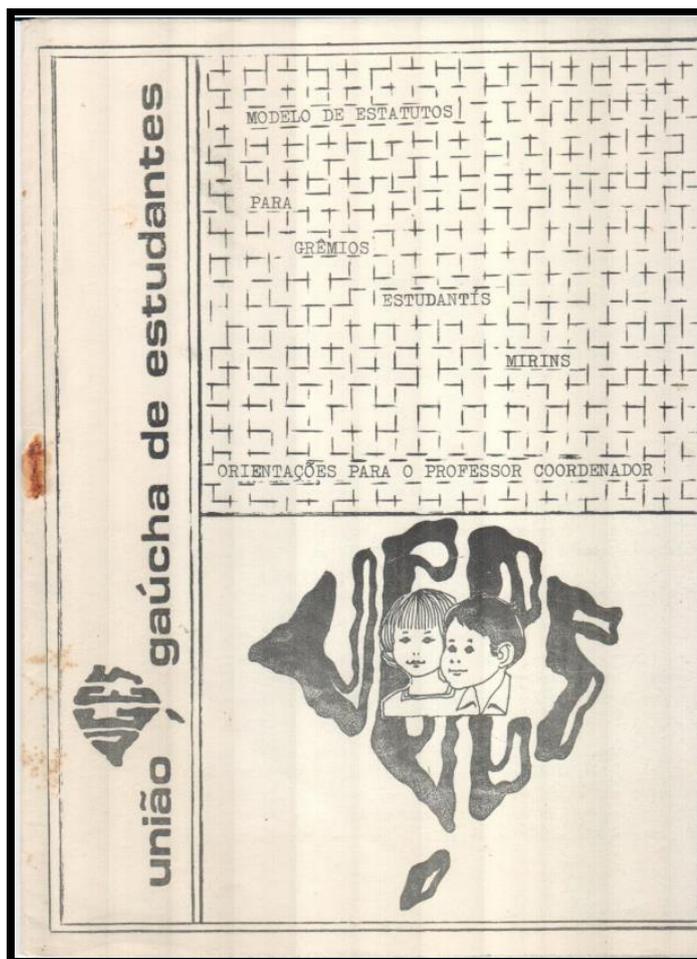


Figura 12: Material de apoio para criação de grêmios estudantis mirins.
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek



Figura 13: Material de incentivo para organização do movimento estudantil.

Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek

Dessa feita, retornaram ao Município com um objetivo: criar uma entidade representativa estudantil! Nas diversas reuniões ocorridas na sequência, duas propostas foram apresentadas: a criação de uma entidade que representasse todos os estudantes, do primário ao universitário, a URE, defendida, conforme a Ata de Fundação por Élio Biazolli dos Anjos, Luiz Mascaranhas e Milton Motta e a proposta da criação da URES, entidade oficialmente representativa apenas dos secundaristas, tendo como defensores Carlos Amâncio da Silva , José Antonio Martinez, Carlos Rangel, Marlene Fonseca, Dirk Werc e Henrique Wassermann. Caso a URE fosse criada, esta não poderia estar vinculada à UGES. Para a criação da entidade, seja qual das duas opções fosse, era preciso um congresso, ou o I Congresso, onde seria lançada a proposta.

Na mídia foi noticiado, em 1953, o II Congresso, o que causou certa confusão no desenrolar da pesquisa, confusão esclarecida com a entrevista realizada com o Sr. Martinez. De fato, ocorreu a aprovação do Estatuto e o início dos trabalhos do evento no denominado I Congresso, e precisava ser eleita a presidência da entidade. Mas no estatuto estava previsto que eram elegíveis apenas estudantes maiores de 18 anos. De acordo com o relato do Sr. Martinez, “essa era a idade do aluno do terceiro ano ou universitário. Era uma restrição muito grande” (MARTINEZ, 2021, p. 1). Nenhum estudante com tal qualificação se interessou, até que o Sr. Martinez disse sim às constantes investidas, mesmo tendo ainda dezessete anos. Então um novo estatuto foi aprovado com a modificação na idade mínima, e chamado, assim, o II Congresso. Noticiou-se então, na imprensa rio-grandina, que entre os dias 16 e 23 de agosto de 1953 foi realizado no município do Rio Grande, junto ao Salão Nobre do Colégio São Francisco, o II Congresso Municipal dos Estudantes Secundários do Rio Grande, tendo sido nesse momento criada a URES.

Nesse congresso, o Carlos Amâncio da Silva e eu fomos os autores da tese que aprovada resultou na criação da URES. O Carlos Amâncio chegou na minha casa, em frente à praça Sete de Setembro e sugeriu que a gente fizesse, eu fiquei encarregado e redigi o primeiro estatuto, como já tínhamos feito revisões no estatuto do grêmio do colégio Lemos Junior, nós fizemos e apresentamos no congresso. Esse congresso teve um presidente e uma mesa diretora escolhida na hora, que era o primeiro, não tinha nenhuma entidade por trás, e o presidente foi o Élio Biazolli dos Anjos. Isso como sempre, o pessoal que retomou a URES depois de um período de inatividade sempre considerou isso como o marco da coisa. Eu tenho muito orgulho por

termos sido, o Carlos Amâncio da Silva e eu, os autores da tese (MARTINEZ, 2021, p. 1).

De acordo com o noticiado pela imprensa, o período do evento foi entre os dias 16 e 23 de agosto; dia 22 é considerado pelos membros como a data da fundação e o dia é comemorado até a atualidade. Mas ao se buscar a ata de fundação junto ao Cartório do Rio Grande, constata-se que é indicado o dia 20 como o dia da votação e aprovação da criação da entidade. Uma hipótese é a de que dia 20 tenha realmente sido aprovada a criação, no I Congresso e por conta do que já relatado, o II Congresso pode ter ocorrido na noite do dia 22, com a aprovação do novo estatuto e no dia 23 a eleição da presidência.

Há a possibilidade também de que tenha ocorrido um erro no momento da confecção dos documentos para solicitação do registro da entidade. Essa probabilidade se apresenta pelo fato de que a URES surgiu em 1953, mas de direito (o seu registro) ocorreu apenas na data de 9 de julho de 1956.²⁸ Ao ser efetuada a solicitação, apresenta-se a Ata (Figura 14) a qual se encontra em suporte papel, sem timbre ou marcações de identificação, com a data cronológica do dia 20 de agosto.

²⁸ A entidade encontra-se registrada sob o número 224, folha 59, no Livro A2 em 09 de julho de 1956.

COLEGIO SÃO FRANCISCO
IIº CONGRESSO MUNICIPAL DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS

ATA DE FUNDAÇÃO DA
UNIÃO RIOGRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS



Aos 20 dias do mês de agosto, do ano de 1953, nesta cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, no salão nobre do colégio São Francisco, realizou-se a segunda sessão plenária do IIº Congresso Municipal de Estudantes Secundários.

Aberta a sessão, às 20 horas e 40 minutos, pelo Sr. Presidente, foi lida e aprovada a ata anterior.

A seguir o presidente da mesa passou para a ordem do dia; chamado o primeiro orador inscrito, o estudante Carlos Amâncio da Silva, para expor a tese de sua autoria e do estudante José Antônio Martínez, que trata sobre a fundação da União Riograndina de Estudantes Secundários.

Iniciados os debates sobre a tese, verificou-se a existência de duas correntes, uma favorável à tese, e composta pelos estudantes Carlos Amâncio da Silva, José Antônio Martínez, Carlos Rangel, Marlene Fonseca, Dirk Werc e Henrique Wasserman; a outra, favorável à emenda que consta da fundação da União Riograndina de Estudantes, defendida pelos congressistas Milton Lotta, Elio Biazolli e Luis Mascarenhas.

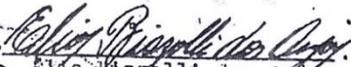
Depois de acirrados debates foi o assunto posto em votação nominal, sendo a emenda de autoria do estudantes Milton Lotta rejeitada por vinte votos contra oito, tendo havido uma abstenção e uma ausência. Em consequência da desistência soberana tomada pelo plenário, fica fundada a entidade estudantil denominada: UNIÃO RIOGRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS.

A seguir foi posta em discussão a Constituição que determinará as normas para esta entidade. Constituição esta que foi elaborada pelos estudantes José Antônio Martínez e Carlos Amâncio da Silva, baseando-se na constituição da União Gaucha de Estudantes Secundários.

Depois de algumas emendas sofridas por parte de alguns congressistas foi a mesma aprovada por unanimidade.

Como nada mais houvesse a tratar foi encerrada a sessão pelo Sr. Presidente, às 23 horas e 30 minutos, lavrando o secretário a presente ata, que pelo presidente e por ele será assinada, depois de lida, discutida e aprovada.

Sala das Sessões, Rio Grande 20 de Agosto de 1953.


 Elio Biazolli dos Anjos
 Presidente


 Paulo Neves Silveira
 Secretário

ARQUIVADA.

Figura 14: Ata de fundação da URES

Fonte: Cartório de Rio Grande 2º Zona Registro de Pessoas Jurídicas

Por sua vez, ao se juntar ao processo a documentação referente a relação dos sócios, membros da diretoria e Constituição (Estatuto) da Entidade, a informação se encontra em papel timbrado com o nome e endereço da URES, no qual aparece impressa a data de fundação como dia 22. Provavelmente esse documento tenha sido confeccionado para o encaminhamento da documentação ao cartório. Em algum momento entre os anos 1953 e 1956, adotou-se o dia 22 como início das atividades da URES. Quando questionados, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que foi dia 22. Outra divergência encontrada é com relação ao pronome. Na documentação encaminhada, inclusive no timbre, está “de”, mas atualmente todos se referem a “dos” estudantes. Como é possível verificar na Figura 15, da relação dos sócios fundadores.

União Riograndina de Estudantes Secundários

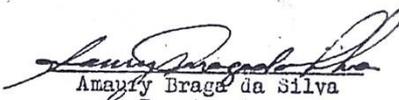
FUNDADA EM 22 DE AGOSTO DE 1953

Cx. Postal 455 RIO GRANDE (R.G.S.)

RELAÇÃO DOS SOCIOS FUNDADORES DA
UNIÃO RIOGRANDINA DE ESTUDANTES SECUNDÁRIOS

CARTÓRIO
2157
SECRETARIA DE REGISTRO
Civil Pessoas
Rio Grande
RJ

<u>NOME</u>	<u>EST. CIVIL</u>	<u>PROF.</u>	<u>NACIONALIDADE</u>
ELIO BIASOLI DOS ANJOS.	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
CARLOS AMARCO DA SILVA	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
JOSÉ ANTONIO MARTINEZ	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
CARLOS MILLER RANGEL	-CASADO	-F. PUBLICO	-BRASILEIRO
AMARY BRAGA DA SILVA	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
RILTON DOS SANTOS NOTTA	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
RONALD HARRY STEIGER	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
HENRIQUE WASSERMAN	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
PAULO JORGE AMARAL	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
MARILIA LEONINI	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
MARLENE FONSECA	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
NOELLY RIBEIRO	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
PAULO GUIMARÃES	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
FRIMIO MAIDANA	-CASADO	-F. PUBLICO	-BRASILEIRO
PAULO NEVES SILVEIRA	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
ZÉLIA MURARO	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
ROSEY MARIA TRINDADE	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
ILKA SOUZA	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
GESSY GOMES DE OLIVEIRA	-SOLTEIRA	-ESTUDANTE	-BRASILEIRA
FLÁVIO FIGUEREDO	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
DIRK WERC	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO
LUIS LASCARENHAS	-SOLTEIRO	-ESTUDANTE	-BRASILEIRO


 Amary Braga da Silva
 Presidente


 Carlos Miller Rangel
 Secr. Geral

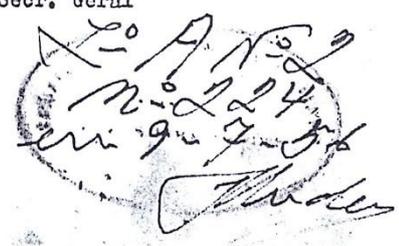


Figura 15: Relação dos sócios fundadores da URES
 Fonte: Cartório de Rio Grande 2º Zona Registro de Pessoas Jurídicas

Dos vinte e dois fundadores, dois eram casados; participaram também sete mulheres. Sobre a participação feminina Martinez relembra:

Sim, mulheres também. Várias. Principalmente por causa do Joana d'Arc. Lemos Jr, apesar de ser um colégio misto, as turmas eram separadas até a quarta série do ginásio. Apesar disso, a participação feminina no movimento estudantil era pequena. Mas o Joana d'Arc contribuiu com uma delegação exclusivamente feminina. Já o São Francisco era o mais ativo. O Champagnat, colégio Marista em frente à estação de trem, a participação era pouca por ser mais isolado (MARTINEZ, 2021, p. 3).

Com relação a quem caberia constituir a relação dos sócios fundadores é possível que tenha sido integrantes das diretorias dos Grêmios Estudantis. Essa hipótese se baseia no fato de que a URES agregava grêmios e não estudantes isolados. Além disso, tanto a Sra. Anjos, como a Sra. Martinez, que participaram do Congresso, não constam na listagem. Dessa forma, acredita-se na possibilidade de o evento ter contado com um número bem maior de participantes. É importante destacar que consta o nome de Marlene Fonseca, eleita um pouco antes do evento, como Presidente do Grêmio Estudantil Joana d'Arc.

No Joana D'Arc por exemplo, não havia grêmio, no São Francisco não havia grêmio. Houve um movimento dentro do Joana D'Arc para se fundar o grêmio do Joana D'Arc, foi fundado. O grêmio do Joana D'Arc, este houve campanha política o Joana D'Arc se transformou, aquele colégio pacato muito, de freira, no recreio eram comícios, eram campanhas pra eleições [...] e quando nós fundamos o grêmio do Joana D'Arc eu perdi pra presidente quem foi eleita foi Marlene Fonseca [...] mas não havia, vamos dizer assim briga de todas nós. Nos dávamos. Nós subíamos aquelas escadas do Joana D'Arc e era discurso pra cá, discurso pra lá foi uma diferença imensa dentro da escola (ANJOS, 2019, p. 5-7).

Sobre os participantes, ao ser entrevistada, a Sra. Wlady dos Anjos informou que durante o evento manteve o seu caderno de anotações, ou como dito por ela, “álbum de sonetos” (ANJOS, 2019, p. 3), no qual colheu assinaturas dos participantes. Cópia de uma parte desse registro encontra-se no acervo do Sr. Lempek. Esses cadernos, também conhecidos como álbum de poesias e recordações, “circulavam na escola paralelamente aos cadernos de aprendizagem de tarefas escolares” (THIES, 2020, p. 12). Apresentavam objetivos distintos: “um para registro de atividades de aula e, outro, com o objetivo da expressão da afetividade escolar” (THIES, 2020, p. 12).

O evento apresentou como principais pontos de discussão denominadas teses: fundação da Cooperativa dos Estudantes Secundários do Rio Grande; apoio à

Fundação Cidade do Rio Grande (adquirindo cota de 25 mil cruzeiros); o estudante em face do meio social; racionalização das verbas orçamentárias (para não prejudicar o trabalho do Ministério da Educação); reabertura do Tiro de Guerra nº 1 no Município. O evento ocorreu em uma sala de aula no Colégio Marista São Francisco denominada Salão Nobre. A instituição sente orgulho de ter sediado tal evento e tantos outros a posteriori. “Esse congresso foi no São Francisco. No primeiro andar. O estatuto foi antes. Se fazia a chamada tese, era um ofício de encaminhamento que fazia algumas coisas, que era basicamente sugerindo a criação e propunha um estatuto” (MARTINEZ, 2021, p. 2). O colégio expõe no local uma placa comemorativa (Figura 16).



Figura 16: Fotografia da placa comemorativa em homenagem a criação da URES.
Fonte: Acervo pessoal do Sr. Lempek

A URES foi criada com três poderes distintos, inspirados na Constituição Imperial Brasileira de 1824: o Moderador (Presidente); Executivo (Secretariado) e Legislativo (Conselho Deliberativo). Tendo o olhar fixo na luta pelos interesses dos estudantes secundaristas, uma primeira batalha foi convocada: a sua sede.

No primeiro ano, nós nos vimos como uma entidade criada que só existia no papel, fomos atrás de uma sede. E da estruturação desse escritório. Na época, o prefeito, se não me engano era o Frederico Buchollz, alemão

também, depois teve um sobrinho ou filho dele que foi prefeito também, e alguns vereadores, Dr. Nilo Fonseca, era médico, se aproximaram do movimento, estavam vendo ali uma possibilidade de algo, sei lá, mas nos aproximamos do prefeito e ele nos conseguiu uma sala em cima do mercado. Essa foi a primeira sede da URES, no Mercado Público de Rio Grande no segundo andar. Ali instalamos a nossa sede, tínhamos duas mesas de escritório, uma máquina de escrever, um arquivo e começamos a fazer carteirinha de estudante, cadastro de estudantes, carteirinha para validar para meia-entrada (MARTINEZ, 2021, p. 7).

Assim, com a sua sede devidamente instalada, tiveram início as atividades da URES, as quais incluíam participação em atividades de cultura e esporte, como será visto na próxima seção.

5.1 Sociabilidade juvenil através da participação da URES em atividades cívicas, desportivas e culturais

Nesta seção, será abordado como se deu a sociabilidade dos integrantes do movimento estudantil secundarista do município do Rio Grande junto a atividades cívicas, desportivas e culturais. Entende-se o termo sociabilidade presente neste momento como atividades sociais muito mais voltadas ao estar junto por afinidade, prazer, querer do que para solucionar questões de vida. Dessa forma, une-se ao pensamento de Georg Simmel o qual estará presente nesta escrita.

Fundada em agosto de 1953, a URES já na mesma semana foi incumbida de participar dos desfiles comemorativos realizados no mês de setembro: Dia da Pátria e Revolução Farroupilha, dos quais ficaria responsável ainda por muitos anos. Durante a sua existência, a URES, através de seus integrantes, desenvolveu diversas atividades junto à comunidade. Usando-se das entrevistas e das publicações nos jornais, buscou-se melhor compreender como se efetivaram essas ações.

Uma das primeiras atribuições foi a organização do desfile estudantil na Semana da Pátria, momento em que a URES reivindicava a criação da Faculdade de Engenharia Industrial no município. Para Roberto Da Matta (1980), desfiles cívicos bem como o Carnaval e as festas religiosas formam o conceito do triângulo ritual brasileiro. Bittencourt as descreve:

Temos festas devotadas à vertente mais institucionalizada do Estado Nacional (suas Forças Armadas), festas controladas pela Igreja (outra

corporação crítica a formação da sociedade brasileira) e, finalmente, as festas carnavalescas, consagradas à cidade civil enquanto povo de massa (BITTENCOURT, 1999, p. 41).

São nesses momentos de festejos que se percebe a organização social do país, com sua plasticidade e seu movimento. Interações sociais ocorrem, mas não necessariamente a sociabilidade. Para Simmel (2006), a sociabilidade acontece quando as pessoas envolvidas em uma atividade ou evento sentem prazer nisso, caso esse sentimento não ocorra trata-se de uma interação social.

Em agosto de 1954, foi realizado o III Congresso Estudantil, no Clube Caixeiral. Para a comemoração do primeiro ano da entidade foi promovido um concurso de oratória e declamação, evento esse que fez nascer para o público local bem como nacional, o secundarista e artista Luiz Carlos de Magalhães, que posteriormente veio a se tornar ator e diretor de dramaturgia. Apesar do sucesso de Magalhães na atividade cultural, considerado um excelente orador, foi o estudante Ronald Harry Stieger o eleito presidente da URES no dia seguinte. Sobre esse evento Martinez o recorda assim:

Organizamos uma participação de uma delegação da URES em uma olimpíada secundarista, que faziam esportes, era muito mais convivência, momentos de sociabilidade do que esportes. Então fomos a Bagé, representando a URES. Também fizemos um concurso de oratória e declamação, no Clube Caixeiral em Rio Grande, com a presença de grandes intelectuais da cidade, a comissão julgadora, o Sr. Álvaro Delfino, que foi um incentivador do teatro da URES durante anos, o Sr. Walter Robinson, que era um poeta, publicava seus trabalhos em jornais da época e veio a ser sogro do meu irmão, e outros. Então, esse concurso tinha duas partes: declamação e oratória. Na declamação ganhou Maria Regina Brodd e seu pai era dentista, ela declamou “O Navio Negreiro” e o concorrente dela, Luis Carlos Magalhães, que veio para Porto Alegre, foi uma pessoa de teatro, muito aclamada aqui em Porto Alegre, faleceu há alguns anos, era um pouco mais velho, homenageado muitas vezes. Ele foi uma pessoa de destaque na cena teatral do Rio Grande do Sul. Todos esses participantes eram estudantes secundaristas. E o Ronald Spieger, o pai era dentista também, ele ganhou o concurso de oratória, o tema dele era “vocaçãõ”. Ele começou analisando a origem da palavra em latim, o tema era escolhido na hora. A declamação, cada concorrente trouxe a sua peça, mas a oratória não. Essa foi uma promoção muito boa, com a participação da sociedade (MARTINEZ, 2021, p. 7).

Atividades culturais que tinham como temática a oratória eram estimuladas por grêmios estudantis, associações e demais organizações, que de certa forma possuíam o fomento à educação e à cultura em suas diretrizes. Considerada como a

arte de falar com eloquência, persuasão e motivação, tal prática era bem-quista como preparação para diversos profissionais, como por exemplo, os futuros graduandos em Direito. Muito mais do que simplesmente falar a um grande público ou auditório, a oratória, conforme Hortênsia Thiesbe Estrada Belmann (2004) “es el arte de hablar con elocuencia, de deleitar y persuadir por medio de la palabra” (BELMANN, 2004, p. 43). Assim, como forma de estimulá-la, era constante nas atividades como concursos de oratória e atividades teatrais.

Durante o ano de 1955, integrantes da presidência da URES começaram a colocar em prática o conceito de um teatro estudantil já aventado em algumas ocasiões. É interessante perceber que o teatro esteja em discussão praticamente desde a fundação da URES. Atividades desse tipo são relatadas desde o princípio do município, ainda que realizados sob um contexto diferenciado. Por exemplo, em 1750 D. José I assumia o trono de Portugal. Tem-se no Rio Grande a primeira atividade festiva com ampla participação de militares e civis. À custa da Provedoria do Rio Grande, conforme Bittencourt (1999) aconteceu “banquetes, bailes e comédias (representações teatrais). Mui possivelmente, como era costume na época ao som de charanga militar, espocar de foguetes e outras manifestações” (BITTENCOURT, 1999, p. 54).

Conforme noticiado pelo Jornal Rio Grande na Coluna do Estudante publicada no dia 15 de outubro de 1956, houve a primeira apresentação teatral da URES. Conforme o texto, diferentemente das outras apresentações que tinham por motivação a arrecadação de fundos, foi realizada de forma improvisada, “muito diverso é o espírito do Teatro do Estudante. Meses antes, a peça vem sendo ensaiada, quando então se vão polindo um a um os defeitos, num trabalho lento, pacioso, mas firme” (COLUNA DO ESTUDANTE, JORNAL RIO GRANDE, 1956).

Em sua tese, Giana Lange do Amaral (2003) aponta que “o teatro era das atividades que mais despertava o interesse dos alunos” (AMARAL, 2003, p. 160). Tendo como lócus de sua pesquisa duas escolas específicas do município de Pelotas, RS (Gonzaga e Pelotense) a autora indica que as peças teatrais se constituíam “geralmente só com personagens masculinos” (AMARAL, 2003, p. 160), o que difere das atividades promovidas pela URES no município vizinho.

No dia 19 de setembro de 1956, a Coluna do Estudante noticiou a estreia da peça “Guerra dos Nervos”, representada pelos estudantes secundaristas (Figura 17), de autoria e com direção de Álvaro Delfino “uma peça de um autor rio-grandino, representado por artistas rio-grandinos”. No elenco, apresentando um percentual substancial de mulheres, os seguintes estudantes: Cecilia Goldenberg, Luiz Carlos Magalhães, Jolmar de Oliveira Martins, Ivone Machado, Ieda Couto, Aurora Dourado, Mario Rodrigues, Edy Figueira, José Karaver e Telma Marques. Em 27 de abril de 1957, a coluna noticia duas apresentações com o elenco da URES: a peça “Os cravos vermelhos”, com Ivone Machado e Mário Rodrigues, e “O Banquete”, com Cecília Goldenberg, Ieda Couto e Luiz Carlos Magalhães.

Guerra de Nervos

Teatro sério, de verdade, é o que estão pretendendo os integrantes da URES. Já é tempo de se formar um novo conceito a respeito deste movimento artístico que os estudantes vem fazendo na cidade. Não resta dúvida que para realizar um trabalho renovador como este, é preciso um grande entusiasmo, uma forte dose de otimismo e energia. Na mocidade estudantil, podemos depositar grandes esperanças, pois não lhes falta vontade de trabalhar; e isto, aliado a uma culta orientação, pode seguramente projetar a cidade num nível bem alto de arte.

O Teatro do Estudante nos dará a oportunidade de assistir dia 26 do corrente, no teatro Sete de Setembro, uma peça do escritor conferraneo Alva o Delfino. Isto é significativo para nós 'papareias'. Uma peça de autor riograndino, representada por artistas riograndinos. Trata-se de uma comédia leve; no dizer do autor, um 'feriado intelectual', que tem o título de GUERRA DE NERVOS. Os ensaios nos mostraram ser de grande movimentação cênica e cheia de circunstâncias engraçadas, tudo nos fazendo crer que agradará em cheio.

São os seguintes os personagens:

Marieta, (Cecília Goldenberg), Gustavo (Luiz Carlos Magalhães), Juca (Jolmar de Oliveira Martins), Da Laura (Ivone Machado), Da Rola (Ieda Couto), Aurora (Aurora Dourado), Policial (Mario Rodrigues), Bredarodes (Edy Figueira), Castro (José Karaver) e Helena (Telma Marques).

Figura 17: Guerra dos Nervos

Fonte: Jornal Rio Grande, 19 de setembro de 1956

Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2018

Conforme Amaral (2003), “um indício da importância dessa prática cultural no Gonzaga, foi a construção de um teatro” (AMARAL, 2003, p. 163). Por sua vez, a URES, por congregar os grêmios estudantis, tinha como principal palco de apresentação o Teatro Municipal. Inaugurado em 3 de maio de 1929, o Cine Teatro Avenida, conforme noticiado pelo Jornal Rio Grande em 4 de maio, tinha como proprietários o capitão João Pereira de Andrade e Antonio Marques de Figueiredo. Em 1983, a Prefeitura do Município assumiu a administração do estabelecimento. Atualmente, ele se encontra registrado no Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul.²⁹

Provavelmente o uso de tal local bem como o acesso de espectadores fora do círculo da elite municipal não agradou a todos. Isso porque nos anos de 1957 e 1958 houve cinco publicações na Coluna do Estudante que conduzem à reflexão da presença do povo e da elite nos eventos. Especificamente no dia 23 de agosto de 1957, em meio aos festejos de aniversário da URES, e dentre tantas possíveis publicações comemorativas e alusivas ao aniversário de fundação da associação, foi publicada a crônica intitulada “Filigranas”, assinada com o pseudônimo Adamastor Rabanete de Souza (Figura 18).

²⁹ Para mais informações acesse o blog da instituição em: <https://teatroriogrande.blogspot.com/p/conheca-nossa-historia.html>.

* URES * URES *

COLUNA DO ESTUDANTE

FILIGRANAS

Ao iniciar essas crônicas, pretendo advertir ao leitor quanto à linha de conduta que irei adotar. Primeiramente, deixo bem claro que não sou dado às fanfarrônicas tão ao gosto dos cronistas da nova geração. Os assuntos abordados, tanto os de caráter transcendental, como os de natureza galante — que terão minha preferência — trarão sempre a marca da austeridade, que, no entanto, não se verá prejudicada pelas filigranas que espalharei, graças à minha pena escurrita, motésta à parte. Eefetivamente, a invejável posição que desfruto na alta sociedade, não permite êsses arroubos doidos, que só fazem, aliás, perturbar a tranqüilidade dos nossos dogmas, que nos dão antes de tudo segurança e bem estar.

No momento em que inauguro esta coluna, não posso furtar-me ao desejo de fazê-lo de um modo brilhante, apresentando pois uma idéia piramidal. É a seguinte: observando o movimento artístico em nossa cidade, em que o teatro assume agora feições mais positivas, ocorreu na minha modesta imaginação a possibilidade de se fazer aos sábados à tarde, no Clube do Comércio, um chá elegante, para, nesta oportunidade, apresentar-se alguns números de palco. Naturalmente, para quebrar a monotonia, teríamos também desfile de modas, além de muitas e interessantes brincadeiras de salão.

Tenho para mim, que, por êste modo, talvez consigamos fixar o teatro na elite riograndina, afastando-o tanto quanto possível da plebe, pois é uma verdadeira lástima ver assim maculado algo que é tão chic, tão social. Creio que devíamos fazer isto o quanto antes, pois caso contrário, até mesmo filhos de operários, com o tempo, achar-se-iam com

desde logo, o mais completo apoio, dentro, aliás, das diretrizes que estabeleceu, de promover o incremento da economia gaúcha, fomentando e apoiando tôdas as iniciativas que venham ao encontro das necessidades do Estado e possam contribuir para a maior riqueza do povo riograndense.

A nova fábrica deverá oferecer trabalho para cerca de mil operários e representará, no porto de Rio Grande, um crescimento de movimento de mais de 1.000 toneladas diárias.»

Nutrion - Farmacia Franco

o direito de querer exibir «qualidades» ao nosso mais seletto público. Não sei mesmo como ainda há gente que afirma ser o teatro para o povo. O teatro é antes de tudo um meio de distração, uma oportunidade magnífica para congregar a mais fina flôr da sociedade, que enfeita e ilumina muito mais que os refletores as casas de espetáculo, com seus traços elegantes. Entre o teatro e o turfe, deve haver portanto estreita semelhança.

Não são por acaso os mais deslumbrantes ornamentos da moda que dão ao turfe o seu encanto tradicional? Da mesma forma o teatro, que nunca há de progredir, nunca há de galgar as culminâncias, se acima de tudo não estiver o fator elegância, se não se restringir, como deve, àqueles que dispõem de meios para tal. Não há nada mais «várzea», mais tolo, do que esta pretensão de alguns em teimar com arte. Para que arte em nosso teatro? Teríamos nós a coragem de incluir os nossos prendados rapazes e moças do Teatro do Estudante entre essa gente desclassificada e cheia de vícios que são os artistas? Acho que é muito mais bonito, muito mais distinto, fazermos do teatro «papareia» um motivo de requintada distração social, como os desfiles de modas, as brincadeiras de salão.

Tenho certeza pois, que a minha idéia terá um franco acolhimento por aqueles que têm decidido bom gosto. Prometo fazer para todos os chás, uma crônica, na qual comentarei os «spots», destacando também os traços mais notados de rapazes e moças.

ADAMASTOR RABANETE DE SOUZA

Figura 18: Filigranas
 Fonte: Jornal Rio Grande, 23 de agosto de 1957
 Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2018

Através da ironia, o autor (representando a URES) se diz fazer parte da alta sociedade local e apresentava a sua “opinião” acerca do público que deveria frequentar o teatro. Ele escreve como se fosse uma das pessoas contrária ao uso amplo do local pela sociedade, deixando claro um posicionamento defendido pela elite local

Tenho por mim, que, por este modo, talvez consigamos fixar o teatro na elite rio-grandina, afastando-a tanto quanto possível da plebe, pois é uma

verdadeira lástima ver assim maculado algo que é tão chic, tão social. Creio que deveríamos fazer o quanto antes, pois caso contrário, até mesmo filhos de operários, com o tempo, achar-se-iam com o direito de querer exibir 'qualidades' ao nosso mais seletivo público. Não sei mesmo como ainda há gente que afirma ser o teatro para o povo. O teatro é antes de tudo um meio de distração, uma oportunidade magnífica para congregarmos a mais fina flor da sociedade, que enfeita e ilumina muito mais do que os refletores das casas de espetáculo, com seus trajes elegantes. Entre o teatro e o turfe, deve haver, portanto, estreita semelhança (SOUZA, 1957).

Como anteriormente dito, a crônica é um gênero literário onde temas do cotidiano são retratados de forma mais leve e descontraída. Portanto, a possibilidade de haver opiniões contrárias à presença da dita plebe em atividades consideradas de elite, e ainda no Teatro Municipal, pode ter incomodado alguns munícipes. A construção de um novo paradigma costuma abalar os alicerces dos conservacionistas. Não há de causar surpresa se esse novo padrão de público frequentador de um ambiente até então destinado às elites locais tenha causado certo desconforto.

As apresentações teatrais, antes da construção do teatro no século XX, ocorriam nas casas da alta sociedade rio-grandina. Costume europeu no século XIX, os saraus lítero-musicais atraíam a elite. O evento acontecia “nos salões das residências das famílias mais abastadas e que, invariavelmente, terminavam com bailes movimentados e lutas de mesas de doces” (BITTENCOURT, 1999, p. 65). Em tal ocasião, encenavam-se pequenas peças, em geral dramas, e se declamava. Também havia apresentações de instrumentos musicais e canto, já voltados para o romântico. Assim, a sala de visitas de uma casa não servia mais somente ao interesse da família, mas sim à sociedade. “E essa sociedade da sala de visitas está longe de coincidir em seu significado, com o círculo restrito e rigorosamente fechado dos amigos da casa” (HABERMAS, 1985, p. 228).

Um exemplo dessa atividade é possível de se constatar na edição de 15 de maio de 1864, do Jornal Diário do Rio Grande, que declara:

A noite teve lugar na chácara do Sr. Michaelis, à rua da Alfândega [atual Andradas] a primeira representação de uma sociedade dramática particular alemã que ali estabeleceu seu teatrinho. O espetáculo foi muito concorrido comparecendo mais de 150 convidados, todos do comércio estrangeiro com suas famílias. Depois do drama houve cantoria e um pequeno concerto acompanhado ao piano o nosso hábil comprovinciano, Joaquim S. Santos Paiva com sua rabeça. Este belo e mui particular divertimento, repetir-se-á uma vez por mês no inverno (BITTENCOURT, 1999, p. 66).

No município do Rio Grande, a elite se constituía, em especial, por comerciantes, conforme explica Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (2000). Nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e posteriormente São Leopoldo e Santa Maria, a vida social tinha como parâmetro as capitais europeias e o Rio de Janeiro. De acordo com a autora, nas cidades citadas “as elites – representadas principalmente pelos comerciantes na área urbana e charqueadores e fazendeiros na área rural – ocupavam espaços diferenciados de sociabilidade e lazer” (RAMOS, 2000, p. 51). Como dito por Caron (1994), o próprio ensino secundário tornava-se um espaço de uma burguesia vitoriosa.

A prática de atividades de lazer chegou ao país no século XIX como um momento de desfrute do tempo livre nas mais diversas atividades. Ramos (2000) aponta que isso “não mostra um quadro nacional, mas um quadro ocidental” (RAMOS, 2000, p. 30). O lazer e, por conseguinte a sociabilidade ocorre a partir do desdobramento da vida política e econômica. Para a autora, “são formas de representação das elites, funcionam como o seu cartão de visitas e, embora possam ter nuances locais, estão inscritos nos padrões ocidentais de representação dessa camada social” (RAMOS, 2000, p. 30-31).

Entre os jovens, há o dilema entre estudar, trabalhar, estar preparado conforme as convenções sociais para constituir família. No meio de todas essas preocupações, “há o desejo de experimentar intensamente os tempos presentes na esfera do lazer, da fruição e do acesso aos bens culturais oportunizados pela vida urbana” (STECANELA, 2008, p. 117). São nesse momento que o jovem constrói as suas próprias normas, os seus ritos. Como afirma Amaral em sua tese, ao se referir à participação dos secundaristas em atividades culturais promovidas pelos estudantes, são “esses rituais acadêmicos que, indubitavelmente, fornecem uma identidade ao corpo discente da escola” (AMARAL, 2003, p. 207).

A sociabilidade juvenil é a capacidade de os jovens se relacionarem bem uns com os outros. Pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo a idade, o sexo, a cultura e as experiências pessoais. A sociabilidade também pode variar de acordo com o contexto social, o que significa que os jovens podem se comportar de forma diferente em ambientes formais, como a escola, e em ambientes informais, como a rua ou a casa de um amigo. Através do espaço urbano é possível a construção de

lugares, ou como dito por Stecanela, “espaços de sociabilidade”. (STECANELA, 2008, p. 129). O uso do tempo livre em espaços sociais praticados “contribuem para a constituição de redes de sociabilidade que, por sua vez, ajudam na construção das múltiplas identidades juvenis, a partir da relação consigo, com o outro, com o grupo e com a cidade” (STECANELA, 2008, p. 129).

Conforme Michel Certeau há uma distinção entre lugar e espaço. O lugar é como as coisas, os prédios, os objetos estão distribuídos e coexistem. “um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 1998, p. 201). Já o espaço seria o lugar na prática, em seu uso. “Assim a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1998, p. 202).

Uma forma de interação entre os jovens e a sociedade é o desenvolvimento de atividades desportivas. Inclusive a participação dos secundaristas em atividades desportivas foi o tema da primeira crônica publicada na Coluna do Estudante no dia 28 de julho de 1956 (Figura 19).

COLUNA DO ESTUDANTE

Mais vitórias — URES finalista no futebol!

Bagé, — O «carnet» da VI Olimpíada acusava para este dia: volei masculino contra Cruz Alta, tenis contra São Gabriel, volei feminino contra Bagé, basquete contra Livramento e futebol contra Montenegro. Com exceção do volei masculino, obtivemos neste dia, vitórias bem significativas nos demais esportes. No tenis, saímos vencedores, numa partida, por desistência do adversário (W.O.), e na outra, Jorge Assumpção marcou pontos para a URES, vencendo por 7x5 e 6x0. No volei feminino, a nossa equipe enfrentou pela segunda vez a de Bagé, vencendo desta vez pela «negra», com as contagens de 10x15, 16x15 e 15x13. Partida disputadíssima que a fibra de nossas jogadoras conseguiu levar a contagem à vitória, depois de estarmos perdendo por 14x9. No basquete, vencemos Livramento por «W.O.» A partida de futebol foi realizada no campo do Bagé quando derrotamos Montenegro por 3x0. Gilnei marcou o primeiro golo aos 20 minutos do primeiro tempo. No segundo tempo, nem meio minuto eram decorridos, quando novamente Gilnei assinalou mais um golo. Rúbens Trápaga, marcou outro que foi anulado, e aos 25 minutos de jogo, conseguiu vencer a meta adversária. O que vai a seguir está entre parêntesis. Estamos procurando dar um ritmo de crônica esporádica no nosso comentário, para facilitar a compreensão dos lances. Desculpem portanto os «lugares comuns». Continuemos. A equipe «papa areia» esteve assim formada: Rex, Volmar e Hélio; Ney, Ely e Roberto; Sampaio, Carlinhos, Pavão, Gilnei e R. Tra'paga. No volei feminino, entraram em cancha as seguintes jogadoras da URES: Maria Machado, Marilene Dionello, Terezinha Oliveira, Enilda Borges e Enilda Kutschak.

No dia 20, em disputadíssima partida, derrotamos Cruz Alta no futebol por 1x0. A nossa equipe de volei feminino, que havia perdido para Alegrete, conseguiu desta vez vencer por 2x0. Levou nos à vitória, uma segurança de jôgo e calma mais evidentes, e uma técnica bem empregada, uma vez conhecido o padrão de jôgo das adversárias da U.E.S.A.

O prélio de basquete, foi disputado na mesma tarde, na cancha do 3º R.C.Mec., quando a nossa equipe composta de Paulo Martinez e Sampaio na guarda, Trápaga, Nelson e Totônio no ataque, conseguiu vencer a de Bento Gonçalves por 41x8. E' aguardada com expectativa a partida dos finalistas de futebol Bagé e Rio Grande (URES x UBES). Segundo já ficou estabelecido, sera' realizada segunda feira, dia 23 no campo do Bagé.

Lohner já esteve com a direção da Santa Casa combinando os detalhes da instalação do aparelho. Assim, no próximo mês, devemos ter instalado mais esse régio presente da população riograndina à Santa Casa.

E as novas contribuições continuam chegando. Hoje, do sr. Fernando Pugina recebemos a importância de CR\$ 200,00 que, somados à importância já divulgada, perfaz um total de CR\$ 261.779,50 excluídos vinte mil cruzeiros, contribuição do Governo do Município.

Muitas vezes a estabilidade de seu lar depende da maneira pela qual você o mobília ou decora, pois sua casa mobiliada e decorada como você pode e deve fazer-lo, torna-se mais procurada pelo descanso e repouso que promete.

Querendo solucionar este problema, consulte

Original L A P Decorações
BACELAR 169 — FONE 262

Figura 19: Participação da URES em atividades desportivas
Fonte: Jornal Rio Grande, 28 de julho de 1956
Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2018

Nela é possível perceber que a participação era intensa entre secundaristas de vários municípios do estado e de ambos os sexos. Essas atividades ocorriam dentro do ambiente escolar e mais comumente em lugares abertos. Amaral (2003) frisa a possibilidade dessa situação conduzir à enfermidade já que o local não apresentava “água potável nem banheiros” (AMARAL, 2003, p. 239). Essa situação acabou por desmotivar a prática do futebol, que viria a ocorrer apenas em campos oficiais, e incentivar desportos em lugares menores como basquete, vôlei e handebol. Na crônica publicada, é indicado o campeonato de futebol no campo do Bagé e a participação feminina no campeonato de vôlei, nomeando as jogadoras Maria Machado, Marilene Dionello, Terezinha Oliveira, Enilda Borges e Enilda Kutschak.

Sobre atividades de caráter desportivo promovido pela URES, Mauro Candido de Figueiredo Ballester em sua entrevista tenta se lembrar ao máximo dos detalhes:

Eu vou ter que escrever isso aí por que eu recordo, início e foi aberto a olimpíada na praça do quartel e ali que ela se desenrolou basicamente, jogo de futebol, jogo de futebol de salão, futebol de salão foi um pouco no São Francisco, basquete foi parte no São Francisco e parte no Clube Regatas e vôlei foi lá no Regatas e São Francisco, mas eu tenho que lembrar, eu não me recordo mais de situações muito específicas, quem ganhou, qual foi o colégio que mais teve títulos, as pessoas que se destacaram na olimpíada eu não lembro. Nós íamos lá no exército, prefeitura com uma comissão, ia eu mais dois, eu mais três, aí a gente meio que tinha pessoal da parte esportiva que organizava que tipo de esporte tem em uma olimpíada, baseado qual foi a última olimpíada que esporte que tiveram, qual é o colocado, teve até natação, natação foi lá no Regatas, não foi em piscina, naquela época não tinha piscina né? Qual foi a outra situação, ah eu lembro, teve uma disputa final de basquete onde gente que se destacou no basquete estadual fizeram parte da liga gaúcha de basquetebol, esse pessoal disputou com o Lemos Junior e São Francisco que se digladiavam direto a final de basquete e nessa final uns 2 ou 3 anos atrás eu estava comentando com o Lawson. O Lawson o irmão dele e ele fizeram parte da liga de basquete na época que a URES, antes de mim, mas eles davam pitaco, gostavam e participavam, etc. e um irmão torcia pro São Francisco e outro irmão torcia pro Lemos Júnior, os irmãos eram técnicos de um lado, de outro, era uma coisa bacana e histórico (BALLESTER, 2021, p. 9).

Como visto no capítulo anterior, há uma preocupação dos governantes e até mesmo o fomento para atividades desportivas. Isso se justifica como forma de controle do tempo livre dos jovens e de certa forma retira a preocupação de um afã de rebeldia juvenil. Assim, a força política local alinhada aos dirigentes de clubes e associações possibilitava a prática de campeonatos desportivos em diversos ambientes no município. Refletindo sobre os jogos universitários, mas aplicável também aos secundaristas, Vitor Lucas de Faria Pessoa e Cleber Dias (2020) afirmam que “instâncias governamentais utilizavam os esportes como parte dos seus esforços para propagandear ideologias e construir um sentimento de coesão entre jovens, que nessa época tinha nos estudantes um alvo privilegiado” (PESSOA e DIAS, 2020, p. 3).

Um exemplo sobre a participação da URES em atividades desportivas foi relatado pelo ex-presidente da entidade Paulo Renato Paiva Cuchiara.

No esporte eu organizei duas olimpíadas municipais de ensino secundário URES, organizei duas como presidente, é lógico, que tinha diretores de esportes e nessa olimpíada era disputada atividades como basquete, handebol, vôlei, atletismo, futebol de campo, xadrez, dama não só xadrez, pingue-pongue, então a gente movimentava assim não só as escolas, como também os clubes, e era uma coisa muito festejada na época, né, porque era um evento da cidade e era assim feito um, dois meses de atividade, tudo organizado por estudantes, e o único que participava, que não era estudante

era os árbitros, isso aí a gente tinha que pagar, mas o resto era tudo estudante, os professores montavam sua equipe, era muito bacana porque geralmente os técnicos eram professores, professores de educação física das escolas, essa aí assim por esporte brasileiro foi uma das grandes perdas que teve nos últimos anos, por não dar continuidade, a gente sabe que isso não continua (CUCHIARA, 2021, p. 6).

Outro exemplo destacado nas entrevistas foi o ocorrido no mandato do Lempek. A saber, em 15 de agosto de 71, realizou-se o XV Congresso Municipal, sendo eleitos Renato Tubino Lempek, João Carlos Brum de Oliveira e Francisco Martins Castro. Com a renovação da diretoria, a URES realizou-se diversas atividades como “coquetel no Jockey Club, desfile na semana da Pátria, reunião com as direções de escolas e em conjunto com a 18ª Delegacia de Educação, o programa de debate cultural “Colégios frente a frente”. O baile Namorada da URES e a ceia de Natal encerram a 1ª semana da gestão” (RELATÓRIO 25 ANOS DA URES, 1978, p. 64). Sobre o programa cultural, Pereira esclarece:

Era uma gincana educativa e cultural. Porque o movimento estudantil, ele tem muita importância, no sentido de dar um direcionamento para os estudantes. Eu sentia isso, quando nós tínhamos a participação efetiva dos estudantes, eles se sentiam inseridos no contexto cultural e social e não tínhamos vínculos partidários (PEREIRA, 2021, p. 5).

Lempek, presidente da URES no período, informa como surgiu a ideia do evento Colégios frente a frente:

Aconteceu na década, início da década de 70 uma programação estadual que se chamava Cidades frente a frente, era uma promoção, parece, da TV Gaúcha, uma coisa assim, e eu gostei do formato dessa promoção, que era meio as cidades, eu lembro que na época Rio Grande enfrentou Canoas e levava o melhor da sua cidade como uma disputa, eu transformei isso, trouxe isso para as escolas, então fizemos no ginásio da AABB, fizemos o primeiro Colégios frente a frente, onde as escolas apresentaram o seu melhor e apresentaram ao público em geral e foi um sucesso, lotou o ginásio com filas assim, e foi uma das grandes promoções que se fez (LEMPEK, 2020, p. 6).

O entrevistado ainda explana que a atividade foi bem diversificada, com atos desportivos e culturais.

Olha, apresentavam, tinha um quadro que eu me lembro que era uma parte histórica da minha cidade, o que eu mais gosto do Rio Grande, sobre a história da cidade, então tinha o apresentador lá e faziam os colégios era sempre uma escola contra a outra, então foi eliminatória até chegar numa grande final, que eu me lembro, um que eu me lembro, foi o Cristo Rei, que chegou o outro eu não me lembro da escola, mas o Cristo Rei foram os

finalistas, então, jogos de futebol valiam pontos, atacantes, cestas de basquete, parte de apresentação, vamos supor de um quadro histórico, da cidade, vamos supor como a chegada de Silva Paes na cidade do Rio Grande, era essa parte histórica (LEMPEK, 2020, p. 6).

As competições entre as instituições educativas acabam por auxiliar na identidade juvenil e proporcionam núcleos de sociabilidade. Sociabilidade no sentido defendido por Simmel (1983, 2004, 2006), em que surge interação de forma espontânea, nos mais variados ambientes. Ele considera a sociabilidade como um processo de interação social que envolve a troca de ideias, sentimentos e experiências entre as pessoas. Também acredita que a sociabilidade é um meio pelo qual as pessoas buscam a realização pessoal e a satisfação de seus desejos e necessidades (SIMMEL, 1983, 2006).

Em sua página pessoal do *Facebook*, Lempek, no ano de 2021, postou uma série de fotos (Figura 20) que relembram as atividades rotineiras de um sábado para os estudantes secundaristas, nominadas por ele como: “Saídas do Joana/Juvenal, reuniões na URES, Bauru no Rick Lanches, Giro no Bar do Zé Ivo, A Dalila e Discotecas da cidade”.



Figura 20: Atividades rotineiras para secundaristas num sábado à tarde
 Fonte: Página pessoal no Facebook do Sr. Lempek. Em 2021.

Percebe-se o quanto ele se expressou de forma simples, sem grandes explicações com relação as fotos. Igualmente as pessoas que responderam a essa postagem o fizeram com poucas palavras, tais como: bons tempos, saudades desses momentos, eu estava lá, etc. Tanto essas postagens, como as próprias entrevistas, ainda que com uma tentativa de maiores detalhes por parte da entrevistadora, surgem sem pormenores. Essa característica tem relação com a afirmação de Simmel (1983, 2006) quando diz que um grande diferencial entre interação social e sociabilidade é justamente a discrição. Ela “é imprescindível com relação a si mesmo, porque sua infração faria com que, em ambos os casos, a forma sociológica artificial da sociabilidade degenerasse em um naturalismo sociológico” (SIMMEL, 2006, p. 68).

Recordações como as postadas por Lempek e lembradas por seus amigos em sua *timeline* demonstram que aquele momento sociável é o que importa, como descrito por Simmel (2006), em que quem está participando é que efetiva a

sociabilidade. Conforme Rosiley Maia (2001), Simmel aponta que ainda que os secundaristas, no caso desta tese, possam interagir através de práticas sociais rotineiras e padrões institucionalizados de comportamento, os atores acabam por colocar nesse processo conteúdos particulares.

Momentos de atividades, não necessariamente festas formais, com a oferta de alimentos promovem sociabilidade. Em atividades descontraídas, como lembrado por Lempek, havia a passagem de bandejas ou pratos maiores, em que cada um servia a sua porção. Até mesmo o copo de cerveja ou caipirinha era passado de mão em mão. O ato de compartilhar de um mesmo utensílio para dispor o alimento é bem visto por Simmel. Por sua vez, “pratos e copos diferentes, destinados a diferentes pessoas, seria extremamente absurdo e feio” (SIMMEL, 2004, p. 163). Ainda que a análise dele seja referente a outro contexto histórico, a prática da sociabilidade através da alimentação perdura até os dias atuais.

É possível, assim, ponderar sobre a URES como agente promotor da sociabilidade entre seus participantes e a sociedade local. Além das participações em atividades desportivas e culturais, a URES se engajou na luta pela criação de faculdades no município, posteriormente pela criação da Universidade e sua federalização, como será abordado na próxima seção.

5.2 A união dos estudantes secundaristas através da URES e a sociedade local com um objetivo específico: a concepção de uma Universidade no município do Rio Grande

O ensino superior no Brasil foi se desenvolvendo de forma lenta desde 1808, juntamente com a chegada da família real portuguesa, até a proclamação da República em 1889, com a criação de faculdades isoladas, as quais possuíam o objetivo de uma formação voltada aos profissionais que viriam a ocupar postos no Império. Surge, em 1816, a Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia³⁰. No mesmo ano

³⁰ A Escola de Cirurgia e Anatomia da Bahia foi criada a pedido de José Corrêa Picanço; em 1816 tem o nome alterado para Academia Médico-Cirúrgica da Bahia; no ano de 1832, chama-se Faculdade de Medicina da Bahia; em 1891, Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia; em 1901, 1946 Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia e finalmente em 1965, torna-se Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Para mais informações, acesse: <http://www.dichistóriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>.

também foram criadas as Faculdades de Anatomia e Cirurgia no Município do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e a Academia da Guarda Marinha (atual Escola Nacional de Engenharia da UFRJ). Teixeira (2005) lembra que éramos uma colônia de Portugal, que monopolizava as instituições de ensino superior na metrópole e ainda acreditava que o país não tinha condições de sustentar o ensino universitário.

Apenas através do Decreto nº 14.572³¹, de 23 de dezembro de 1920, foi criada simbolicamente a Universidade do Rio de Janeiro, através da aglutinação das escolas de Direito, Medicina e Engenharia, com a administração comum de um reitor. O interessante dessa criação é que ela aconteceu com o objetivo inicial de conferir o título de *honoris causa* ao rei Alberto I da Bélgica.

Tatiane Vedoin Viero (2012) indica que somente em 1931, através do decreto 19.851³², foi criado o Estatuto das Universidades, que tinha por motivação a orientação e organização das instituições e discorria sobre os seus objetivos, como se pode ver no artigo 1º: “O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior [...]”; e, no artigo 5º, que relata que as universidades devem “congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação, Ciências e Letras”; “dispor de capacidade didática, aí compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente [...]”.

Conforme Vanessa BarrozoTeixeira (2005), nos anos 1940 houve uma forte pressão para a expansão do ensino, que entrou em expansão indiscriminada (aumento e diversificação dos alunos), e na década de 1950, ocorreu uma busca pela modernização do ensino superior. Formou-se, na década de 1960, a rede de universidades federais. Adilson Pereira dos Santos e Eustáquio Amazonal Cerqueira (2009) informam que “entre 1946 e 1960, foram criadas dezoito universidades públicas

³¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14572-23-dezembro-1920-508004-norma-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

³² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 nov. 2021.

e dez particulares, de maioria confessional católica e presbiteriana”.(SANTOS, CERQUEIRA, 2009, p.4).

No período da ditadura civil-militar, houve uma significativa mudança no ensino superior.

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização) (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p. 5).

Conhecer a formação das universidades, a participação da sociedade e, em especial nesta pesquisa, o envolvimento de estudantes secundaristas contribui para a preservação das memórias, uma vez que “pessoas e lugares são entrelaçados, pois o espaço, como lugar de coisa (ou das coisas), torna-se um sistema coletivo de imagens onde cada lugar possui uma história a ser contada” (REZENDE, 2010, p. 102).

Justino Pereira de Magalhães ressalta que uma instituição educativa, no momento da sua criação:

[...] constrói um projeto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de seu projeto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber (MAGALHÃES, 1999, p. 68-69).

Dessa forma, uma instituição educativa, o que inclui a universidade, ao ser criada denota uma “cultura pedagógica” (MAGALHÃES, 1999, p. 68-69) inserida em conformidade com ideais e práticas, levando-se em consideração a sua finalidade, o seu público, as suas disciplinas, sem esquecer o contexto histórico da sua criação.

No estado do Rio Grande do Sul, conforme Silveira (2012), a primeira instituição de ensino superior foi a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Practica, atualmente Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), agregada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Logo após, a cidade contou com a Universidade Rural do Rio Grande do Sul, a qual veio a se transformar na UFPel. Assim, contrariando a prática usual de outros estados, foi o interior, e não a capital, que abrigou as primeiras faculdades no estado, voltadas para as ciências agrárias.

Não surpreende que a primeira agrônoma formada no Brasil, em 1915, Maria Eulália da Costa, tenha obtido diploma na FAEM.

Na capital, Porto Alegre, “a expansão do ensino superior ocorreu a partir de 1889, com cursos livres de Medicina, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Direito, Ciências Econômicas, entre outros” (SILVEIRA, 2012, p. 62). A unificação das faculdades isoladas existentes ocorreu em 1934, dando origem à Universidade de Porto Alegre, federalizada em 1948 e recebendo o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Durante as décadas de 1950 e 1960, houve uma expansão do ensino superior para outros municípios do estado. Grande parte das faculdades que surgiram possuíam vínculo com a Igreja Católica Apostólica Romana. O município do Rio Grande estava vinculado ao Bispado de Pelotas, cujo bispo na época era Dom Antônio Zattera, a quem incomodava a carência de cursos superiores na área licenciatura fora da capital do estado. O bispo esforça-se para mudar essa realidade e, conforme Josiane Alves da Silveira (2012), “após dois anos de negociações, em 1953, foi criada a primeira Faculdade de Filosofia do interior do estado, chamada Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas” (SILVEIRA, 2012, p. 65). Depois disso, Dom Antônio seguiu expandindo seus esforços igualmente para os demais municípios abrangentes pelo Bispado, incluindo o município de Rio Grande, a fim de criarem suas faculdades.

É bom lembrar que a ditadura militar no Brasil (1964-1985) afetou de diversas formas a educação superior no Rio Grande do Sul. Em alguns casos, a repressão política e a censura às atividades acadêmicas chegaram a impedir o funcionamento de algumas instituições de ensino. Outras, por outro lado, aproveitaram o período para expandir suas atividades, abrindo novas unidades ou criando novos cursos. No final da década de 1960, o Rio Grande do Sul já contava com 12 universidades públicas e privadas, que formavam cerca de 40 mil alunos. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) era a maior e mais prestigiada instituição de ensino superior do estado, seguida pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Durante a ditadura, a UFRGS sofreu vários ataques por parte das autoridades militares, que censuraram eventos e impediram a realização de atividades acadêmicas. Em 1968, a reitoria da universidade chegou a ser ocupada por um grupo de militares, que prenderam e torturaram diversos estudantes e professores. Já a PUCRS aproveitou o período para se expandir, abrindo novas unidades e criando novos cursos. A instituição também se envolveu em diversas atividades de resistência

à ditadura, o que lhe rendeu vários ataques por parte das autoridades militares. No final da ditadura, em 1985, o Rio Grande do Sul já contava com 18 universidades, que formavam cerca de 70 mil alunos. A expansão do ensino superior no estado se deveu, em parte, à criação de novas universidades públicas, como a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Especificamente sobre o município do Rio Grande, RS, na segunda metade do século XX³³, a realidade no local revelava a carência de escolas de nível superior. Com isso, houve uma significativa evasão do número de estudantes com condições econômicas, os quais se dirigiam a outros centros em busca de continuidade para seus estudos. Aqueles que não possuíam condições financeiras acabavam não dando prosseguimento. Depois de concluídos os cursos, essa força jovem raramente retornava à cidade de origem a fim de participar do seu processo histórico, cultural e socioeconômico. A sensibilização dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural, cuja finalidade era a criação de uma Escola de Engenharia no Rio Grande, justificada pelo elevado número de profissionais na área sem qualificação superior específica e pelo parque industrial que aqui já existia. Conforme Silveira (2012, p.71), já em 1918 houve uma tentativa de implantação do ensino superior no município, com a criação da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia do Rio Grande. Infelizmente, o número de inscritos foi pequeno, ocasionando a não consecução do curso.

Gonçalves (2019) relata a dificuldade que os estudantes e seus familiares tinham com relação à ida para Porto Alegre para frequentar um curso superior.

Porto Alegre, numa primeira época eram três balsas. Se tinha que passar a balsa de Pelotas, de São Gonçalo, a balsa do Cristal e a balsa lá no Guaíba. Eu ainda peguei a balsa de Pelotas e do Guaíba. Não peguei a do Cristal. Era muito complicado, as pessoas tinham que ter dinheiro, tinham que alugar peça, pensão em Porto Alegre para poder estudar (GONÇALVES, 2019).

Silveira (2014) aponta que as tratativas iniciais para a consecução do ensino superior no Município têm o ano de 1951 como marco das discussões envolvendo

³³ Informações baseadas no site da FURG, item Catálogo Geral. Infelizmente o mais atual disponível é o de 2015. Mais informações em: Catálogo Geral – vol. 19 – Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2015 Informações gerais. Universidade Federal do Rio Grande – FURG Os dados para a elaboração deste Catálogo têm como base o 1.o semestre de 2015. Publicação elaborada com base na Portaria MEC Nº2.864, de 26 de agosto de 2005. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/menu/000000406.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

engenheiros e demais técnicos especializados, funcionários da empresa Ipiranga (inicialmente denominada Refinaria de Petróleo Riograndense, em sua fundação no ano de 1937³⁴). A falta de profissionais especializados acarretava em um custo operacional maior para a empresa. É inquestionável o papel inovador da Ipiranga, em especial de seu Diretor Presidente Francisco Martins Bastos.

Conforme Ballester (2021), a Ipiranga teve seu início nos anos 1920 na cidade de Uruguaiiana com as famílias Gouvea, Bastos e Tellechea. Os filhos foram dar continuidade nos estudos em São Paulo, Rio de Janeiro e posteriormente nos Estados Unidos. Era um momento histórico marcado pela ascensão automobilística. Observaram o cenário internacional alavancando a indústria de carros e por consequência seus insumos. Voltaram para o Brasil com o ideal de criar uma refinaria de petróleo. Devido às condições geográficas, em especial a necessidade portuária para o desenvolvimento do projeto, mudaram-se para o município do Rio Grande.

Voltaram falaram lá com os parentes e viram um terreno pra fazer a refinaria, e para fazer a refinaria pensaram bah, mas como tu leva o petróleo pra lá? O petróleo era descarregado em Rio Grande e ia de trem pra Uruguaiiana, porque a refinaria nasceu em Uruguaiiana e eram três famílias Gouveia, os Bastos e os Tellecheas e eles foram se dando conta, lá em 1940 mais ou menos, já fazia 15 anos que eles estavam em Uruguaiiana e viram dominaram a técnica e viram que precisavam fazer uma refinaria onde entrasse o petróleo, onde tivesse o petróleo, porque o esquema era não ter o transporte de Rio Grande para Uruguaiiana. Resultado: eles compraram, ganharam uma terra, acho, que eles compraram uma terra que era na beira da lagoa Mangueira e criaram um trecho da cidade, uma zona da cidade que não tinha nada, era meio um pântano nesse local que hoje está a Ipiranga. Imagina não tinha nada daquelas vilas ali na volta de Rio Grande, não tinha nada, não tinha lá a faculdade, não tinha nada e de repente ganharam isso aí e começaram a fazer os tanques, porque esse foi o grande problema, iam conseguir um tanque de combustível pra colocar os óleos (BALLESTER, 2021).

Aqui, cabe explicar que, apesar do imaginário popular, tanto do entrevistado, como de outros moradores locais, o engenheiro mecânico-eletricista Francisco Martins Bastos não era “dono” da Ipiranga. Conforme Teixeira (2013), ele era “cunhado de um dos principais acionistas da Ipiranga, João Francisco Tellechea, e vem a ser um dos primeiros funcionários contratados pela empresa” (TEIXEIRA, 2013, p. 89). Com a empresa instalada no município, rapidamente surgiu oportunidade de emprego para os locais. Mas as vagas referentes ao corpo técnico especializado

³⁴ Mais informações em <https://portal.ipiranga/wps/portal/ipiranga/aempresa/aipiranga>. Acesso em: 6 nov. 2021.

precisaram ser ocupadas por trabalhadores de fora. Conforme Ballester (2021), foram trazidos diversos técnicos e engenheiros da Alemanha. Esses estrangeiros tinham por hábito reunirem-se em clubes, socializando com a população local e com os próprios germânicos já instalados na cidade. Tendo esse momento sido marcado pela II Guerra Mundial e o pós-guerra, ocorrem no Rio Grande diversas perseguições a italianos e alemães, principalmente.

Esses engenheiros começaram a levantar a Ipiranga no início de 50 e no início de 50 esses engenheiros faziam parte dos clubes de Rio Grande, Clube do Comércio, clubes que tinham que a sociedade aí frequentavam e aí ficavam cada vez se conhecendo mais as famílias, eram de fora e cada vez faziam mais, o ciclo social deles começou a se aprofundar, tinha o pessoal do Cruzeiro do Sul, que não se chamava Cruzeiro do Sul, o clube que era germânico e na época da guerra os alemães foram perseguidos principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, pois tinha uma concentração alemã muito grande (BALLESTER, 2021).

Além da dinâmica de contratações de estrangeiros abalada, os próprios filhos dos já aqui residentes reforçaram a necessidade de estudar fora já demonstrada pelos munícipes.

Eles começaram cada vez mais participar da sociedade e nesse meio tempo os filhos já estavam casando. Os filhos já estavam indo para fora de Rio Grande pra poder estudar e os pais eram engenheiros, já tinham certa educação já tinha certo nível cultural que queriam mandar os filhos também para a faculdade e a universidade era Porto Alegre, Rio, São Paulo, e assim por diante. Uma das coisas que eles falaram porque a gente não faz uma universidade aqui? (BALLESTER, 2021).

Tiveram início, então, as reuniões e negociações entre os diversos órgãos públicos e sociedade local para a criação de uma faculdade que atendesse essa demanda criada, em especial pela Ipiranga. Entre os anos de 1953 e 1969, o jornal Rio Grande publica 199 reportagens e/ou editoriais sobre a criação de faculdades no município. Em 10 de março de 1953, foi publicado o editorial intitulado “Fundação Cidade do Rio Grande”. Nele é comunicado sobre as reuniões que estão ocorrendo para a sua criação, pois era necessário ter uma fundação mantenedora para habilitar uma faculdade. No dia três de julho há reportagem intitulada “A Fundação Cidade do Rio Grande será constituída quarta-feira próxima”. Entre a publicação de março e a de julho, saiu um editorial cobrando a instalação da faculdade, no dia 26 de março, e intitula-se “E a Faculdade de Engenharia?”. Houve grande expectativa da população rio-grandina com relação ao funcionamento da primeira faculdade no município.

Nos dias quatro e sete de julho, saíram dois editoriais que refletem sobre o ensino superior e sua importância não apenas no contexto municipal, mas nacional também. Igualmente, no dia sete, é publicada uma reportagem anunciando a vinda do reitor da Universidade do Rio Grande do Sul ao município com o intento de participar da implantação da Fundação Cidade do Rio Grande.

Silveira (2014) relata que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo fechamento de várias fábricas e indústrias que em outro momento foram cruciais para alavancar a economia e o progresso da cidade.

Entre as empresas que moviam a economia da cidade do Rio Grande e foram afetadas pela diminuição do mercado consumidor, após a Segunda Guerra Mundial, destacam-se: o Frigorífico Swift, que fechou em 1954; a Cia. Ítalo-Brasileira, em 1961; a Cia. de Charutos Pook, em 1966; e a fábrica Rheingantz, que diminuiu a sua produção e, logo, foi vendida (SILVEIRA, 2014, p. 191-192).

Houve uma comoção geral dos munícipes e, para muitos, a chegada do ensino superior era uma esperança, um sinal de que dias melhores viriam. No dia nove de julho, por fim, houve a cerimônia pública de instalação da Fundação Cidade do Rio Grande, momento amplamente esperado e comemorado, bem como noticiado pela imprensa local. No dia quinze de dezembro, o jornal Rio Grande reporta: “Funcionará, no próximo ano, a Escola de Engenharia Industrial”, trazendo esperança aos cidadãos.

O ano de 1954 começou e a expectativa era grande. Iniciaram as cobranças pela sociedade local. O Jornal A União, vinculado ao Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, publicou uma reportagem intitulada “Queremos Faculdade”, em que a URES se manifestava sobre a passeata ocorrida no dia vinte de setembro (Figura 21). Nessa ocasião, aproveitando os ensejos cívicos, os secundaristas cobraram o início do funcionamento da Faculdade de Engenharia, como dito por eles, uma dívida, não um favor (SILVEIRA, 2014, p. 194).



Figura 21: Queremos Faculdade!!
 Fonte: Acervo Pessoal d Sr. Lempek

Atendendo aos anseios da sociedade, em 24 de maio de 1955, pelo Decreto nº 37.378³⁵, foi autorizado o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, mas a sua autorização de funcionamento já tinha sido noticiada no dia dezesseis de abril sob título “Aprovada a criação da Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande: os vestibulares serão realizados, possivelmente, ainda esse mês”. A Escola de Engenharia foi reconhecida pelo Decreto nº 46.459³⁶, de 18 de julho de 1959, e federalizada pela Lei nº 3.893³⁷, de 2 de maio de 1961, como estabelecimento isolado. Conforme a Lei, em seu artigo segundo, foram criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos e quantitativos: dezessete Professores Catedráticos, padrão O; sete Assistentes, padrão K; treze Instrutores, padrão I; dois Inspetores de Alunos, padrão E um Servente, padrão A.

³⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37378-24-maio-1955-333892-norma-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

³⁶ Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1959-07-18;46459>. Acesso em: 9 nov. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3893-2-maio-1961-353670-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 nov. de 2021.

A falta de um local adequado levou a Escola de Engenharia a funcionar, inicialmente, na Bibliotheca Rio-Grandense, com aulas práticas ministradas diretamente nas indústrias. Os professores do curso realizavam suas atividades profissionais nas indústrias e entidades públicas da cidade, tornando possível funcionar uma escola sem espaço físico e com corpo docente que trabalhava gratuitamente. A Fundação Cidade do Rio Grande adquiriu o terreno e iniciou a construção do prédio próprio para a Escola de Engenharia Industrial, no local onde atualmente está instalado o IFRS.

A primeira célula mal havia fecundado e novas necessidades já impulsionavam o surgimento de outras unidades de ensino superior, e outros cursos e faculdades passaram a existir no município. A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi implantada pela Lei Municipal nº 875, de 22 de julho de 1956, e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 43.563, de 24 de abril de 1958. Apesar de o início do funcionamento de mais uma instituição de ensino superior ser um avanço para o município, nem todos os cidadãos pensavam assim. No dia 14 de junho de 1957, foi publicada na Coluna do Estudante o texto intitulado “Le jeune” (Figura 22), onde os estudantes secundaristas, de forma surpresa, comentam a publicação de uma nota escrita por um cidadão não identificado no Jornal Rio Grande, intitulada igualmente por “Le jeune”, sobre sua opinião contrária a dita futura instituição cuja administração caberia ao município.

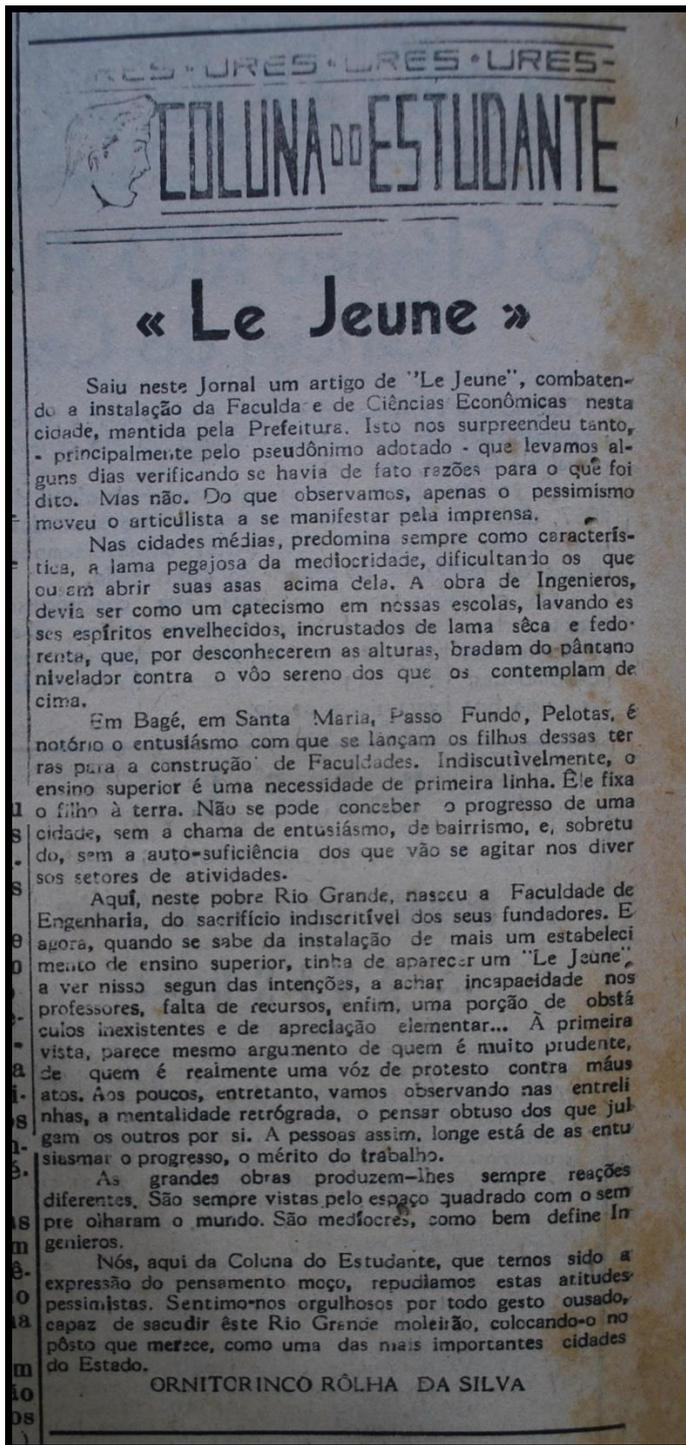


Figura 22: Le Jeune

Fonte: Jornal Rio Grande, 14 de junho de 1957

Acervo: Hemeroteca da Bibliotheca Riograndense, 2018

Num primeiro momento, os estudantes optaram por verificar as informações para depois publicarem o texto em sua coluna. Com o pseudônimo de Ornitorrinco Rôlha da Silva foi expressa a surpresa da URES com o ocorrido e declarado que "apenas o pessimismo moveu o articulista a se manifestar pela imprensa". (SILVA,

1957, s.p.). Os estudantes citam todo o movimento das comunidades em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul e seu entusiasmo com a chegada de novas faculdades. Após a instalação da Faculdade de Engenharia, conforme o cidadão de codinome “Le jeune”, a cidade não teria recursos materiais e até mesmo professores capacitados para tal. Por fim, expressam a opinião:

Nós aqui da Coluna do Estudante, que temos sido a expressão do pensamento moço, repudiamos estas atitudes pessimistas. Sentimo-nos orgulhosos por todo gesto ousado, capaz de sacudir este Rio Grande moleirão, colocando-o no posto que merece, como uma das mais importantes cidades do Estado (SILVA, 1957, s.p.)

Sabe-se que a unanimidade é praticamente impossível de se conseguir, mas essa publicação foi em sentido totalmente oposto ao que até então era publicado. Inclusive o próprio Prefeito Municipal, Álvaro Ribeiro Pereira, em seu discurso na sessão solene do ato de instalação da Faculdade, declarou que os jovens locais estariam ansiosos “por atingir esse grau de ensino superior, tão necessário, útil e oportuno para a sua aplicação no progresso e engrandecimento de uma cidade”³⁸.

Após a publicação na coluna, “Le jeune” volta a escrever no jornal, afirmando que em nenhum momento quis se referir aos economistas do município como incompetentes, apenas que não haveria professores competentes. Assim responde a URES:

O negócio é o seguinte, dois pontos: uma faculdade não se instala assim como uma feira de legumes. Vai para o Ministério da Educação imensa papelada com detalhadas provas da capacidade da escola e dos professores. E não é fácil conseguir a aprovação superior. Além do que está escrito, costuma vir também um técnico, uma pessoa habilitada para observar pessoalmente o projeto. Isto já se deu com a faculdade que se pretende criar, e a aprovação já é fato consumado. É claro que não possuímos na cidade um corpo completo de professores para qualquer ensino superior. Possuímos sim, profissionais competentes de diversas carreiras, e como disse *Le Jeune*, “não duvidamos um minuto sequer, da capacidade de trabalho, inteligência e cultura humanística de nossos economistas”. Ora, para iniciar já dá. Para lecionar os três primeiros anos, no mínimo, já dá perfeitamente (SILVA, 1957, s.p.).

Tem-se assim, a partir dessa interação entre os colunistas da URES e o cidadão “Le Jeune”, a princípio, o término da discussão sobre a competência dos profissionais economistas municipais enquanto docentes. Diga-se a princípio, já que

³⁸ Disponível em: <https://muvie.furg.br/entrevistas/projetos-pioneiros-da-furg/faculdade-de-ciencias-politicas-e-economicas>. Acesso em: 14 maio 2022.

entre a coluna e o cidadão não há mais publicações na imprensa, mas a URES apresenta uma Carta ao Senhor cidadão Prefeito na edição de 15 de julho de 1957, onde nos primeiros quatro parágrafos o autor Erreagaesse, se apresenta como um jovem normal, “matando aula por hábito, estudando por devoção”. Após, apresenta seu pouco interesse em ser Economista, mas que compreende a importância do curso para os jovens locais e, portanto, para o município e em consequência que seria bom politicamente para o Prefeito. Declara que o prefeito pode contar com o apoio dos jovens secundaristas, que ainda não sendo muitos tratavam “de ser bons”. Por fim, em 26 agosto de 1958 foi instalada a Faculdade, tendo como primeiro diretor o economista Roberto Coimbra Edom, e como primeiros professores: Hélio Benjamin Vieira, Miguel Glaser Ramos, José Carvalho Freire, Emídio Araújo, Odenath Pareira Ferreira, Mário Schröder Rodrigues, Fuad Abdalla Nader, Roberto Coimbra Edom, Carlos Horst, Fernando Eduardo Freire, Francisco Bianchini, Carlos Noll, Odilon Gomes de Oliveira e Jorge Luiz Susini.

Após a experiência da criação das duas primeiras faculdades, o município considerava-se apto a receber outras propostas. Em 1959, ano do centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua (autor do Projeto do Código Civil Brasileiro em 1899), foi iniciado um movimento visando à instalação de uma Escola de Direito no Rio Grande, a ser mantida financeiramente pela Mitra Diocesana de Pelotas. Contava com a colaboração de professores do município, da União Sul-Brasileira de Ensino, fornecendo as instalações para o funcionamento, e da Bibliotheca Rio-Grandense, que disponibiliza o seu acervo à clientela. Visando ao bem maior, a qualificação de pessoal no ensino superior, instituições privadas do município bem como da região não mediram esforços em auxiliar o setor público para a consecução desse objetivo.

Os esforços conjugados garantiram que em 2 de fevereiro de 1960, pelo Decreto nº 47.738³⁹, fosse autorizado o funcionamento da instituição, que recebeu o nome de Faculdade de Direito "Clóvis Beviláqua".

À medida que o tempo transcorria, novas expectativas surgiam, e com elas se ampliava a gama de possibilidades oferecidas aos jovens rio-grandinos. Ainda em 1960, tendo em vista o grande número de candidatos que desejavam outros cursos

³⁹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-47738-2-fevereiro-1960-387273-norma-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

de nível superior, em 19 de janeiro de 1961, através do Decreto nº 49.963, foi autorizado o funcionamento dos cursos de Filosofia e Pedagogia, nas salas cedidas pela Escola Normal Santa Joana d'Arc. Essa escola, fundada em 1918, tinha como objetivo atender a carência de formação da juventude feminina⁴⁰.

Como um processo dinâmico, em 1964, foi autorizado o funcionamento do Curso de Letras, com habilitação para inglês e francês; em 1966, entrou em funcionamento o curso de Matemática; em 1967, instalaram-se os cursos de Ciências e Estudos Sociais. Nesse mesmo ano, na sessão de 4 de outubro, o Conselho Federal de Educação reconheceu a Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, ato oficializado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, através do Decreto nº 61.617, de 3 de novembro de 1967.

Apesar de seu caráter elitista, o ensino superior era visto como necessário pela população rio-grandina, que ansiava por ele no município e, especialmente, para os munícipes. Como afirma Teixeira (2013) sobre o ensino no município, “era crescente a oferta e a procura por qualificação na própria cidade do Rio Grande, visando os indivíduos que permaneciam na cidade, em cursos ali existentes” (TEIXEIRA, 2013, p. 84).

Havia entre os munícipes “a consciência quanto à perda do potencial humano que a cidade sofria” (NOVO, 2004, p. 78) no momento em que moradores não logravam êxito no município e precisavam partir para outras localidades. Tal fato era economicamente custoso para alguns, todavia não apenas isso, a dúvida que pairava era se esses acadêmicos retornariam para exercer suas profissões no município.

Após a conquista de algumas faculdades no município, a luta do movimento estudantil secundarista não se encerrou. Diante de uma oferta limitada de cursos, iniciou-se o trabalho pela conquista de uma Universidade.

Por que na verdade numa época que nós tínhamos faculdades isoladas os estudantes secundários tinham dificuldades, aqueles que não queriam

⁴⁰ O termo juventude feminina encontra-se na justificativa do Bispo da Diocese de Pelotas, Dom Francisco de Campos Barreto, com relação a criação de uma escola no município. Para mais informações, sugiro a leitura do artigo de SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. TAMBARA, Elomar. **Colégio Santa Joanna d'Arc**: uma narrativa histórica acerca da escola complementar e da primeira escola normal de Rio Grande/RS. IX ANPED/Sul. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2194/44>. Acesso em: 21 nov. 2018.

aqueles cursos que já estavam instalados, eles pensavam em ter uma universidade. E eu peguei bem esta fase porque eu comecei o meu segundo grau, na época científico, em 67 que foram os anos que antecederam bem diretamente o 69 que foi o da criação da universidade. Então esse movimento foi um movimento que tomou bastante corpo. Além das forças vivas da cidade se preocupar com isso os estudantes secundários que estavam prestes a fazer o vestibular e entrar em uma universidade em cursos que aqui não havia começaram a lutar pela criação de uma universidade (GONÇALVES, 2019).

A criação das faculdades trouxe aos habitantes do município expectativas para ampliação do ensino superior na localidade, oportunizado pela criação de uma universidade, com o objetivo de congregar cursos isolados em detrimento da denominadas faculdades isoladas. Barros (2007) e Silveira (2013) refletem sobre o momento em que a cidade passou a ser também um local de cultura e ensino. Novos ofícios precisaram atender à demanda de cidadãos e posteriormente teve-se a passagem de cursos para faculdades e dessas para as universidades. Esse processo não foi diferente no Rio Grande.

Foram várias idas e vindas a Brasília, reuniões e discussões sobre a criação de uma Universidade no interior do Rio Grande do Sul, porque, até então, o Estado brasileiro tinha por padrão criar faculdades isoladas em alguns municípios e nas capitais, uma Universidade.

Num momento em que os Estados brasileiros tinham no máximo uma ou duas universidades federais a maior parte nas capitais, eram poucos os estados que tinham mais de uma e nós já tínhamos duas, antes das nossas duas de Pelotas e Rio Grande, que eram Santa Maria e Porto Alegre. Então como que um estado vai ter quatro universidades [federais]? (GONÇALVES, 2019).

Até que, por fim, em 20 de agosto de 1969, foi assinado o Decreto-Lei nº 774⁴¹, pelo então Presidente da República Artur da Costa e Silva, autorizando o funcionamento da Universidade do Rio Grande – URG com a integração das faculdades existentes no município, tornando-as administrativamente únicas em uma instituição de ensino superior.

Porém, é possível que esses não fossem os únicos cursos superiores que Rio Grande possuía. Teixeira (2013) relata que em suas leituras percebeu a possível presença do Curso de Enfermagem no município na década de 40. Buscou nos jornais

⁴¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-774-20-agosto-1969-374739-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 maio 2020.

da época algum indício, mas não se obteve sucesso. No entanto, no desenvolvimento desta pesquisa, ao consultar exemplares do jornal Rio Grande disponíveis junto a Bibliotheca Riograndense, datadas da década posterior, foram encontrados dois editoriais: um, no dia 1º de outubro de 1955, intitulado “Escola de Enfermagem”, e outro, no dia 19 de dezembro de 1955, intitulado “Rio Grande possuía a sua Escola de Enfermagem”. Também foi descoberta uma reportagem do dia 11 de novembro de 1957, “Voltará a funcionar a Escola de Enfermagem ‘Oswaldo Cruz’”. As hipóteses levantadas pela autora de que talvez tenha sido uma escola profissionalizante ou talvez o embrião do ensino superior continua em aberto, carecendo de futuras pesquisas.

Da mesma forma, surpreendem as reportagens de 11 de abril de 1969, “Belas Artes têm curso superior de Música”; de 14 de abril, “Escola Belas Artes o primeiro passo para a sua federalização” e o editorial de 4 de agosto “Escola de Belas Artes”. Nesse caso, o curso superior de Música estava iniciando suas atividades, mas por algum motivo, ainda a ser pesquisado, não fazia parte dos cursos formadores da atual FURG, inclusive nem existindo até a presente data esse curso na cidade do Rio Grande. Nenhum desses dois cursos foi citado pelos entrevistados.

A Universidade aqui foi criada através de um decreto do Presidente Artur da Costa Silva em agosto de 69. Aí ela congregou várias faculdades. De Direito e Filosofia que funcionavam, a do Direito no Colégio São Francisco e a de Filosofia no Santa Joana d’Arc, que hoje é o Bom Jesus. Então pertenciam à Mitra Diocesana de Pelotas e eles entregaram para a novel Fundação Universidade do Rio Grande. A prefeitura tinha a Faculdade de Economia que funcionava ali na Luis Lorea, que hoje é um prédio da Universidade. A Fundação Cidade do Rio Grande tinha conseguido um Curso de Medicina. E a Faculdade Federal de Engenharia Industrial foi desfederalizada, e isso deu um problema na época, porque os professores eram federais, e absorvidos pela universidade. Diversos cursos, né? E coube a unificação e a estruturação a um grande reitor, o Professor Eurípedes Falcão Vieira, criação de novos cursos, como de Oceanologia. E o Prof. Eurípedes conseguiu com o prefeito a doação da área onde hoje é o campus Carreiros (LEMPEK, 2019).

Graças a todo o esforço da comunidade local, empresários, políticos e aos próprios estudantes, a Universidade do Rio Grande foi criada tendo como a Fundação Cidade do Rio Grande sua mantenedora. Com isso, surgiu uma nova batalha para o movimento estudantil, dessa vez integrando a URES com o Diretório Central dos Estudantes (DCE): a gratuidade do ensino superior através da federalização da instituição.

A partir da década de 70, eu fui presidente da URES, em 71 e 72, e quando fui para a Universidade, fui para o DCE, e o coronel Cid, por todo o trabalho que eu tinha feito, me convidou para ser candidato a vereador. E eu fui e me elegi com mandato gratuito, de 73 a 75. As reuniões eram à noite para que os vereadores pudessem trabalhar. E aí com o meu trabalho a câmara e no DCE, nós começamos a nos mobilizar e trabalhar em outro sentido. Sendo fundação os alunos pagavam mensalidade. Isso representava 8% do orçamento da Universidade. Aí começamos a realizar um trabalho junto ao governo federal para que o MEC cobrisse esses 8% e os alunos passassem a não pagar mais nada. Era pouco o que os alunos pagavam, mas pagavam (LEMPEK, 2019).

Apesar de ter sido mencionado por Lempek (2019) que o valor pago para cursar a Universidade, na opinião dele, era pouco, com certeza para muitos discentes poderia representar uma parcela substancial de sua renda pessoal e até mesmo familiar. Dessa forma, a luta pela federalização se justifica como uma oportunidade de trabalhadores poderem ter ascensão em suas carreiras e até mesmo acesso a uma nova profissão, bem como para os jovens recém-egressos do ensino secundário.

Nesse interim mudou o comando da reitoria, tivemos o apoio do prof. Eurípedes. E passamos a ter o apoio do professor Fernando Lopes Pedone. E nós pedimos na época para o prof. Vidal Aureo Medonça, que era o sub reitor administrativo, que nos fizesse um trabalho orçamentário para levarmos ao MEC. Eu como vereador e secretário geral do DCE juntamente com o Carlos Alberto Monteiro Badejo e o Paulo Renato de Moura Cuchiara que era o presidente do DCE, fomos a Brasília, levamos esse trabalho, sempre acompanhados pelo deputado Nelson Marchezan e na primeira tentativa nos reunimos com o ministro que chamou os técnicos da época e teve alguma resistência. Mas nós não desistimos, nós continuamos trabalhando e o Marchezan cobrando. Aí muda o governo. Assume o presidente Ernesto Geisel e ele leva para Ministro da Casa Civil um rio-grandino o Ministro Golbery do Couto e Silva. Aí, nós voltamos a Brasília. O ministro da Educação era o Ministro Nei Braga. Via Marchezan nós tivemos uma audiência com o Ministro Golbery, nos apresentamos, fomos muito bem recebidos, a dona Lurdinha era uma senhora já de idade, secretária dele, e o ministro Golbery deu ordem que quando os meninos de Rio Grande chegassem não precisavam nem marcar audiência, que as portas estavam abertas, e isso sempre aconteceu, seguidamente. Aí nós contamos a odisséia que nós estávamos querendo que se resolvesse, da nossa luta, aí o ministro Golbery ligou para o ministro da educação e nisso fomos recebidos. E aí o ministro Nei Braga, chamou os técnicos do MEC, levaram todo o trabalho, com o nariz torcido, de má vontade porque a dificuldade, falta de dinheiro, como sempre. O ministro Nei Braga disse o que consideram umas palavras mágicas, esses meninos são lá de Rio Grande e quem tá pedindo isso é o chefe. E o chefe era o Golbery, aí a gente viu que ele mandava. Aí as coisas começaram a acontecer (LEMPEK, 2019).

Os indícios apontam que havia uma preocupação dos governantes com as localidades das quais eram oriundos. Apesar da URES e o DCE não terem um viés

partidário, politicamente, seus dirigentes e participantes das discussões ter um pensamento semelhante auxilia e de certa forma facilita as negociações.

Após cinco, seis anos de muita conversa, reuniões, idas e vindas a Brasília, enfim, a Universidade do Rio Grande, que tinha como sua mantenedora a Fundação Cidade do Rio Grande, foi federalizada no início do governo do então Presidente da República General João Baptista Figueiredo (1979). Conforme o primeiro reitor eleito, Professor Eurípedes Falcão Vieira, a participação da URES e do DCE foi crucial para a federalização da universidade.

Aí a importância desses guris, e a liderança do Lempek, que se interessavam pelos problemas da cidade, não era problema político. Se o problema era a ampliação do porto, eles batalharam em cima disso. Federalizar a universidade, tornar gratuita a universidade, eles batalharam em cima disso. Desde que eu assumi em 72 até 79, eles estavam ali em cima, batalhando. Tinha muitos que não podiam pagar que vinham de fora, não podiam pagar, tinha a alimentação, transporte, tinha um problema amplo de bolsa de estudos [...] Conquistar a federalização da universidade, a gratuidade do ensino, ter uma universidade federal, na ponta do Brasil, na beira do mar, aquilo era um ideal comum, todos lutavam por isso (VIEIRA, 2021, p. 8-22).

Apesar de toda a movimentação estudantil e da sociedade dizer que mantinham uma postura neutra com relação a partidos políticos, Lempek (2019) desabafa: “e esse trabalho que eu, o Badejo, que já faleceu, e o Cuchiara, que esse trabalho realizado pelos alunos foi apagado do site pelas últimas administrações, que tem viés político, não concordo com isso, porque é história” (LEMPEK, 2019). Essa preocupação apresenta-se como possivelmente legítima, já que em determinado período, no site oficial da FURG, em seu histórico, constava texto sobre a participação do movimento estudantil secundarista e a sua federalização, e na última década essas informações não estão mais disponíveis no site. Se foi por motivação política partidária ou não, até o presente momento, a pesquisadora não tem conhecimento suficiente para concluir, mas indícios apontam para a probabilidade de uma lacuna no histórico da instituição publicado em sua página oficial. O que pode ter acontecido é que a Universidade no site oficial careça de mais dados acadêmicos para a constituição de tal histórico, que se sabe sempre é eivado de tensões e pontos de vistas divergentes.

Encerra-se esse capítulo onde foi possível compreender como se deu a participação da URES com a sociedade em prol da consecução de uma Universidade no município de Rio Grande, bem como a sua federalização, oportunizando aos

secundaristas locais e demais interessados o ingresso numa instituição de Ensino Superior de qualidade, pública e gratuita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esta tese, registro nesse momento o indicativo de se ter plantado uma sementinha. Secundaristas ainda são pouco estudados pela academia, embora o número de pesquisas com essa temática venha crescendo. Muito menos investigados são os movimentos estudantis dos secundaristas, em detrimento dos universitários. Nesta pesquisa, que por ora se encerra, mas não se conclui, foi possível apresentar a União Rio-Grandina de Estudantes Secundários (URES) como agente de interação social entre secundaristas e a sociedade (1953-1979).

Fundamentando-me na Nova História Cultural, averigui as experiências culturais dos indivíduos e do grupo social URES. Dentro do contexto de pesquisa, surgiram inúmeras possibilidades de objetos, bem como fontes de pesquisa e informação, mas, nesta tese em específico, fiz uso do entrelaçamento da história oral com a análise de documentos. A história oral, tanto como metodologia como na forma de técnica surge no momento em que as Ciências Humanas se firmam enquanto área de conhecimento. Enquanto as Ciências Naturais e Exatas buscam a explicação de um fato, as Humanas pretendem compreender algo a partir de novas fontes e da interpretação destas pelo pesquisador. Assim, fontes orais se tornam figuras importantes na consecução dos objetivos propostos.

Nesta pesquisa, estudei algumas formas de interação social da URES entre os seus associados, bem como com a sociedade como um todo. Para a compreensão da pesquisa alvitada, vali-me de entrevistas e da análise de diversos tipos de documentos. Ambas as fontes se intercalaram constantemente, o que dificultou precisar o momento em que uma estava mais em uso do que outra. Dessa forma, nesta pesquisa, o uso tanto da história oral como da análise de documentos de forma conjunta foi a maneira que melhor proporcionou a reflexão acerca do tema.

Como fonte de pesquisa utilizada foram os impressos locais. Referente ao período estudado nesta tese, encontrei junto a Bibliotheca Riograndense o Jornal Rio Grande. Através da sua leitura foi possível verificar que a URES possuía uma coluna, denominada Coluna do Estudante, onde publicou 53 vezes durante os anos de 1956 a 1962.

Outra fonte utilizada foi o acervo referente a URES no arquivo pessoal do Sr. Lempek. Também tive a oportunidade de entrevista-lo duas vezes. Sem ele essa tese seria totalmente diferente. Daí advém a força de renovação de utilizar fontes diversas referendadas pela História Cultural, no entanto a investigação acadêmica não se faz somente pelas fontes em si, mas as problematizações que dela decorrem. Para tanto, para alcançar a proposta da tese, a partir dos impressos locais, alguns produzidos pelos estudantes secundaristas e pelas narrativas daqueles que participaram do processo, que, no entanto, nos contam a partir do seu presente, pode-se perceber como as diferentes formas de sociabilidades: políticas, sociais, culturais e até de criação de laços comunitários impulsionaram a interação de tal parcela juvenil com a sociedade local

Busquei compreender a partir da história do município do Rio Grande e sua relação com o ensino secundário. Percebi a carência de estudos sobre o ensino secundário no país, bem como no Rio Grande do Sul, durante o século XX. Tomei conhecimento da criação de um grupo de estudos sobre o tema instituído nacionalmente, o qual conta com a participação de três professores do corpo docente da UFPel. Esses professores-pesquisadores fizeram uma publicação com dados iniciais que puderam servir de base para esta tese.

Sentindo falta de maior complementação de dados para fundamentar as argumentações, busquei dados juntos ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e verifiquei que a instituição possuía poucas informações. Junto a APERS foram encontrados documentos referentes ao Município no período de 1968. Eles apontam que existiam 14 instituições públicas e 10 particulares ofertando 3.200 vagas para o ensino médio. Cabe ressaltar que matrícula não significa conclusão. Dados estimam que a cada 1.000 matrículas no primeiro ano do primeiro grau em 1950 apenas 25 concluíram o ensino secundário em 1961. Diante desses dados pude constatar que além da grande evasão desses jovens que precisavam estar no mercado de trabalho por questões econômicas e sociais, ainda se tinha a falta de políticas de permanência de tal segmento na continuidade dos estudos a nível secundário. A pequena parcela que finalizou esta etapa, provavelmente, possuía recursos e estrutura social que possibilitou a continuidade.

Acredito na possibilidade de existirem mais informações na Secretaria Estadual de Educação e sugiro buscar essas fontes para contemplar futuras pesquisas. Da minha parte, a pandemia acabou por prejudicar o aprofundamento deste trabalho, ainda que, de certa forma, acredito ter auxiliado um pouco no desenvolvimento do tema.

No Rio Grande do Sul, o movimento estudantil teve início, de forma institucionalizada, com a criação, em 1944, da União Gaúcha de Estudantes. Em 1945, no município do Rio Grande, surgiu o primeiro Grêmio Estudantil, o do Ginásio Lemos Junior e com ele a criação de um impresso estudantil: O Arpão. Pude observar que tal impresso foi responsável pelas mais diversas publicações, incluindo algumas de relevância para esta pesquisa. Foi possível perceber que no ano de 1953 um grupo de jovens entusiastas buscaram junto a eventos realizados pela União Gaúcha de Estudantes Secundários (UGES), bem como com material por eles disponibilizados, amparo e informações para a criação da URES. Houve toda uma preparação antes que ocorressem o I e o II Congresso de Estudantes Secundários no município, que culminariam com a criação da entidade. E já nesse momento a participação da comunidade foi importante.

Através do engajamento dos estudantes com a prefeitura, empresas e diversos cidadãos, foi possível conseguir ajuda tanto para a estrutura física como financeira. Só percebi esse indício graças às entrevistas, juntamente com a consulta realizada no acervo pessoal do Sr. Renato Tubino Lempek. O cuidado com a preservação dos acervos pessoais provoca um relacionamento mais íntimo do que com os demais tipos de acervos, uma vez que com as memórias e vivências experimentadas, o passado torna-se o presente e sua (re)descoberta proporciona ao futuro uma possibilidade de autoconhecimento.

A inserção da materialidade (documentos, fotos, itens em geral) na hora das entrevistas proporcionou um gatilho para a memória. Apesar do uso cada vez maior das tecnologias como forma de armazenamento, foi possível observar o desejo humano de tocar, pegar, “olhar com as mãos” os objetos e documentos que remetem a lembranças prazerosas.

Ao solicitar, junto ao Cartório de Registros do município, ao custo de R\$ 212,10, a documentação referente ao registro oficial da URES, percebi que na Ata de

Fundação constava como data da instalação da entidade o dia 20 de agosto de 1953, enquanto que em todo o restante da documentação, bem como nas entrevistas, o dia é 22. De acordo com o noticiado pela imprensa, o evento ocorreu entre os dias 16 e 23 de agosto, sendo possível que no dia 20 tenha ocorrido a votação para a criação da URES; no dia 22, a votação do Estatuto, denominado na época de Constituição, e no dia 23, a eleição do presidente e demais integrantes que iriam compor a direção.

Após instaurada, a URES imediatamente foi chamada pelas autoridades políticas locais para participar dos desfiles comemorativos realizados no mês de setembro: Dia da Pátria e Revolução Farroupilha. Aproveitando-se do momento, a entidade reivindicou a instalação da Faculdade de Engenharia no Município, prometida pelo governo federal havia alguns anos. A sociedade, de forma geral, participou do chamado triângulo de rituais brasileiros: desfiles cívicos, carnavais e festas religiosas.

Os jovens historicamente ora vistos como essenciais para as conquistas ora vistos com preocupação por sua rebeldia, no município do Rio Grande no período estudado eram incentivados a manterem-se ocupados e assim não propensos a atos rebeldes. Para tanto, eram estimulados a participar de atividades cívicas, desportivas e culturais. Verifiquei que algumas atividades eram mais frequentes, como concurso de oratória, festival de cantos e até a fundação de um teatro estudantil, com participação de alunos de ambos os sexos. Apesar de praticamente sempre serem apoiados pela sociedade rio-grandina, foi no momento das apresentações teatrais o grande embate estabelecido entre secundaristas e a elite local. Isso porque tais atividades ocorreram no Teatro Municipal, local até então usufruído pela elite do município. Os estudantes secundaristas apresentavam uma visão mais democrática do desfrute do estabelecimento, tanto deles enquanto artistas, como do público, o que incomodou alguns a ponto de o tema ser discutido em crônicas publicadas no jornal local.

Em outro momento, houve discordância entre a URES e um munícipe com a possibilidade da criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Discordando de tal ato, um cidadão usando de anonimato, publicou uma nota no Jornal Rio Grande, onde sugeriu que no município não havia profissionais competentes para atuarem como professores de tal instituição. Percebi que a URES

buscou manter uma postura de apoiar, incentivar e lutar pela educação no município, e tal momento não foi diferente, oportunizando um debate via Coluna do Estudante. Tal seção no jornal Rio Grande era mantida pela URES como um espaço de crônicas leves, compartilhamento de sensações e desejos casuais, mas que nesse momento precisou ser usado como um espaço de luta.

A URES buscava estar presente, juntamente com diversas instituições, nas solicitações para criação de uma Universidade no município. Para que tal ocorresse, foi necessária a criação da Fundação Cidade do Rio Grande, que veio a ser a mantenedora administrativa e financeira da Universidade do Rio Grande e, assim que constituída, teve na URES apoio imediato. Após a Universidade ser constituída, a luta da URES passou a ser pela sua federalização, isto é, a possibilidade de ensino gratuito. Assim, começou uma nova luta com a sociedade local e uma nova vitória.

Apresentei a tese de que o movimento estudantil de forma organizada através de uma entidade promove a interação social entre seus participantes e a sociedade local. Defendi a ideia de que a interação social, as relações sociais bem como a sociabilidade entre os jovens podem ser dadas de diversas formas, desde conversas informais ente amigos até a participação em grupos organizados formalmente. Foi atingido o objetivo proposto de averiguar a interação social dos alunos secundaristas no município do Rio Grande, RS, através da criação e atuação da URES. Cabe destacar que tais alunos secundaristas além de socializarem entre o grupo juvenil estavam também interagindo com os demais segmentos da sociedade, tendo negociações, tensões ou aceitações. Especificamente, observei o contexto da criação da URES, a participação e promoção da entidade em atividades cívicas, desportivas e culturais, bem como com o seu envolvimento junto à comunidade do município com o objetivo da criação de uma instituição de ensino superior no local e sua posterior federalização. Algumas atividades realizadas por esta parcela de jovens acabavam atendendo as demandas do poder público em apoiar a vinda do ensino superior ao município, mas em outros casos havia discordâncias e críticas expressadas, em grande parte, nos impressos estudantis.

Encerro minha pesquisa com o sentimento de que se trata apenas de um começo. A URES, o movimento estudantil no município, o ensino secundário não só pode, como devem vir a tornarem-se objetos de outras pesquisas. Novos

pesquisadores, novos observadores e novas fontes podem efetivar pesquisas que enriquecerão trabalhos referentes à História da Educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Reedição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **Manual da História Oral**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo**: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021.

Amaral, Giane. Lange. do. Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais. *In: Revista História Da Educação*, 6(11), 117–130, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30602>. Acesso em 29 jun. 2022.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos pelados x galinhas gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3641/000390854.pdf?sequence=1> Acesso em: 22 jul. 2022.

ANJOS, Wlady Aguiar dos. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbald. 2019.

ANTOCHEVIS, Eliza F.. O século XIX e o Centro Histórico em Rio Grande. *In: VII Seminário Internacional em Memória e Patrimônio-Convenção do patrimônio Imaterial: 10 anos depois*, 2013, Pelotas. VII SIMP – Anais. Pelotas: Editora da UFPel, 2013. V. 01p. 367-376.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA COM A TÉCNICA DE PESQUISA SNOWBALL (BOLA DE NEVE). **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 27, 2012. DOI: 10.14295/remea.v27i0.3193. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>. Acesso em: 22 jul. 2022.

BALLESTER, Mauro Cândido Figueiredo. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbald. 2021.

BELMANN, Hortencia Thisbe Estrada. **Los factores principales que influyen en la perdida de interes en el concursos de oratoria**. Facultad de Filosofía y Letras - División de Posgrado. Ciudad Universitaria, San Nicolás de los Garza Nuevo León, 2004.

BELTRÃO, Luiz. O jornalismo interiorano a serviço da comunidade. *In: ASSIS, Francisco de (org.). Imprensa do interior*: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil.** São Paulo, Annablume, 2006.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional - Panorama da história de Rio Grande.** Rio Grande: Ed. Furg, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. *In: Ponto de Acesso*, v. 11, n. 3, p. 148-169, 2017. DOI: 10.9771/rpa.v11i3.22745 Acesso em: 24 jul. 2021.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, JESILINA ALVES: **Crônica literária no jornal: história, estrutura e funcionamento.** Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras. Goiana, 2008

CARON, Jean – Claude. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII- fim do séc. XIX). *In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude.* Tradução NEVES, Paulo; MOULIN, Nilson; MACHADO, Maria Lúcia. **História dos jovens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 137-194.

CARVALHO, Carlos Henrique, ARAÚJO, José Carlos Souza, GONÇALVES, Wenceslau Netto. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia- MG, 1930-1950). *In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI, Décio Júnior (org).* **Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas, Autores Associados, 2002, p. 67-90.

CASTRO, Renata Brião de. WEIDUSCHADT, Patrícia. Sobre Entrevistas, Documentos E Acervos: Análise A Partir De Narrativas De Banco De Dados. **Revista Didática Sistêmica**, Issn 1809-3108 V.17 N.2 (2015) P.31-42. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/publicacoes/> Acesso em 23 ago. 2019.

CASTRO, Renata Brião De; WEIDUSCHADT, Patrícia. Memórias Da Instituição Escolar E Atuação Docente: Reflexões A Partir De Fontes Orais. **Licencia&Acturas**, V. 4, N. 2, P. 26-36. 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/publicacoes/> Acesso em: Acesso em 23 ago. 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. CRÔNICA, HISTÓRIA E POLÍTICA EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR: EMBATES E COMBATES NO CAMPO DA ESCRITA (PE, 1960-1968). **Fênix - Revista De História E Estudos Culturais**, 15(2), 1-21. <https://doi.org/10.35355/revistafenix.v15i2.434>. 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ed. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e apresentações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Memória e Sociedade. DIFEL: Difusão Editorial S.A.. Algés, Portugal, 2002.

_____. **A mão do autor a mente do editor**. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

CHIOZZINI Daniel Ferraz; SCHWETER, Isis Sanfins; AQUINO, Mary Jones Ferreira de Moura. **IMPRESSOS ESTUDANTIS E REDES DE INTELLECTUAIS: a formação de uma elite letrada nas cidades de Piracicaba e São Luís**. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017 ISSN 2236-1855. Acesso em: 29 jun. 2022.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

COX, Richard J. **Arquivos pessoais: Um novo campo profissional. Leituras, reflexões e reconsiderações**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CUCHIARA, Paulo Renato Moura. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbald. 2021.

Da MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, 1980.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, Cultura e Política: a experiência dos manauaras**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

GONÇALVES, Péricles. **Uma conversa com o Patrono da 46ª Feira do Livro, Péricles Gonçalves**. [entrevista concedida a] Mirela Pinho. 2019. Disponível em: <https://www.furg.br/50-anos-noticias/uma-conversa-com-o-patrono-da-46-feira-do-livro-pericles-goncalves>. Acesso em 24 de maio de 2019.

GONÇALVES, Péricles. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2019b.

HABERMAS, Jurgen. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida a esfera pública. *In*: CAVENACCI, Massimo (org.). **Dialética da Família**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HEINZ, Wagner Philip Portella. **A presença dos imigrantes alemães e sua contribuição para a economia e a cultura na cidade do Rio Grande (1824/1950)**. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa**. Objetiva, 2001. Versão 1.0.5 – 1 CD-ROM.

LEMPEK, Renato Tubino. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2019.

LEMPEK, Renato Tubino. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2020.

LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos**. *In*: PINSKY, Carla Bassannezi (org). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2010.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In*: **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999.

MAIA, Rosely. Sociabilidade: apenas um conceito? *In*: **GERAES** – Revista de Comunicação Social. N 53. 2001.

MARIZ, A. C. A.; SILVA, A. M.; CORDEIRO, R. I. N. As fotografias nos arquivos pessoais e familiares: para uma revisão teórica. *In*: **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 14, p. 74-90, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/152821>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MARTIM, Sonia Regina. **A escola secundária e a cidade: Osasco, anos 1950/1960**. 2006. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINEZ. José Antonio. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2021.

MARTINEZ. Sra. . [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2021.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

Mead, M. (1970). **Culture and Commitment, a Study of the Generation Gap**. New York, NY: Natural History Press.

MELLO, José Marques de. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância na descoberta das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira, FABIANO, Luiz Hermenegildo (org). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. 350p. ISBN 978-85-61228-69-9

MENDONÇA, Fernanda Nayara da Silva. **Letramento Literário: Crônicas e Contos como instrumentos de humanização do leitor**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017.

MENEGUETI, Patrícia. A trajetória do ensino no Brasil: ensino secundário e exame de admissão. **VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania**. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Jun. de 2012. ISSN 2236-7977. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2581>>. Acesso em 05 jul. 2019.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do Ensino Superior no Brasil**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

NOVO, Luciana Florentino. **Importância da FURG no desenvolvimento econômico-social do município do Rio Grande**. Dissertação (Mestrado em Administração). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/87471/207238.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 ago. 2019.

NUNES, Maria Elena de Almeida. Xavier, Neide Uchôa. Subsídios para criação de um Centro de Treinamento para professores do ensino médio. In: **Boletim do Centro de pesquisas e orientação educacionais e de execução especializada**. Anos 1963-1966. 1970. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/217467>> Acesso em: 26 jun. 2022.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEREIRA, Margareth da Silva. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbold. 2021.

PESSANHA, E. C.; ASSIS, W. da S.; SILVA, S. S. de O. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 311–330, 2017. DOI: 10.18593/r.v42i2.12251. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/12251>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PESSOA, Vitor Lucas de Faria; DIAS, Cleber. **Política, associativismo e esporte universitário na década de 1930**. Movimento, v. 26, e26066, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100596>. Acesso em: 21 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100596>

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Tradução de Dora Rocha Flaksman. Estudos históricos, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15

QUEIROZ, Maria Luiza. **A Vila de Rio Grande de São Pedro 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Associativismo ginástico e escotismo no Rio Grande do Sul (1913-1934). **Revista História da Educação (online)**, 2019, v. 23: e78376. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/78376/pdf>. Acesso em 16 maio 2022.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O teatro da sociabilidade**. Um estudo dos clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto brasileiras: São Leopoldo. 1850/1880. Tese (Doutorado), Curso de Pós Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, 2000.

REZENDE, Maiquel G. **Silêncio e esquecimento**: Henrique Carlos de Moraes e a construção de um agente de preservação do patrimônio em Pelotas (1993 – 1986). Instituto de Ciências Humanas, Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro. 1969.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. SCHWARZBOLD, Karin Christine. LOPES, Ana Lúcia Machado. **Registros de Batismo (1814-1822)**: Contribuição à História Social de Santa Maria. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2005.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais In: COSTA, Célio Juvenal. MELO, Joaquim José Pereira, FABIANO, Luiz Hermenegildo (org). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. 350p. ISBN 978-85-61228-69-9

SANTOS, Adilson Pereira dos. CERQUIRA, Eustáquio Amazonas de. Ensino Superior: trajetórias históricas e políticas recentes. **IN IX Colóquio Nacional sobre a Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis**, 2009. Disponível em < <http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. 1 reimpr. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHAPOCHNUK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. *In: Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2005.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993

. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771993000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 4 out.. 2019

SCHWARZBOLD, Karin Christine. **A gênese matrimonial de imigrantes Germânicos em Rio Grande, RS, Brasil**. Monografia (Especialização). Universidade Federal de Santa Maria. Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos. São João do Polêsine, 2010.

_____. **Ela veio da comunidade e para a comunidade: a criação de uma universidade no Município do Rio Grande (RS)**. *História Oral*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 183–197, 2020. DOI: 10.51880/ho.v23i1.994. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/994>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SILVA (BRASIL), F. de C. T.; WENCESLAU (BRASIL), M. E. UMA CONFIGURAÇÃO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO (1930-1960): CULTURA, FORMAÇÃO HUMANA E BOA EDUCAÇÃO. *Revista História da Educação*, [S. l.], v. 22, n. 54, p. 232–245, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/64137>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande: os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel. 2012. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/dissertacoes/> Acesso em 28 ago. 2019.

SILVEIRA, J. A. da. Transformações no cenário citadino do Rio Grande: o contexto de criação do ensino superior em meados do século XX. *Historiæ*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 189–206, 2014. Disponível em: <https://seer.furg.br/hist/article/view/3675>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SIMMEL, Georg. **Simmel: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983.

_____. **Sociologia da refeição**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 33, p. 159-166, jan./jun., 2004.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

STECANELA, Nilda. **Jovens e cotidiano: trânsito pelas culturas juvenis e pela “escola da vida”**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2008.

TAMBARA, Elomar. ARRIADA, Eduardo. AMARAL, Giana Lange do. O Ensino Secundário no Rio Grande do Sul- 1940-1960: notas introdutórias. *In*: PESSANHA, Eurize Caldas. SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Implantação e Expansão Regional do Ensino Secundário Brasileiro**. Volume I. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo **Escola de Engenharia Industrial**: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961). Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel. 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/dissertacoes/> Acesso em 23 ago. 2019.

_____. **A Instrução da Mocidade Rio-grandina**: O ensino secundário na sociedade do Rio Grande/RS (1850-1889). Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFPel, 2017.

THIES, Vania Grim. Patrimônio do escrito: cadernos de usos não escolares e as contribuições para a cultura escrita. *In*: **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 24, p. e99000, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/99000>. Acesso em: 1 jul. 2022.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

TORRES, L. H. Cronologia básica da história da cidade do rio grande (1737-1947). **BIBLOS**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 9–18, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/957>. Acesso em: 22 jul. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: Por que as notícias como são. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VALLE, Hardalla Santos do. Um estudo sobre o ensino secundário nas cidades de Pelotas e Rio Grande/RS (Décadas de 1870 a 1910). **Momento - Diálogos em Educação**, ABNT, v. 21, n. 2, p. 87-100, jan. 2012. ISSN 2316-3100. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/3507/2463>>. Acesso em: 29 ago. 2019.

VIEIRA. Eurípedes Falcão. [entrevista concedida a] Karin Christine Schwarzbald. 2021.

VIERO, Tatiane Vedoin. **Programa de extensão universitária**: perspectivas emergentes na educação em ciências. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde.

WEIL, Pierre. TOMPAKOV, Roland. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal. 74 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 4^o reimpressão, 2018.

Apêndice

APÊNDICE A COLUNA DO ESTUDANTE- JORNAL RIO GRANDE

	Data da publicação	Título	Assunto	Autoria
1.	28 jul. 1956	Mais vitórias- URES finalista no futebol!	Informes sobre participação em atividades desportivas	Não identificada
2.	3 set. 1956	Estudante!	reflexão	Secretaria da Imprensa e Divulgação
3.	19 set. 1956	Guerra de nervos	Informes sobre Participação em teatro estudantil	Não identificada
4.	15 out. 1956	Rio Grande já tem seu teatro	Informes sobre Participação em teatro estudantil	Não identificada
5.	29 abr. 1957	Atenção!	Avisos variados de interesse estudantil	Sheik
6.	30 abr. 1957	Bolo de camadas	Crônica política	Seis autoras com PS Ornitorrinco da Silva
7.	4 maio 1957	Comemorou-se	Informes	Harry Kramel de Lima
8.	8 maio 1957	O fim	Crônica literária	Ornitorrinco da Silva
9.	14 maio 1957	Crônica policial	Crônica policial	Sheikororessolino das Neves
10.	22 maio 1957	Síntese noticiosa	Crônica irônica sobre notícias pelo mundo	Não identificada

11.	23 maio 1957	O otário	Crônica sobre política comercial adotado pelo Brasil	Erreagaesse das Neves
12.	14 jun. 1957	<i>Le jeune</i>	Discussão com um leitor sobre a instalação da Faculdade de Economia	Ornitorrinco Rôlha da Silva
13.	21 jun. 1957	Crônica do mal crônico	Crônica sobre teatro estudantil	Erreagaesse
14.	25 jun. 1957	Ao teatro do estudante	Crônica sobre teatro estudantil	Ornitorrinco da Silva
15.	5 jul. 1957	Ainda " <i>Le jeune</i> "	Discussão com um leitor sobre a instalação da Faculdade de Economia	Não identificada
16.	15 jul. 1957	Carta	Ao Prefeito sobre a instalação da Faculdade Pública	Erreagaesse
17.	17 jul. 1957	Crítica da crítica da crítica	Reflexão sobre teatro estudantil	Ornitorrinco Rôlha da Silva
18.	23 jul. 1957	Da Psicopatia do Belo	Crônica literária	Marcoroninho de Altavilla
19.	26 jul. 1957	Um soneto	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
20.	7 ago. 1957	Bilhete	Discussão com o Sr. Floriano Beirão sobre regras gramaticais	M. de Altavilla

21.	12 ago. 1957	O lugar comum	Crônica sobre escrever poesia	Ornitorrinco Rôlha da Silva
22.	17 ago. 1957	Lua & Queijo	Crônica literária	Marcoroninho de Altavilla
23.	23 ago. 1957	Filigranas	Crônica sobre a presença de elite e povo em teatros	Adamastor Rabanete de Souza
24.	28 ago. 1957	Filigranas: Uma entrevista	Crônica sobre entrevistas com OS do autor alertando do tom irônico	Adamastor Rabanete de Souza
25.	29 ago. 1957	A "furiosa"	Crônica sobre banda estudantil	Não identificada
26.	21 set. 1957	Fala comum e lugar comum	Crônica sobre escrever poesia	Não identificada
27.	2 out. 1957	A vaca	Crônica literária	Não identificada
28.	17 out. 1957	Desejo à guisa de mensagem	Crônica literária	M. de Altavilla
29.	13 nov. 1957	Professor Beirão	Discussão com o Sr. Floriano Beirão sobre regras gramaticais	Ornitorrinco Rôlha da Silva
30.	16 nov. 1957	Carta de amor	Crônica literária	Adamastor Rabanete de Souza
31.	22 nov. 1957	A futura professora	Crônica literária	Caio Rolando da Rocha
32.	23 nov. 1957	E agora uma valsa...	Discussão com o Sr. Floriano Beirão sobre regras gramaticais	Ornitorrinco Rôlha da Silva

33.	27 nov. 1957	O poliedro e a Rosa I	Crônica sobre escrever poesia	Ornitorrinco Rôlha da Silva
34.	28 nov. 1957	O erudito	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
35.	29 nov. 1957	O poliedro e a Rosa II	Crônica sobre escrever poesia	Não identificada
36.	3 dez. 1957	Com pingos de gramática	Discussão com o Sr. Floriano Beirão sobre regras gramaticais	Ornitorrinco Rôlha da Silva
37.	6 dez. 1957	O poliedro e a Rosa III	Crônica sobre escrever poesia	Não identificada
38.	10 dez. 1957	Sinuca	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
39.	12 dez. 1957	O gato	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
40.	27 dez. 1957	Cimos altos	Crônica literária	Encaminhada por um leitor
41.	28 dez. 1957	Com pingos de gramática	Crônica literária (continuação da anterior)	Ornitorrinco Rôlha da Silva
42.	4 jan. 1958	O artista	Crônica literária	Não identificada
43.	21 jan. 1958	Crônica policial	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
44.	1 mar. 1958	Carnaval	Crônica literária	Ornitorrinco Rôlha da Silva
45.	22 mar. 1958	Notícias	Crônica literária	M. de Alta Villa
46.	8 abr. 1958	Ouvindo e aprendendo	Crônica literária	Moacyr Ruiz
47.	6 maio 1958	Teatro: A visita importante	Notícias sobre o teatro estudantil	Ornitorrinco Rôlha da Silva

48.	16 jul. 1958	Ecos da copa do mundo	Crônica Desportiva	Caio Rolando da Rocha
49.	29 dez. 1958	São poucos, mas são bons	Crônica sobre a URES	Amaury Braga da Silva
50.	22 maio 1962	Glacy Canary	Entrevista	Não identificada
51.	23 maio 1962	Entrevista	Entrevista	Não identificada
52.	25 maio 1962	Entrevista	Entrevista	Não identificada
53.	02 jun. 1962	Um sucesso o seminário organizado pela a URES	Notícia	Não identificada

Fonte: Organizado pela autora a partir do Jornal Rio Grande 1953-1969

Anexo

Anexo A: Solicitação da criação de uma Universidade no Rio Grande

União São Brasileira de Educação e Ensino
COLÉGIO SÃO FRANCISCO
 Escola Técnica de Comércio São Francisco
 RUA DR. NASCIMENTO, 577
 Caixa Postal 405 - Fone 636
 RIO GRANDE
 R. G. do Sul

Rio Grande, 27 de junho de 1967

AO EX.MO
 SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Os estudantes do Curso Científico do Colégio São Francisco, da cidade de Rio Grande, unem seu entusiasmo com o da população no sentido de que a grande idéia da UNIVERSIDADE DO LITORAL se torne uma próxima realidade.

Com êste fim, rogam a V.Ex.a para que tudo faça a fim de realizar o sonho há muito acalentado, dotando a cidade de Rio Grande com uma UNIVERSIDADE.

A população em pêso roga a V.Ex.a e nós, estudantes, especialmente desejamos que V.Ex.a, atenda nossas reivindicações e mesmo sobrepuje nossas melhores perspectivas.

Em nome dos abaixo assinados, e no da população em geral, esperamos sua atenção, Ex.mo Sr. MINISTRO TARSO DUTRA, em nos atender esta aspiração.

Atenciosamente

Edison Estímia
Carlos Eduardo Faniel
Elizabeth Dias Canary
Fayal F. Lima
Roberta Dutra
A. Pereira
Alcides A.

Sul Brasileira de Educação e Ensino
COLÉGIO SÃO FRANCISCO
 Escola Técnica de Comércio São Francisco
 RUA DR. NASCIMENTO, 577
 Caixa Postal 406 - Fone 636
 RIO GRANDE
 R. G. do Sul

Damis Dolci
 Julieta S. Pinto
~~Maria Jago~~

Tânia Maria Silva
 Sergio Santos
 Natália de Carvalho
~~Luiz Carlos~~

Maria Conceição
 MIEGEL ANGELO MARTINS DE CASTRO
~~Worocel do J. de Souza~~

Paulo Roberto Lima
 Josuá da Conceição

~~Yves José~~
Wurg
~~Domício~~ ROBERTO DAS ARRIECHE
~~Julio José~~

Maria Amélia Aguiar Estima Mangueira
 Paulo Augusto S. de Souza
 Maria Laura Meirelles

Nely Ramos Simões
~~Válter da Silva~~

~~Paulo Roberto~~
 Carlos Nelson Gonçalves de Lima
 João Gonçalves Machado

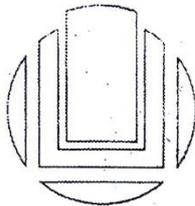
Arnaldo Antonio Luiz

DEPARTAMENTO SÃO FRANCISCO

Escola Técnica de Comércio São Francisco
RUA DR. NASCIMENTO, 577
Caixa Postal 405 - Fone 538
RIO GRANDE
R. G. do Sul



Maria Maria Ferreira
 Laura Beatriz Ayres
 Gláucio Goyard
 Paulo Roberto de Jesus
~~Amélia Terra de Alencar~~
~~Cláudio de Fátima Terra~~
~~Thales de Aguiar~~
 Felina Clima
 Cláudio Kluge
~~Edson~~
 Paulo Arthur Rosselli
~~Carla de Aguiar~~
~~Luiz Maria Moraes~~
~~Luiz~~
Turg
~~Luiz de Aguiar~~
~~Luiz~~
 Wilson Juliano
 Póli Antônio Campari
~~Luiz~~
 Ricardo José de Oliveira
~~Luiz~~
 Lusiano Souza Amorim
 Heloisa Helena Rossi Brust
 Jussara Marilda de Carvalho
~~Luiz~~
 Luiz Santos
 Elaine Feixosa Gonçalves
 Jussara Almeida Peres
~~Luiz~~



Sul Brasileira de Educação e Ensino
COLÉGIO SÃO FRANCISCO

Escola Técnica de Comércio São Francisco
RUA DR. NASCIMENTO, 577
Caixa Postal 405 - Fone 536
RIO GRANDE
R. G. do Sul

Lista de Filhos

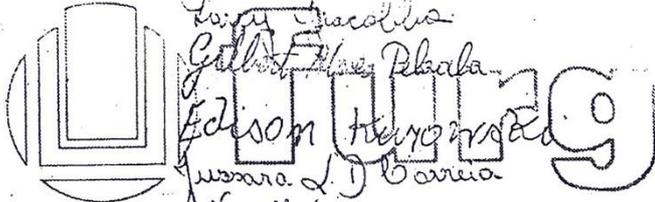
Eduarda
Egídio Helber Silva
Luiz Fernando Bonacini

Paulo Roberto
Luiz Fernando Silva

Paulo Renato de Fium
Luiz de Oliveira Rodrigues

Roberto Zoldner
Ricardo M. F. Souza

Luiz Renato Krumke
Paulo Santo Teixeira
Cláudio Costa
Ricardo



Luiz Jacobina
Gullermino Pichala
Edison Henrique
Jussara L. D. Barreto
Mara Zaghi
Magno Dias Soares.

Cesar Espina
Maira Monteiro
Vera Cristina Pinto

Mauro Roberto Chim Figueiredo
Rita Feres de Azevedo

Augusto Cesar Corêa
Fernando de Castro
Jm. Machado

COLEGIO SÃO FRANCISCO

Escola Técnica de Comércio São Francisco
RUA DR. NASCIMENTO, 577
Caixa Postal 405 - Fone 638
RIO GRANDE
R. G. do Sul

José Wader Cruz

José Romualdo F. de Rosa

Blair F.
Antônio F. Macie

Maíra Teresa Almeida

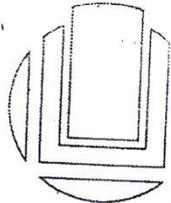
Luís Schmitt

Paulo Roberto F. Rivera

Maíra Francisca de Souza

Edi Alcívio Cruz

Rafael R.



Maíra Hallab

Maíra de Oliveira

Edi CP. de Freitas

Dalton H. R.

Nélso Ed. H. S. Santos

Santo Angelo Tunga

Roberto Vieira de Rosa

Waldemar J. S. Tomaz

Sivaldi Almeida

Eden Rive

Maíra da Graça Sarkis

[Signature]

COLEGIO SÃO FRANCISCO

Escola Técnica de Comércio São Francisco

RUA DR. NASCIMENTO, 577

Caixa Postal 405 - Fone 636

RIO GRANDE

R. G. do Sul



Alfonsina

Leijin Dashi

Flávio Lucchesi

Ricardo Jordine

Jussara Moutinho

Porta

Luís S. M. Teixeira

Paulo Pittorski

Luiz Roberto da Silva

Dirlcio An. Martins

Roberto S. Lourenço

Fláudia

Edmar Rosa

Jose Carlos da Silva

Paulo Anselmo

João Carlos Bala

